



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 023/2026

Torna-se público que o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Sul de Minas – CISAB-SUL, sediado na Rua Samuel Moura, 265, apto.202, Nova Era, Boa Esperança – MG, CEP 37.170-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133/21, de 17 de julho de 2022, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data e horário da sessão pública: 15/07/2026 às 08h01 minutos

Início do Recebimento de Propostas: 30/06/2026 às 08:00 horas

Data limite de impugnação e esclarecimento: 10/07/2026

Fim do Recebimento de Propostas: 15/07/2026 às 08:00 horas

Link: <https://licitanet.com.br/>

Critério de Julgamento: menor preço global

1. DO OBJETO

1.1. Contratação, pelo Sistema de Registro de Preços, de serviços especializados de coleta e análise laboratorial de água de poços profundos, captações superficiais, ETA e sistemas de distribuição, em atendimento à Portaria GM/MS nº 888/2021 e às Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 396/2008 e nº 430/2011; e de esgoto sanitário bruto e tratado e corpo hídrico receptor, em atendimento à Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08/2022 e às condicionantes ambientais de cada município participante.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 49 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3.1. A justificativa da licitação em único lote se dá pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Somado a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

1.4. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas na relação de itens do site <https://licitanet.com.br> e as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer à descrição do Anexo I - Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no sistema deverá ser feito na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas, no sítio <https://licitanet.com.br/>.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.6. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos licitantes em ambos os itens e seguindo-se a ordem de adjudicação entre eles (ou lotes/grupos), cabendo ao gestor analisar a natureza do serviço e examiná-la com base no artigo 31 da IN 05/2017 e item 3.2 do Anexo VII-A 4.5.1.

4.7. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

4.6.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total de cada item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser aquele estipulado no sistema de compras.

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

- 7.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18.** O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:
- 7.26.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.26.2.** empresas brasileiras;
- 7.26.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

7.26.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

8.1.1. não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.1.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.1.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.1.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.1.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.1.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

- 8.3.** Quando o licitante apresentar preço final inferior a 25% (vinte e cinco por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.5.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata
- 8.5.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.6.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.7.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.8.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Preços com aqueles praticados no mercado;
- 8.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.9.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.11.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.12.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 8.13.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.14.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de **certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)** e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.6. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.7. prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.10.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

9.11.1 A licitante deverá indicar responsável técnico habilitado para a execução dos serviços, compatível com a natureza das atividades contratadas, podendo ser, conforme o escopo do objeto e a legislação profissional aplicável:

- I. Profissional da área de Química;
- II. Engenheiro Químico, Engenheiro Sanitarista, Engenheiro Ambiental ou outro profissional legalmente habilitado;
- III. Biólogo, quando as atividades forem compatíveis com suas atribuições profissionais;
- IV. Outro profissional habilitado perante o respectivo conselho profissional competente.

9.11.2 A comprovação da qualificação técnico-profissional deverá ser feita mediante apresentação de documentação emitida pelo conselho profissional competente, quando aplicável, que demonstre a responsabilidade técnica ou experiência do profissional em serviços compatíveis com o objeto, especialmente:

- I. coleta e análise laboratorial de água;
- II. coleta e análise laboratorial de esgoto ou efluentes;
- III. controle de qualidade analítica;
- IV. emissão ou supervisão de laudos técnicos laboratoriais.

9.11.3 Serão ser aceitos, conforme o conselho profissional competente, documentos como:

- I. Certidão de Acervo Técnico — CAT;
- II. Anotação de Responsabilidade Técnica — ART;
- III. Anotação de Função Técnica — AFT;
- IV. Certidão de Responsabilidade Técnica;
- V. Documento equivalente emitido pelo conselho profissional competente.

9.11.4 A disponibilidade do responsável técnico deverá ser comprovada por:

- I. contrato de trabalho ou registro em CTPS;
- II. contrato de prestação de serviços;
- III. vínculo societário;
- IV. termo de compromisso de vinculação futura, acompanhado de anuência expressa do profissional, caso a licitante seja declarada vencedora.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

9.11.4.1 O profissional indicado deverá participar da execução contratual nas atividades técnicas relacionadas ao objeto, admitida sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração, nos termos do art. 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

9.12 Registro ou inscrição em conselho profissional

9.12.1 A licitante deverá comprovar registro ou inscrição perante o conselho profissional competente, quando a atividade contratada estiver sujeita à fiscalização profissional, observada a natureza predominante dos serviços executados.

9.12.2. Para serviços laboratoriais de análises físico-químicas, microbiológicas, hidro biológicas ou correlatas, será admitida comprovação perante o conselho profissional pertinente à área de atuação da licitante e de seu responsável técnico, tais como CRQ, CREA, CRBio ou outro conselho legalmente competente, conforme o caso.

9.12.3. Não será exigido registro simultâneo em mais de um conselho profissional, salvo quando houver justificativa técnica expressa no processo administrativo demonstrando que o objeto envolve atividades sujeitas a fiscalizações profissionais distintas e indispensáveis à execução contratual.

9.13. A licitante deverá comprovar a capacidade técnica para a realização de todos os parâmetros analíticos exigidos, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021. Na hipótese de subcontratação, será admitida a comprovação na habilitação de, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos parâmetros exigidos, devendo a licitante indicar, na Declaração constante no ANEXO III, os parâmetros que serão executados por laboratório subcontratado, permanecendo integralmente responsável pela execução do objeto contratual.

9.13.3. A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de:

I. certificado de acreditação emitido pela Coordenação-Geral de Acreditação do Inmetro — Cgcre, com respectivo escopo; ou

II. por organismo signatário de acordo de reconhecimento mútuo aplicável, conforme ABNT NBR ISO/IEC 17025, com escopo compatível com o parâmetro, a matriz e o método analítico utilizado.

9.13.4. A exigência de ensaios acreditados aplica-se aos parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, conforme lista nominal constante deste Termo de Referência, devendo o escopo de acreditação contemplar expressamente o parâmetro, a matriz e o método analítico utilizado.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

9.13.5. Caso algum parâmetro específico não esteja incluído no escopo de acreditação da licitante, poderá ser admitida sua execução por laboratório subcontratado, desde que:

- I. a subcontratação esteja prevista no edital e no contrato;
- II. o laboratório subcontratado atenda aos requisitos técnicos e de qualidade exigidos;
- III. a Contratada permaneça integralmente responsável pela execução, rastreabilidade, integridade da amostra e entrega dos laudos;
- IV. seja mantida a cadeia de custódia e a rastreabilidade entre coleta, transporte, análise e emissão do resultado.

9.13.6. Os laudos analíticos deverão conter, no mínimo:

- I. identificação do laboratório executor;
- II. identificação da amostra;
- III. data e hora da coleta, quando aplicável;
- IV. data de recebimento da amostra pelo laboratório;
- V. data de realização da análise, quando tecnicamente aplicável;
- VI. matriz analisada;
- VII. método analítico utilizado;
- VIII. resultado, unidade de medida e limite de quantificação;
- IX. identificação do responsável técnico;
- X. informação sobre acreditação do ensaio, quando aplicável;
- XI. observações sobre desvios, não conformidades ou condições que possam afetar a validade do resultado.

9.13.7. Como condição de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar o ANEXO III devidamente preenchido e assinado pelo representante legal e/ou responsável técnico, na forma de declaração de ciência dos requisitos de acreditação e das condições de subcontratação previstas no edital e neste Termo de Referência.

9.13.7.1 A ausência de apresentação do ANEXO III, ou a apresentação em desconformidade com as exigências do edital e deste Termo de Referência, poderá ensejar a inabilitação da licitante, quando comprometer a comprovação dos requisitos técnicos aplicáveis.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

9.14. Licenciamento sanitário e autorizações aplicáveis

9.14.1. A licitante deverá apresentar alvará sanitário, licença ambiental ou documento equivalente, quando exigido pela legislação sanitária aplicável à atividade laboratorial e ao local de funcionamento do estabelecimento.

9.14.2. Para licitantes sediadas no Estado de Minas Gerais, deverão ser observadas, quando aplicáveis, a Lei Estadual nº 13.317/1999 e os atos normativos da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais relativos ao licenciamento sanitário.

9.14.3. Para licitantes sediadas em outros Estados da Federação, será aceita documentação equivalente expedida pelo órgão sanitário competente da respectiva localidade, conforme a legislação aplicável.

9.15. Cadastro Técnico Federal — CTF

9.15.2. A licitante deverá apresentar comprovante de inscrição regular no **Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA**, **somente quando a atividade efetivamente por ela desempenhada estiver sujeita a essa exigência legal**, nos termos da regulamentação ambiental aplicável.

9.15.3. Na hipótese de a atividade exercida pela licitante **não se enquadrar nas hipóteses legais de obrigatoriedade de inscrição no CTF/AIDA**, poderá ser apresentada **declaração formal, sob responsabilidade da própria licitante**, informando a inaplicabilidade da exigência ao objeto e às atividades por ela executadas, sem prejuízo de diligência pela Administração para verificação da informação prestada.

9.16 Considerando que na presente contratação a **avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia**. As empresas participantes deverão apresentar **atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável**, conforme Anexo VII.

9.16.1 **O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto;** ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.17 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.18 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

9.18.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.19 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.20 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.21 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.22 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.23 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.24 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II da Lei nº 14.133/21).

10.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

10.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.1. No caso de envio através de meio eletrônico, a ata poderá ser firmada através de assinatura eletrônica dentro do padrão estabelecido pela LEI Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 para assinatura eletrônica avançada, devendo ser o documento encaminhado de volta em meio eletrônico ou via correios dentro do prazo estabelecido anteriormente.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.2.3. No caso de envio através de meio eletrônico, a ata poderá ser firmada através de assinatura eletrônica dentro do padrão estabelecido pela Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 para assinatura eletrônica avançada, devendo ser o documento encaminhado de volta em meio eletrônico ou via correios dentro do prazo estabelecido anteriormente.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não manter a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente e descredenciamento junto ao Órgão licitante, pelo prazo de até cinco anos;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

21.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

21.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o CISAB-SUL ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 28 do Decreto nº 11.462/23



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema <https://licitanet.com.br/>.

23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas.

23.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.7.2. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

23.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

23.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos <https://licitanet.com.br/> e <https://www.cisab.mg.gov.br/>, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Rua Gilberto de Oliveira Naves, 478, Nova Era, Boa Esperança – MG, CEP 37.170- 000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

24.12.1.1. ANEXO II – Estudos Técnico Preliminar

24.12.2. ANEXO III – Declaração de ciência dos requisitos de acreditação e das condições de subcontratação;

24.12.3. ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;

24.12.4. ANEXO V - Modelo da Proposta de Preços;

24.12.5. ANEXO VI – Minuta de Contrato.

24.12.6. ANEXO VII - Modelo de declaração realização ou de dispensa de vistoria

Boa Esperança, 27 de maio de 2026.

Elton Santos Lima Barrios
Diretor Superintendente



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**
CNPJ: 19.807.228/0001-16

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação, pelo Sistema de Registro de Preços, de serviços especializados de coleta e análise laboratorial de água de poços profundos, captações superficiais, ETA e sistemas de distribuição, em atendimento à Portaria GM/MS nº 888/2021 e às Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 396/2008 e nº 430/2011; e de esgoto sanitário bruto e tratado e corpo hídrico receptor, em atendimento à Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08/2022 e às condicionantes ambientais de cada município participante.

1.2. A contratação será conduzida pelo CISAB SUL como órgão gerenciador, em favor dos municípios consorciados partícipes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.3. O objeto desta licitação tem natureza de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, sendo prestado aos municípios consorciados ao CISAB SUL.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Global.

1.5. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

1.6. Os contratos decorrentes da Ata terão vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados na forma da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizada a natureza contínua dos serviços e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

1.7. Da especificação dos itens:

ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR MÁX / UN
1	UN	13	Análise laboratorial – água in Natura, conforme Resolução Conama N° 357 de 17/03/2005 (completa), inclusive o que consta no Art.42 §1º da Portaria GM/MS N° 888, de 4 de Maio de 2021. Periodicidade das análises: semestral	R\$ 721,00
2	UN	21	Análise laboratorial – água in Natura, conforme Resolução Conama N° 396 de 03/04/2008 (completa), inclusive o que consta no Art.42 §2º da Portaria GM/MS N° 888, de 4 de maio de 2021. Periodicidade das análises: semestral	R\$ 1.080,00



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

3	UN	52	<p>Análises do parâmetro de “Produtos Secundários da Desinfecção” de acordo com determinações da PORTARIA GM/MS N° 888 DE 4 DE MAIO DE 2021, anexo 13. Amostra de água superficial e subterrânea tratada, coletada no seguinte ponto: 1-Ponta de rede de distribuição dos municípios citados acima; sendo 01 (uma) coleta de amostra para cada bimestre para distribuição de água tratada.</p> <p>Periodicidade das análises: bimestral</p>	R\$ 286,66
4	UN	18	<p>Análises do parâmetro de “Gosto e odor” de acordo com determinações da PORTARIA GM/MS N° 888 DE 4 DE MAIO DE 2021, anexo 13. Amostras de água superficial tratada, coletada no seguinte ponto: 1- Saída do tratamento ETA de cada município citado neste edital; sendo 01 (uma) coleta de amostra para cada trimestre.</p> <p>Periodicidade das análises: trimestral</p>	R\$ 274,67
5	UN	30	<p>Análises do parâmetro de Avaliação radiológica, alfa e beta total bacteriológico e Cloreto de Vinila. de acordo com determinações da PORTARIA GM/MS N° 888 DE 4 DE MAIO DE 2021. Amostra de água superficial e subterrânea tratada, coletada no seguinte ponto: 1-Ponta de rede de distribuição de todos os municípios que aderirem a ATA desse edital. Sendo coletas de amostra semestrais para distribuição de água subterrânea.</p> <p>Periodicidade das análises: semestral</p>	R\$ 1.068,61
6	UN	54	<p>Análises de todos os parâmetros “Gosto e odor, Inorgânicos, Orgânicos, Agrotóxicos, Subprodutos da desinfecção, ciano toxinas, Microbiologia e Padrões Organolépticos de Potabilidade” conforme anexos 1, 9, 10, 11, 12 e 13 da PORTARIA GM/MS N° 888 DE 4 DE MAIO DE 2021. Amostras de origem superficial e subterrânea, coletadas nos seguintes pontos: 1-Saída do tratamento ETA de todos os municípios do CISAB-SUL; 2- Ponta de rede de distribuição da cidade de todas as cidades do CISAB-SUL;</p> <p>Periodicidade das análises: trimestral</p>	R\$ 790,00
7	UN	41	<p>Análises do parâmetro Esporos de Bactérias Aeróbias e Clorofila-a. Conforme Anexo XX da Portaria de Consolidação n° 5 - alterado pela portaria n° 888 de maio de 2021. Amostras de origem água bruta, coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Calha Parshall ETA.</p> <p>Periodicidade das análises: mensal</p>	R\$ 502,23
8	UN	53	<p>Análises do parâmetro Esporos de Bactérias Aeróbias. Conforme Anexo XX da Portaria de Consolidação n° 5 - alterado pela portaria n° 888 de maio de 2021. Amostras de origem água filtrada, coletadas nos seguintes pontos de Coleta após filtração: 1 – Filtro 1; 2- Filtro 2.</p>	R\$ 640,00



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

			Periodicidade das análises: mensal	
9	UN	16	<p>Análises do parâmetro Contagem de células de cianobactérias (células/mL). Conforme Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 - alterado pela portaria nº 888 de maio de 2021. Amostras de origem bruta superficial. Coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Calha Parshall ETA.</p> <p>Periodicidade das análises: trimestral</p>	R\$ 158,00
10	UN	41	<p>Análise em amostras do corpo hídrico receptor – parâmetros: DBO (mg/L), DQO (mg/L), oxigênio dissolvido (mg/L), pH, substâncias tensoativas (mg/L), sólidos em suspensões totais (mg/L), turbidez (UNT), Cloreto Total (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), contagem de Escherichia Coli. (NMP), condutividade elétrica, cádmio, chumbo, cianobactérias, cloreto, clorofila a, cobre, óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais, sulfetos, zinco. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Montante do tratamento da ETE, 2- Jusante do tratamento da ETE, sendo 06 (seis) coletas de amostra para cada bimestre.</p> <p>Periodicidade das análises: bimestral</p>	R\$ 315,00
11	UN	36	<p>Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: DBO (mg/L), DQO (mg/L), eficiência de remoção de DBO e DQO, pH, sólidos sedimentáveis (mg/L), sólidos em suspensões totais (mg/L), óleos e graxas (mg/L), substância tensoativas (mg/L), contagem de Escherichia Coli. (NMP), condutividade elétrica, turbidez, cádmio, chumbo, cloreto, fósforo total, nitrogênio amoniacal total, óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais, substâncias tensoativas, sulfetos e zinco. Vazão média mensal (L/s)</p> <p>* O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.</p> <p>Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município; sendo 06 (seis) coletas de amostra para cada bimestre.</p>	R\$ 315,00
12	UN	20	<p>Análise em amostras de efluentes líquidos, de acordo com a Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08/2022, considerando os seguintes parâmetros: vazão média, DBO, DQO, oxigênio dissolvido, pH, temperatura, materiais sedimentáveis, sólidos em suspensão, substâncias tensoativas, óleos e graxas (óleos minerais e óleos vegetais e gorduras animais), contagem de Escherichia Coli (NMP), condutividade elétrica, turbidez, cádmio, chumbo, cloreto, fósforo total e nitrogênio amoniacal total.</p>	R\$ 588,22



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**
CNPJ: 19.807.228/0001-16

			Periodicidade da coleta: sob demanda	
13	UN	12	Análise MENSAL em amostras de água tratada para EPICLORIDRINA ($\mu\text{g/L}$), conforme Portaria GM/MS 888/2021, Anexo 13 sendo: Amostra mensal na saída do tratamento da ETA (Estação de Tratamento de Água).	R\$ 82,92
14	UN	2	Análise de Fósforo Total do afluentes à Estação de Tratamento de Efluentes - ETE, bem como Fósforo Total do efluente as ETE. Periodicidade das análises: semestral	R\$ 28,00
15	UN	100	Análises do parâmetro Contagem de células de cianobactérias e Fitoplâncton (células/mL). Conforme Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 - alterado pela portaria nº 888 de maio de 2021. Amostras de origem bruta superficial. Coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Calha Parshall ETA. Periodicidade das análises: Semanal e Mensal (3 semanais e uma mensal)	R\$ 520,00
16	UN	24	Determinação de Fitoplâncton com identificação de Cianobactérias em água tratada (células/mL). Conforme Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 - alterado pela portaria nº 888 de maio de 2021. Amostras de origem bruta superficial. Coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Ponto de saída de água tratada nas estações de tratamento de água. Periodicidade das análises: Mensal	R\$ 216,55
17	UN	24	Análise Microbiológica Escherichia Coli - NMP. Amostras de origem bruta superficial. Coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Água bruta nas estações de tratamento de água. Periodicidade das análises: Mensal	R\$ 88,90
18	UN	32	Análise Microbiológica Escherichia Coli - NMP em água tratada e subterrânea. Amostras de origem superficial. Coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Água tratada nas estações de tratamento de água. Periodicidade das análises: Mensal ou Semestral	R\$ 73,13
19	UN	24	Análises do Parâmetro de Protozoários (Cistos de Giárdia e Oocistos de Cryptosporidium), ambos em água bruta. Amostras coletadas na Calha Parshall da Estação de Tratamento de Água. Periodicidade das análises: Mensal	R\$ 1.290,00
20	UN	16	Análises de ciano toxinas (Microcistina, Saxitoxinas e Cilindrospermopsinas). Coletas realizadas em água bruta (Calha Parshall) e água tratada.	R\$ 1.300,00



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

			Periodicidade das análises: Trimestral	
21	UN	24	Análise do Parâmetro de Clorofila - a, na água bruta. Amostras coletadas na Calha Parshall da Estação de Tratamento de Água. Periodicidade das análises: Mensal	R\$ 150,00
22	UN	18	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Contagem de Escherichia Coli. (NMP). O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros E. Coli pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2-Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: bimestral	R\$ 79,00
23	UN	22	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Sólidos sedimentáveis. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros Sólidos sedimentáveis pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2-Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: bimestral	R\$ 26,50
24	UN	40	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: DQO (mg/L). O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município; sendo 06 (seis) coletas de amostra para cada bimestre. Periodicidade das análises: bimestral	R\$ 84,80
25	UN	54	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: DBO (mg/L). O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: Mensal	R\$ 84,80
26	UN	194	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: pH. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE, 2- Saída do tratamento da ETE.	R\$ 21,00



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

			Periodicidade das análises: Mensal	
27	UN	3	<p>Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: teste de toxicidade aguda. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros toxicidade aguda pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2-Saída do tratamento da ETE de cada município.</p> <p>Periodicidade das análises: Anual</p>	R\$ 850,00
28	UN	12	<p>Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: fósforo total. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros fósforo total pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município.</p> <p>Periodicidade das análises: Mensal</p>	R\$ 45,00
29	UN	12	<p>Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: cloreto total. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros cloreto total pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município.</p> <p>Periodicidade das análises: semestral</p>	R\$ 79,00
30	UN	12	<p>Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: substancias tensoativas. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros substancias tensoativas pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2-Saída do tratamento da ETE de cada município.</p> <p>Periodicidade das análises: Semestral</p>	R\$ 79,00
31	UN	26	<p>Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Nitrogênio amoniacal. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros Nitrogênio amoniacal pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2-Saída do tratamento da ETE de cada município.</p>	R\$ 40,00



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

			Periodicidade das análises: bimestral	
32	UN	27	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Condutividade elétrica. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros Condutividade elétrica pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2-Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: bimestral	R\$ 15,00
33	UN	32	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: temperatura. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE, 2- Saída do tratamento da ETE. Periodicidade das análises: Semestral	R\$ 79,00
34	UN	48	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Cromo total, Cromo hexavalente, Mercúrio total, Amônia, Níquel, Sólidos dissolvidos, Sólidos suspensos, Sólidos totais, Sulfato, Sulfeto, Surfactantes MBAS, Sulfeto de hidrogênio. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: Semestral	R\$ 730,00
35	UN	8	Análise em amostras de Corpo Receptor Montante e Jusante da ETE. PARAMETROS: clorofila a. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Montante, 2- Jusante. Periodicidade das análises: Semestral	R\$ 87,07
36	UN	16	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: óleos e graxas. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros óleos e graxas pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: Semestral	R\$ 61,12
37	UN	6	Análises do parâmetro AGROTÓXICOS de acordo com determinações da PORTARIA GM/MS N.º888 DE 4 DE MAIO DE 2021, anexo 9. Amostra de água superficial.	R\$ 411,00



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

			Periodicidade das análises: Semestral	
38	UN	8	Análise laboratorial – água in Natura, conforme Resolução Conama N° 357 de 17/03/2005 (completa), inclusive o que consta no Art.42 §1º da Portaria GM/MS N° 888, de 4 de Maio de 2021. Periodicidade das análises: trimestral	R\$ 880,00
39	UN	10	Análises de todos os parâmetros “Gosto e odor, Inorgânicos, Orgânicos, Agrotóxicos, Subprodutos da desinfecção, ciano toxinas, Microbiologia e Padrões Organolépticos de Potabilidade” conforme anexos 1, 9, 10, 11, 12 e 13 da PORTARIA GM/MS N° 888 DE 4 DE MAIO DE 2021. Amostras de origem superficial e subterrânea, coletadas em ponta de rede de distribuição. Periodicidade das análises: semestral	R\$ 1.280,00
40	UN	16	Análises de todos os parâmetros “Gosto e odor, Inorgânicos, Orgânicos, Agrotóxicos e Padrões Organolépticos de Potabilidade” conforme anexos 1, 9, 10, 11, 12 e 13 da PORTARIA GM/MS N° 888 DE 4 DE MAIO DE 2021. Amostra de água superficial e subterrânea tratada, coleta em ponta de rede de distribuição. Periodicidade das análises: trimestral	R\$ 1.600,00
41	UN	12	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Nitrato. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros Nitrato pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: Semestral	R\$ 25,00
42	UN	18	Análise em amostras de Corpo Receptor Montante e Jusante da ETE. PARAMETROS: E. Coli UFC A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Montante, 2- Jusante. Periodicidade das análises: Bimestral	R\$ 50,00
43	UN	18	Análise em amostras de Corpo Receptor Montante e Jusante da ETE. PARAMETROS: Oxigênio dissolvido. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Montante, 2- Jusante. Periodicidade das análises: Bimestral	R\$ 17,00
44	UN	18	Análise em amostras de Corpo Receptor Montante e Jusante da ETE. PARAMETROS: Turbidez. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes	R\$ 15,00



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

			pontos: 1-Montante, 2- Jusante. Periodicidade das análises: Bimestral	
45	UN	12	Análise em amostras de Corpo Receptor Montante e Jusante da ETE. PARAMETROS: Densidade de cianobactérias. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Montante, 2- Jusante. Periodicidade das análises: Semestral	R\$ 243,00
46	UN	2	Oocistos de Cryptosporidium spp e Cistos de Giárdia ssp, em amostras de água bruta, conforme Portaria GM/MS 888/2021, Capítulo VI, parágrafo 6ª, sendo: Amostra semestral na Captação Rio Grande. Periodicidade das análises: Semestral	R\$ 200,00
47	UN	2	Análise em amostras de água tratada, conforme parâmetros da Portaria GM/MS 888/2021, (EXCETO os parâmetros Epicloridrina, Cloreto de Vinila e Acrilamida) sendo: Todos os parâmetros previstos semestralmente, conforme Anexo 9, Tabela de Substâncias Orgânicas; substâncias Inorgânicas; agrotóxicos e metabólicos que representam risco a saúde, Anexo 11 Padrão Organoléptico, sendo: Amostra semestral na saída do Tratamento da ETA. Periodicidade das análises: Semestral	R\$ 1.280,00
48	UN	4	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: DBO (mg/L), DQO (mg/L), pH, sólidos sedimentáveis (mg/L), sólidos em suspensão totais (mg/L), óleos e graxas (mg/L), Vazão média mensal (L/s) * O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: trimestral	R\$ 1.000,00
49	UN	12	Análise MENSAL em amostras de água bruta para determinação da densidade de cianobactérias (células/mL), conforme Portaria GM/MS 888/2021, anexo 12, obedecendo ao Artigo 43, parágrafo 1º e inciso III sendo: Amostra mensal na Captação do Rio Grande	R\$ 243,00

1.7.1. Para fins de julgamento, execução, fiscalização e recebimento dos serviços, os itens que envolvam parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021 deverão ser executados por laboratório com acreditação vigente junto à Coordenação-Geral de Acreditação do Inmetro — Cgcre/Inmetro, ou por organismo signatário de acordo de reconhecimento mútuo aplicável, conforme ABNT NBR ISO/IEC 17025, com escopo compatível com o parâmetro, a matriz e o método analítico utilizado.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

1.7.2. A exigência de acreditação aplica-se aos ensaios destinados ao atendimento da Portaria GM/MS nº 888/2021, incluindo, conforme o caso, parâmetros microbiológicos, físico-químicos, substâncias inorgânicas, substâncias orgânicas, agrotóxicos e metabólitos, subprodutos da desinfecção, ciano toxinas, radioatividade, protozoários, cianobactérias, clorofila a, gosto e odor e demais parâmetros expressamente previstos nos anexos da referida Portaria.

1.7.3. A comprovação da acreditação deverá corresponder ao laboratório efetivamente executor do ensaio, inclusive nos casos de subcontratação parcial autorizada, não sendo suficiente a apresentação de certificado genérico sem escopo compatível com o parâmetro, matriz e método aplicável.

1.7.4. Para fins deste Termo de Referência, consideram-se sujeitos à exigência de acreditação obrigatória os ensaios constantes dos grupos abaixo, sempre que destinados ao atendimento da Portaria GM/MS nº 888/2021, devendo o escopo de acreditação contemplar expressamente o parâmetro, a matriz e o método analítico utilizado:

Grupo	Parâmetros
Parâmetros gerais, operacionais e de manancial	DQO; DBO; Oxigênio Dissolvido; Turbidez; Cor verdadeira; Cor aparente; pH; Fósforo Total; Nitrogênio Amoniacal Total; Condutividade elétrica; Cloro residual livre.
Microbiológicos	Escherichia coli; coliformes totais.
Substâncias inorgânicas	Antimônio; Arsênio; Bário; Cádmio; Chumbo; Cobre; Cromo; Fluoreto; Mercúrio Total; Níquel; Nitrato, como N; Nitrito, como N; Selênio; Urânio.
Substâncias orgânicas	1,2 Dicloroetano; Acrilamida; Benzeno; Benzo[a]pireno; Cloreto de Vinila; Di(2-etilhexil) ftalato; Diclorometano; Dioxano; Epicloridrina; Etilbenzeno; Pentaclorofenol; Tetracloreto de Carbono; Tetracloroetano; Tolueno; Tricloroetano; Xilenos.
Agrotóxicos e metabólitos	2,4 D; Alacloro; Aldicarbe + Aldicarbesulfona + Aldicarbesulfóxido; Aldrin + Dieldrin; Ametrina; Atrazina + S-Clorotriazinas — Deetil-Atrazina, Deisopropil-Atrazina e Diaminoclorotriazina; Carbendazim; Carbofurano; Ciproconazol; Clordano; Clorotalonil; Clorpirifós + Clorpirifós-oxon; DDT + DDD + DDE; Difenconazol; Dimetoato + Ometoato; Diuron; Epoxiconazol; Fipronil; Flutriafol; Glifosato + AMPA; Hidroxi-Atrazina; Lindano — gama HCH; Malationa; Mancozebe + ETU; Metamidofós + Acefato; Metolacoloro; Metribuzim; Molinato; Paraquate; Picloram; Profenofós; Propargito; Protioconazol + Protioconazol-Destio; Simazina; Tebuconazol; Terbufós; Tiametoxam; Tiodicarbe; Tiram; Trifluralina.
Produtos secundários da desinfecção	2,4,6 Triclorofenol; 2,4-diclorofenol; ácidos haloacéticos totais; Bromato; Cloraminas totais; Clorato; Clorito; N-nitrosodimetilamina — NDMA; Trihalometanos totais.
Padrão organoléptico	Alumínio; Amônia, como N; Cloreto; 1,2 Diclorobenzeno; 1,4 Diclorobenzeno; Dureza total; Ferro; Gosto e odor; Manganês; Monoclorobenzeno; Sódio;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

	sólidos dissolvidos totais; Sulfato; Sulfeto de hidrogênio; Zinco.
Ciano toxinas e cianobactérias	Cilindrospermopsinas; Microcistinas; Saxitoxinas; Contagem de células de cianobactérias.
Protozoários	Cistos de <i>Giardia</i> spp.; Oocistos de <i>Cryptosporidium</i> spp.
Radiológicos	Alfa total; Beta total; Avaliação radiológica, quando aplicável
Hidro biológicos	Clorofila a; Fitoplâncton; Fitoplâncton com identificação de cianobactérias; Esporos de bactérias aeróbias.

1.7.5. Os itens referentes exclusivamente a esgoto sanitário, efluente tratado e corpo hídrico receptor, quando executados para atendimento às normas ambientais, não estarão sujeitos à exigência obrigatória de acreditação, sem prejuízo da obrigatoriedade de utilização de métodos reconhecidos, controles de qualidade, rastreabilidade metrológica e emissão de laudo técnico válido.

1.7.6. Caso determinado item contenha simultaneamente parâmetros sanitários vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021 e parâmetros ambientais, a exigência de acreditação recairá apenas sobre os ensaios vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, mantidos para os demais os requisitos técnicos de qualidade analítica previstos neste Termo de Referência.

1.8. O desdobramento dos quantitativos por município participe consta no Estudo Técnico Preliminar que instrui este processo.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação tem por objetivo assegurar aos municípios consorciados ao CISAB SUL o cumprimento das obrigações legais de controle da qualidade da água para consumo humano e de monitoramento de efluentes sanitários e corpos hídricos receptores, nos termos da Lei nº 11.445/2007, da Portaria GM/MS nº 888/2021, das Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 396/2008 e nº 430/2011, e da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08/2022.

2.2. A necessidade da contratação decorre da ausência, na maior parte dos municípios partícipes, de estrutura laboratorial própria com escopo analítico, sistema de gestão da qualidade, rastreabilidade metrológica e capacidade técnica compatíveis com as exigências normativas aplicáveis, especialmente quanto aos parâmetros previstos no Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017, na redação dada pela Portaria GM/MS nº 888/2021, e nos demais atos normativos aplicáveis ao monitoramento ambiental.

2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, considerando:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

- a) a frequência das contratações pelos municípios partícipes, sem possibilidade de definição prévia do quantitativo exato a ser demandado por cada ente;
- b) o atendimento a diversos entes, com cronogramas e pontos de coleta distintos, sendo mais adequada a execução parcelada;
- c) a natureza do objeto, que admite execução parcelada ao longo da vigência da Ata, sem prejuízo da qualidade, rastreabilidade e confiabilidade dos resultados.

2.4. A contratação compartilhada pelo CISAB SUL, na qualidade de órgão gerenciador, fundamenta-se na Lei nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e nos arts. 82 a 86 e 181 da Lei nº 14.133/2021, viabilizando ganho de escala, padronização técnica, redução de custos administrativos e uniformidade metodológica entre os municípios partícipes.

2.4.1. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço global do lote único justifica-se pela necessidade de integração logística das coletas e análises, pela preservação da cadeia de custódia das amostras, pela padronização metodológica dos ensaios laboratoriais, pela uniformidade dos procedimentos de preservação, transporte, recebimento e emissão de laudos, bem como pela centralização da responsabilidade técnica e operacional da execução contratual. O parcelamento do objeto em múltiplos lotes ou a contratação de diferentes laboratórios para etapas correlatas poderia comprometer a rastreabilidade das amostras, dificultar a fiscalização contratual, aumentar o risco de divergências metodológicas e de inconsistências nos resultados analíticos, além de reduzir a eficiência operacional e a economicidade da contratação compartilhada promovida pelo CISAB SUL.

2.5. Os resultados pretendidos com a contratação são:

- a) apoio à verificação da conformidade sanitária e ambiental dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário sob responsabilidade dos municípios partícipes;
- b) obtenção de laudos analíticos com rastreabilidade metrológica e valor probatório perante órgãos de controle e vigilância;
- c) economicidade pela agregação da demanda e otimização logística;
- d) liberação da capacidade técnica das equipes municipais para atividades finalísticas de operação dos sistemas.

2.6. A justificativa detalhada, incluindo levantamento de mercado, análise de alternativas, estimativa de quantitativos, mapa de riscos e demonstrativo dos resultados pretendidos, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar que instrui o processo administrativo da presente contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

3.1. A solução consiste na contratação, pelo Sistema de Registro de Preços gerido pelo CISAB SUL, de serviços técnicos especializados de coleta, transporte, preservação, análise laboratorial e emissão de laudos técnicos de amostras de água e esgoto, para atender às demandas dos municípios partícipes no exercício de suas competências legais de titularidade dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

3.2. A solução compreende as seguintes matrizes:

a) Água bruta de mananciais superficiais e subterrâneos (captações e poços profundos); b) Água em tratamento e água tratada (calha Parshall, filtros, saída de ETA e reservatórios); c) Água tratada em ponta de rede de distribuição; d) Esgoto sanitário bruto (afluente à ETE); e) Esgoto sanitário tratado (efluente da ETE); f) Corpos hídricos receptores (montante e jusante dos pontos de lançamento).

3.3. A execução do objeto abrange as seguintes etapas operacionais integradas, cujos custos deverão estar incorporados aos preços unitários ofertados:

3.3.1. Programação e agendamento: acionamento da contratada pelos municípios partícipes, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, conforme cronograma e plano de amostragem definidos por cada ente partícipe.

3.3.2. Coleta de amostras: execução por profissional capacitado da contratada, com utilização de frascaria, preservantes, equipamentos e procedimentos adequados a cada parâmetro, observando os métodos do Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (APHA/AWWA/WEF, edição vigente), as normas ABNT NBR aplicáveis e os guias técnicos oficiais reconhecidos.

3.3.3. Determinação in loco: realização, no momento da coleta, das medições que exijam ou recomendem determinação imediata em campo, conforme a matriz e o parâmetro analisado, incluindo, quando aplicável, cloro residual livre, cloro residual combinado/total, temperatura, pH, oxigênio dissolvido, condutividade e demais parâmetros previstos no plano de amostragem, com registro em ficha de campo e na cadeia de custódia, facultado o acompanhamento pela fiscalização.

3.3.4. Preservação e transporte: acondicionamento das amostras sob condições controladas de temperatura e preservação química, com manutenção da cadeia de custódia documentada até a entrega ao laboratório, respeitados os prazos de validade de cada parâmetro.

3.3.4.1. A cadeia de custódia deverá acompanhar todas as amostras e conter, no mínimo:

a) identificação do município e do sistema; b) ponto de coleta; c) matriz da amostra; d) data e hora da coleta; e) identificação do coletor; f) parâmetros solicitados; g) tipo de



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

frasco e preservante utilizado; h) medições de campo realizadas; i) temperatura de acondicionamento e transporte, quando aplicável; j) data e hora de entrega ao laboratório; k) identificação do responsável pelo recebimento; l) registro de desvios, ocorrências ou inconformidades observadas na coleta, transporte ou recebimento.

3.3.4.2. A ausência de cadeia de custódia, seu preenchimento incompleto ou a ocorrência de falha que comprometa a rastreabilidade da amostra poderá ensejar rejeição do laudo, coleta e reanálise sem custo adicional à Administração, quando a falha for atribuível à contratada.

3.3.5. Análise laboratorial: execução dos ensaios por laboratório tecnicamente competente, com métodos analíticos reconhecidos, validados ou verificados, rastreabilidade metrológica, controles de qualidade analítica e Limites de Detecção (LD) e Limites de Quantificação (LQ) compatíveis com os valores máximos permitidos, padrões legais ou limites de referência aplicáveis a cada parâmetro.

3.3.5.1. Para os ensaios vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, a execução deverá ocorrer obrigatoriamente em laboratório com acreditação vigente junto à Cgcre/Inmetro, ou organismo signatário de acordo de reconhecimento mútuo aplicável, conforme ABNT NBR ISO/IEC 17025, com escopo compatível com o parâmetro, a matriz e o método analítico utilizado.

3.3.6. Emissão de laudos técnicos: entrega de relatórios analíticos em formato eletrônico, em PDF, com assinatura eletrônica avançada ou qualificada, nos termos da MP nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/2020, subscritos por responsável técnico ou profissional autorizado pelo laboratório, contendo, no mínimo, as informações detalhadas no item específico deste Termo de Referência.

3.3.7. Manutenção de amostras remanescentes e reanálises: quando tecnicamente viável e respeitados os prazos máximos de preservação de cada parâmetro, a contratada deverá manter amostras remanescentes sob condições adequadas de armazenamento para eventual reanálise. Nos casos em que a reanálise não seja tecnicamente possível em razão da natureza do parâmetro ou do prazo de validade da amostra, eventual não conformidade atribuível à contratada deverá ensejar coleta e nova análise sem custo adicional à contratante.

3.4. A solução observará as normas sanitárias, ambientais e técnicas aplicáveis a cada matriz e parâmetro, em especial:

a) Portaria GM/MS nº 888/2021 e demais atos do Ministério da Saúde que a complementem ou substituam — controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano; b) Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 396/2008 e nº 430/2011 — enquadramento de corpos hídricos, qualidade de



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

águas subterrâneas e condições e padrões de lançamento de efluentes; c) Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08/2022 — condições e padrões de lançamento de efluentes de sistemas de tratamento de esgotos sanitários no Estado de Minas Gerais; d) Normas ABNT NBR aplicáveis a amostragem, preservação e ensaios; e) ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 — competência de laboratórios de ensaio e calibração; f) Demais normas técnicas reconhecidas, métodos do Standard Methods, métodos USEPA e ABNT/ISO aplicáveis.

3.5. A solução não compreende:

a) Fornecimento de equipamentos de tratamento, produtos químicos ou insumos operacionais de ETA/ETE; b) Elaboração de projetos de engenharia, consultoria técnica, interpretação operacional dos resultados ou emissão de pareceres especializados, sem prejuízo da obrigação de emissão dos laudos analíticos previstos neste Termo de Referência; c) Definição dos planos de amostragem dos municípios partícipes (pontos, frequências e parâmetros), que permanecem sob responsabilidade de cada ente titular do serviço de saneamento; d) Adoção de ações corretivas decorrentes de não conformidades identificadas nos laudos, que competem ao município partícipe no exercício de suas competências legais.

3.6. A descrição pormenorizada da solução, incluindo justificativas técnicas e fundamentação detalhada, encontra-se no Estudo Técnico Preliminar que instrui o processo administrativo desta contratação.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Os serviços objeto desta contratação são classificados como comuns e de natureza continuada, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado.

4.2. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço global do lote único, adotado o Sistema de Registro de Preços, observados os valores unitários máximos aceitáveis de cada item da planilha estimativa.

4.3. A contratação não se enquadra nas hipóteses legais de vedação à execução indireta, uma vez que o objeto não corresponde a atribuições próprias de cargos efetivos, atividades de comando, supervisão hierárquica ou atos de polícia administrativa.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o CISAB SUL, os municípios partícipes ou eventuais órgãos aderentes, vedada qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

5.1. Natureza do serviço

5.1.1. Os serviços objeto desta contratação são de natureza continuada, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, executados sob demanda dos municípios partícipes do CISAB SUL e de eventuais órgãos aderentes à Ata de Registro de Preços, conforme planos de amostragem próprios de cada ente.

5.1.2. A execução será realizada de forma parcelada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, sem obrigatoriedade de consumo mínimo, observados os quantitativos estimados e as periodicidades definidas neste Termo de Referência.

5.2. Normas técnicas e regulatórias aplicáveis

5.2.1. A execução dos serviços deverá observar integralmente as normas sanitárias, ambientais e técnicas vigentes, em especial:

a) Portaria GM/MS nº 888/2021 — controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, com destaque para o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017, na redação dada pela referida Portaria;

b) Resolução CONAMA nº 357/2005 — classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento;

c) Resolução CONAMA nº 396/2008 — classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas;

d) Resolução CONAMA nº 430/2011 — condições e padrões de lançamento de efluentes;

e) Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08/2022 — condições e padrões de lançamento de efluentes de sistemas de tratamento de esgotos sanitários no Estado de Minas Gerais;

f) ABNT NBR ISO/IEC 17025 — requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração;

g) Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (APHA/AWWA/WEF, edição vigente);

h) Normas técnicas ABNT aplicáveis à coleta, preservação, transporte e análise de amostras de água e esgoto;

i) Condicionantes ambientais e sanitárias específicas dos empreendimentos de saneamento dos municípios partícipes;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

j) Demais normas vigentes ou que vierem a substituí-las durante a execução contratual.

5.2.2. Em caso de alteração, revogação ou substituição das normas referenciadas neste Termo de Referência durante a vigência contratual, prevalecerá a norma em vigor à época da execução, mantidos o escopo técnico, os parâmetros e as obrigações pactuadas, ressalvada a possibilidade de adequação formal mediante termo aditivo, quando necessário.

5.3. Requisitos ambientais e sanitários de execução

5.3.1. A contratada deverá realizar o gerenciamento adequado dos resíduos gerados na coleta, transporte e análise das amostras (resíduos químicos, biológicos e perfurocortantes), observando a legislação ambiental e sanitária aplicável, em especial:

a) Política Nacional de Resíduos Sólidos; b) Resolução CONAMA nº 358/2005, quando aplicável aos resíduos de serviços de saúde; c) Normas ABNT NBR aplicáveis à classificação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos.

5.3.2. A contratada deverá adotar boas práticas laboratoriais que minimizem o consumo de água, energia e reagentes, priorizando, sempre que tecnicamente viável, métodos analíticos de menor impacto ambiental e a substituição de reagentes de elevada toxicidade por alternativas equivalentes.

5.3.3. A contratada deverá utilizar, preferencialmente, frascos e embalagens de amostragem recicláveis ou retornáveis, com descarte ambientalmente adequado após o uso, vedada a destinação inadequada de materiais contaminados.

5.3.4. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, a regularidade do licenciamento ambiental e sanitário de suas instalações laboratoriais e demais registros aplicáveis à atividade, comunicando à fiscalização qualquer alteração ou perda de validade dos respectivos documentos.

5.3.5. A contratada será responsável pela observância das normas de segurança do trabalho aplicáveis às atividades de coleta, transporte e análise de amostras de água e esgoto, em especial as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho pertinentes, quando aplicáveis, fornecendo e exigindo o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) adequados à atividade.

5.4. Vistoria técnica

5.4.1. A realização de vistoria técnica aos pontos de coleta dos municípios partícipes é facultativa, podendo o licitante interessado realizá-la previamente à apresentação da proposta,



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

mediante agendamento direto com o município correspondente, em data e horário a serem ajustados de comum acordo.

5.4.2. A vistoria, quando realizada, terá por finalidade permitir ao licitante o reconhecimento das condições locais, das características dos pontos de coleta, das distâncias entre municípios, das condições de acesso e da infraestrutura disponível para a prestação dos serviços.

5.4.3. Na hipótese de não realização da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições locais, assumindo integralmente os riscos e responsabilidades decorrentes.

5.4.4. A não realização da vistoria não poderá ser invocada posteriormente como justificativa para descumprimento de obrigações, atraso na execução, alteração de preços ou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.5. Declaração de pleno conhecimento

5.5.1. Como condição para celebração do contrato e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o adjudicatário deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, incluindo:

a) A logística de deslocamento entre os municípios partícipes; b) As características dos pontos de coleta (água bruta, água tratada, rede de distribuição, poços, efluentes brutos e tratados, corpos receptores); c) As distâncias entre os municípios e a infraestrutura local disponível; d) Os prazos e periodicidades exigidos para cada tipo de análise; e) Os requisitos técnicos, normativos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência.

5.5.2. A apresentação da proposta implica o reconhecimento pelo licitante de que tais fatores foram considerados na formulação dos preços ofertados, não cabendo, após a contratação, alegação de desconhecimento como fundamento para inexecução, atraso, glosa ou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

5.6. Requisitos de competência laboratorial, acreditação e rastreabilidade

5.6.1. A contratada deverá garantir que todos os ensaios vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021 sejam executados por laboratório com acreditação vigente junto à Cgcre/Inmetro, ou por organismo signatário de acordo de reconhecimento mútuo aplicável, conforme ABNT NBR ISO/IEC 17025, com escopo compatível com o parâmetro, a matriz e o método analítico utilizado.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

5.6.2. A comprovação da acreditação deverá ser feita mediante apresentação do certificado de acreditação vigente e do respectivo escopo oficial atualizado, emitido pelo organismo acreditador, contendo, no mínimo, identificação do laboratório, número da acreditação, matriz, ensaio/parâmetro, método ou norma técnica aplicável e situação de vigência.

5.6.3. Não será aceita, para fins de atendimento aos parâmetros da Portaria GM/MS nº 888/2021, acreditação genérica ou escopo incompatível com a matriz, parâmetro ou método utilizado no ensaio.

5.6.4. Quando o laboratório executor não possuir determinado parâmetro da Portaria GM/MS nº 888/2021 em seu escopo acreditado, a contratada poderá executar o ensaio por meio de laboratório subcontratado acreditado, desde que previamente autorizado pela Administração e observado o disposto na Seção 12 deste Termo de Referência.

5.6.5. Para todos os ensaios, independentemente de acreditação obrigatória, a contratada deverá assegurar:

a) utilização de métodos analíticos reconhecidos, tais como Standard Methods, USEPA, ABNT, ISO ou outros tecnicamente aceitos; b) validação ou verificação dos métodos empregados; c) rastreabilidade metrológica de equipamentos, padrões, reagentes e soluções; d) calibração e verificação periódica dos equipamentos críticos; e) controle de qualidade analítica, incluindo, quando aplicável, branco, duplicata, amostra fortificada, padrão de controle, curva de calibração, controle positivo e controle negativo; f) registro da cadeia de custódia da amostra desde a coleta até a emissão do laudo; g) identificação do responsável técnico pelo ensaio ou pelo relatório

5.6.6. A perda, suspensão, redução ou cancelamento da acreditação do laboratório executor, quando relacionada a ensaios vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, deverá ser comunicada formalmente à fiscalização no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, ficando a contratada obrigada a indicar laboratório acreditado substituto, sem acréscimo de custos para a Administração.

5.6.7. A execução de ensaio da Portaria GM/MS nº 888/2021 por laboratório sem acreditação válida ou com escopo incompatível será considerada não conformidade grave, sujeitando o laudo à rejeição, à coleta e reanálise sem custo adicional, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.

5.7. Subcontratação



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

5.7.1. A subcontratação observará integralmente o disposto na Seção 12 deste Termo de Referência, sendo admitida apenas de forma parcial, excepcional, previamente autorizada pela Administração e limitada às hipóteses, condições e percentuais nela previstos.

5.7.2. Nos ensaios vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, a subcontratação somente será admitida quando a parcela a ser executada exigir especialização técnica, equipamento dedicado ou escopo acreditado específico não abrangido pelo laboratório executor principal, desde que o laboratório subcontratado possua acreditação vigente junto à Cgcre/Inmetro, ou por organismo signatário de acordo de reconhecimento mútuo aplicável, conforme ABNT NBR ISO/IEC 17025, com escopo compatível com o parâmetro, a matriz e o método analítico correspondente.

5.7.3. A eventual subcontratação não afasta nem reduz a responsabilidade integral da contratada principal perante a Administração quanto à execução do objeto, qualidade técnica dos ensaios, rastreabilidade das amostras, manutenção da cadeia de custódia, conformidade dos laudos, observância dos prazos e cumprimento de todas as exigências contratuais, legais e regulamentares.

5.7.4. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, declaração de ciência dos limites, condições e vedações aplicáveis à subcontratação previstos neste Termo de Referência e no edital e, caso pretenda subcontratar parcela do objeto, deverá declarar expressamente essa intenção, com descrição da parcela passível de subcontratação, sem necessidade de indicação nominal da futura subcontratada nessa fase.

5.7.5. A identificação da subcontratada, bem como a apresentação de sua documentação técnica e jurídica, será exigida exclusivamente da adjudicatária, na forma e no momento previstos na Seção 12 deste Termo de Referência, como condição para autorização da subcontratação e antes do início da execução da parcela subcontratada.

5.7.6. É vedada a subcontratação total do objeto, bem como a subcontratação das atividades expressamente vedadas na Seção 12 deste Termo de Referência, especialmente aquelas relacionadas à coordenação técnica do contrato, gestão operacional da execução, emissão final consolidada dos laudos e coleta de amostras, ressalvada a hipótese excepcional expressamente admitida e previamente autorizada pela Administração.

5.7.7. O atendimento ao limite máximo de subcontratação e às condições de admissibilidade previstas neste Termo de Referência será verificado pela Administração com base na documentação apresentada pela adjudicatária, quando da solicitação de autorização da subcontratação, não sendo exigida, na fase de proposta ou habilitação, a indicação nominal prévia da subcontratada.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

5.7.8. Não serão aceitos, para fins de execução, medição, recebimento ou pagamento, resultados de ensaios executados por laboratório subcontratado sem autorização prévia da Administração ou em desacordo com as exigências técnicas e documentais estabelecidas neste Termo de Referência.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Fundamento e finalidade

6.1.1. A contratação observa o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto nos arts. 5º e 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010.

6.1.2. Para fins de definição das práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, poderão ser adotados, como referência técnica e administrativa, o Decreto nº 7.746/2012, quando aplicável, e as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, sem prejuízo de normas locais, sanitárias, ambientais e regulatórias específicas.

6.1.3. Os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto compreendem a adoção de práticas destinadas a minimizar impactos ambientais na execução dos serviços, assegurar a regularidade ambiental e sanitária da contratada, promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados e preservar a qualidade técnica, a rastreabilidade e a confiabilidade dos resultados laboratoriais.

6.2. Aplicação ao objeto da contratação

6.2.1. As práticas de sustentabilidade exigidas na execução contratual estão detalhadas na Seção 5.3 deste Termo de Referência, abrangendo, no que couber:

a) gerenciamento adequado de resíduos laboratoriais, químicos, biológicos e perfurocortantes gerados na execução dos serviços; b) adoção de boas práticas de coleta, acondicionamento, preservação, transporte e análise de amostras; c) uso racional de insumos, reagentes, materiais de consumo, embalagens e recursos logísticos; d) utilização de embalagens e materiais com menor impacto ambiental, desde que compatíveis com os requisitos técnicos de preservação, integridade e rastreabilidade das amostras; e) racionalização de deslocamentos, rotas e logística de coleta, quando aplicável; f) observância da legislação ambiental, sanitária, trabalhista e de segurança aplicável à atividade executada.

6.2.2. Os documentos comprobatórios de regularidade ambiental e sanitária exigidos da licitante, quando pertinentes ao objeto e à atividade desempenhada, encontram-se relacionados na Seção de Habilitação Técnica deste Termo de Referência, em especial:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

a) Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais — CTF/APP, quando a atividade executada estiver sujeita ao referido cadastro;

b) Alvará Sanitário ou documento equivalente emitido pela autoridade sanitária competente, quando exigível para o exercício da atividade.

6.2.3. A exigência de documentos ambientais e sanitários deverá guardar pertinência com o objeto contratado, com as atividades efetivamente executadas pela contratada e com a legislação aplicável, vedadas exigências desnecessárias, impertinentes ou que restrinjam indevidamente a competitividade.

6.3. Compromissos da contratada

6.3.1. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, a regularidade dos cadastros, autorizações, licenças, alvarás e demais documentos ambientais e sanitários exigíveis para o exercício da atividade contratada, apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitada pela fiscalização.

6.3.2. A contratada deverá adotar, sempre que tecnicamente viável e economicamente compatível, insumos, reagentes, materiais e procedimentos com menor impacto ambiental, observadas as normas técnicas aplicáveis e sem prejuízo da qualidade analítica, da validade dos métodos, da preservação das amostras, da segurança dos trabalhadores e da confiabilidade dos resultados.

6.3.3. A Contratada deverá promover a segregação, o acondicionamento, o armazenamento, o transporte e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na execução dos serviços, incluindo resíduos analíticos, químicos, biológicos, embalagens contaminadas e perfurocortantes, quando houver, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária aplicável.

6.3.4. A contratada deverá comprovar, quando solicitado pela fiscalização, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na execução contratual, mediante apresentação de documentos pertinentes, tais como manifestos de transporte de resíduos, certificados de destinação final, notas fiscais, registros internos ou outros documentos equivalentes, conforme a natureza do resíduo e a regulamentação aplicável.

6.3.5. A contratada deverá comprovar, quando aplicável, a adoção de práticas de logística reversa para embalagens, produtos ou insumos sujeitos a essa exigência, nos termos do art. 33 da Lei nº 12.305/2010 e normas regulamentares pertinentes.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

7.1. Para fins de conhecimento das condições locais de execução dos serviços, especialmente quanto aos pontos de coleta, acessos, horários de funcionamento, condições operacionais, logística de transporte de amostras e demais particularidades relevantes, o licitante poderá, facultativamente, realizar vistoria nos locais de execução dos serviços.

7.2. A vistoria será acompanhada por servidor designado pela Administração e deverá ser previamente agendada, podendo ser realizada de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30, observada a disponibilidade administrativa.

7.3. O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente à publicação do Edital e encerrar-se-á no dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, respeitado o prazo necessário para agendamento.

7.4. Para realização da vistoria, o representante do licitante deverá apresentar documento oficial de identificação e documento de autorização ou credenciamento emitido pela empresa interessada.

7.5. A vistoria é facultativa e sua não realização não impedirá a participação do licitante no certame, nem poderá ser utilizada como condição de habilitação, classificação ou contratação.

7.6. O licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições locais e das informações necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da contratação, assumindo a responsabilidade pela formulação de sua proposta.

7.7. As informações técnicas necessárias à elaboração das propostas serão disponibilizadas no Edital, no Termo de Referência e/ou em seus anexos, em meio eletrônico acessível a todos os interessados.

7.8. Por ocasião da vistoria, poderão ser prestados esclarecimentos de caráter operacional e disponibilizadas informações complementares relativas ao objeto, desde que tais informações sejam igualmente franqueadas aos demais licitantes, em observância aos princípios da isonomia, publicidade e julgamento objetivo.

7.9. A não realização da vistoria não poderá embasar alegações posteriores de desconhecimento das condições ordinárias de execução dos serviços, desde que tais condições tenham sido disponibilizadas de forma suficiente no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

7.10. Não serão transferidos à contratada ônus decorrentes de informações essenciais não disponibilizadas pela Administração, de alterações supervenientes não previstas ou de condições imprevisíveis que impactem a execução contratual, sem prejuízo da análise administrativa cabível nos termos da legislação aplicável.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Dinâmica de execução



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

8.1.1. O prazo para início da execução dos serviços será de até 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, compreendendo a mobilização inicial, contato com o órgão demandante, confirmação logística e agendamento das coletas.

8.1.1.1. A primeira campanha de coleta deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, salvo prazo diverso definido pela fiscalização em razão do plano de amostragem, da periodicidade normativa, de condicionante ambiental específica ou de necessidade operacional devidamente justificada.

8.1.3. Todas as coletas previstas para a data agendada deverão ser executadas integralmente, não sendo admitido o remanejamento parcial dos pontos solicitados sem prévia autorização da fiscalização, considerando que os resultados deverão refletir as condições específicas do sistema no período amostrado.

8.1.4. A impossibilidade de coleta em determinado ponto, por motivo técnico, operacional, climático, de segurança ou de acesso, deverá ser registrada pela contratada no ato da ocorrência, com justificativa formal, identificação do ponto, data, horário, responsável pela coleta e, sempre que possível, registro fotográfico ou outra evidência comprobatória.

8.2. Coleta, preservação, transporte e cadeia de custódia

8.2.1. Os serviços deverão incluir a coleta das amostras nos pontos indicados pela fiscalização, dentro da área de abrangência do órgão participante, estando todos os custos correspondentes incluídos no preço contratado.

8.2.2. A contratada deverá executar as coletas conforme normas técnicas aplicáveis, métodos reconhecidos e requisitos de preservação, acondicionamento, identificação, transporte e prazo de validade das amostras, de acordo com a matriz analisada e os parâmetros contratados.

8.2.3. As amostras deverão ser coletadas em frascos adequados ao parâmetro a ser analisado, devidamente limpos, preservados, identificados e, quando aplicável, esterilizados, contendo conservantes compatíveis com o ensaio a ser realizado.

8.2.4. A contratada deverá assegurar a rastreabilidade integral das amostras, por meio de formulário de coleta, cadeia de custódia ou documento equivalente, contendo, no mínimo:

a) identificação do órgão participante; b) identificação do ponto de coleta; c) matriz da amostra; d) data e horário da coleta; e) nome e identificação do coletor; f) parâmetros solicitados; g) tipo de frasco e preservação utilizada, quando aplicável; h) temperatura de acondicionamento e transporte, quando aplicável; i) data e horário de recebimento no laboratório; j) condições de



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

recebimento da amostra; k) eventuais ocorrências, desvios ou limitações observadas na coleta ou no transporte.

8.2.5. A contratada deverá transportar as amostras em condições compatíveis com os requisitos técnicos de cada ensaio, observando temperatura, proteção contra contaminação, integridade dos frascos, prazos máximos de análise e demais condições estabelecidas pelos métodos aplicáveis.

8.3. Análises em campo e em laboratório

8.3.1. As análises de cloro residual livre e temperatura deverão ser realizadas obrigatoriamente em campo, no momento da coleta, quando aplicáveis à matriz e ao ponto amostrado.

8.3.2. Parâmetros que exijam medição imediata ou que sejam tecnicamente recomendados para determinação em campo, tais como pH, oxigênio dissolvido, condutividade elétrica, e outros previstos nos métodos aplicáveis, deverão ser realizados preferencialmente no momento da coleta, quando constarem do escopo contratado.

8.3.3. Parâmetros de observação direta, tais como materiais flutuantes, resíduos sólidos objetáveis, óleos e graxas visíveis, corantes provenientes de fontes antrópicas e substâncias que comuniquem gosto ou odor, quando aplicáveis à matriz analisada e previstos no escopo contratado, deverão ser registrados em campo, no ato da coleta.

8.3.4. As demais análises deverão ser realizadas em laboratório tecnicamente competente, observados os requisitos de habilitação, acreditação, rastreabilidade, métodos de ensaio e controle de qualidade definidos neste Termo de Referência.

8.3.5. Quando admitida a execução de ensaios por laboratório de apoio ou subcontratado, deverão ser observadas as condições previstas neste Termo de Referência, permanecendo a contratada integralmente responsável pelos resultados, prazos, rastreabilidade, qualidade técnica e conformidade dos laudos emitidos.

8.4. Frequência e acionamento dos serviços

8.4.1. A contratada deverá considerar que poderá ser acionada para realização de coletas e análises com frequência mensal, trimestral, semestral ou eventual, conforme os itens contratados, o planejamento de monitoramento e a necessidade de cada órgão participante.

8.4.2. A frequência, os pontos de coleta, as matrizes, os parâmetros e os quantitativos serão definidos individualmente por cada órgão participante, respeitados os limites, itens, quantitativos e condições previstos neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

8.4.3. Deverão ser analisados os parâmetros efetivamente contratados e solicitados pelo órgão participante, observada a legislação aplicável à matriz analisada, incluindo, quando se tratar de água para consumo humano, a Portaria GM/MS nº 888/2021, que altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017.

8.5. Prazos de execução e entrega dos resultados

8.5.1. O prazo para execução das análises e entrega dos laudos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da coleta, salvo quando houver prazo inferior estabelecido neste Termo de Referência, no método analítico, na legislação aplicável ou na solicitação formal do órgão participante.

8.5.2. Resultados de parâmetros críticos à avaliação sanitária ou operacional, especialmente aqueles relacionados à presença de *Escherichia coli*, coliformes, ausência ou insuficiência de desinfetante residual, alterações relevantes de turbidez, pH ou outros parâmetros que indiquem risco imediato, deverão ser comunicados à fiscalização tão logo estejam disponíveis, independentemente da emissão do laudo final.

8.5.3. Os resultados obtidos em campo deverão ser registrados no ato da coleta e encaminhados à fiscalização juntamente com o formulário de coleta, cadeia de custódia ou relatório preliminar, quando solicitado.

8.6. Relatórios e laudos

8.6.1. Os laudos, relatórios ou certificados de análise deverão ser emitidos em meio eletrônico, sem prejuízo do fornecimento em meio impresso quando solicitado pela fiscalização, estando os custos de emissão incluídos no preço contratado.

8.6.2. Os laudos deverão conter, no mínimo:

a) identificação da contratada e do laboratório executor; b) identificação do órgão participante; c) identificação do ponto de coleta; d) matriz da amostra; e) data e horário da coleta; f) identificação do coletor; g) data e horário de recebimento da amostra no laboratório; h) condições de recebimento da amostra; i) parâmetros analisados; j) resultados obtidos, com respectivas unidades de medida; k) método analítico empregado; l) limite de detecção e/ou limite de quantificação, quando aplicável; m) valor máximo permitido, padrão de referência ou critério legal aplicável, quando houver; n) indicação de conformidade ou não conformidade em relação ao padrão aplicável, quando pertinente; o) data de realização das análises; p) identificação e assinatura do responsável técnico, com respectivo registro no conselho profissional competente, quando aplicável; q) observações sobre desvios, interferências, limitações ou ocorrências que possam impactar a interpretação dos resultados.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

8.6.3. Os laudos deverão adotar, como referência, os padrões legais aplicáveis à matriz analisada. Para água destinada ao consumo humano, deverão observar a Portaria GM/MS nº 888/2021 e suas atualizações, quando aplicável.

8.6.4. Os relatórios deverão ser enviados ao endereço eletrônico indicado pela fiscalização ou disponibilizados por meio eletrônico oficial definido pelo órgão participante.

8.7. Guarda de amostras e reanálise

8.7.1. A guarda de amostras, quando tecnicamente possível, deverá observar a natureza da matriz, o parâmetro analisado, o método empregado, as condições de preservação e os prazos máximos de validade da amostra.

8.7.2. A reanálise somente será exigível quando tecnicamente viável e quando houver amostra válida, preservada e suficiente para nova determinação, observados os prazos de estabilidade do parâmetro e as condições previstas no método aplicável.

8.7.3. A reanálise será realizada sem ônus adicional para a contratante quando decorrer de erro, falha, inconsistência, perda de rastreabilidade, descumprimento de método, problema de preservação, transporte inadequado ou outra não conformidade atribuível à contratada.

8.7.4. Não será exigida reanálise de parâmetros cuja amostra não possa ser tecnicamente preservada ou cujo prazo máximo de análise tenha expirado, especialmente em ensaios microbiológicos ou parâmetros sujeitos a alteração rápida, sem prejuízo da possibilidade de nova coleta, quando necessária.

8.8. Metodologias analíticas

8.8.1. As metodologias empregadas deverão ser compatíveis com a matriz analisada, com os parâmetros contratados, com os limites de quantificação necessários à verificação dos padrões legais aplicáveis e com os requisitos estabelecidos na legislação vigente.

8.8.2. Para água destinada ao consumo humano, deverão ser observados os métodos aceitos pela Portaria GM/MS nº 888/2021, pelo Ministério da Saúde e por referências técnicas reconhecidas, quando aplicáveis.

8.8.3. Os métodos utilizados deverão permitir a adequada comparação dos resultados com os valores máximos permitidos, padrões de referência ou critérios legais aplicáveis, sendo vedado o uso de limite de quantificação incompatível com o padrão a ser verificado.

8.9. Medidas de segurança



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

8.9.1. A execução dos serviços deverá observar todas as medidas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores, dos servidores da contratante e de terceiros eventualmente envolvidos, em conformidade com a legislação trabalhista, sanitária, ambiental e de segurança aplicável.

8.9.2. A contratada será responsável pelo fornecimento, orientação e uso dos Equipamentos de Proteção Individual — EPIs e demais medidas de segurança necessários à execução das atividades de coleta, transporte, manuseio de amostras e realização de ensaios.

8.9.3. A contratada deverá observar as condições de segurança dos locais de coleta, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer situação que impeça ou comprometa a execução segura dos serviços.

8.9.4. A contratante não se responsabilizará por acidentes decorrentes de culpa exclusiva da contratada, de seus empregados, prepostos ou subcontratados, nem atuará como mediadora de conflitos trabalhistas, comerciais ou internos da contratada, sem prejuízo das responsabilidades legais de cada parte.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a adequada execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, às suas expensas e com custos incluídos no preço contratado, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, insumos, reagentes, frascos, conservantes, meios de preservação, embalagens, documentos de controle e demais recursos necessários à coleta, acondicionamento, preservação, transporte, análise e emissão dos respectivos laudos, nas quantidades e especificações compatíveis com o objeto contratado.

9.2. A contratada deverá assegurar que os materiais e equipamentos utilizados sejam adequados à matriz analisada, aos parâmetros contratados, aos métodos analíticos empregados e às normas técnicas aplicáveis, promovendo sua substituição sempre que apresentarem defeito, inadequação, contaminação, vencimento, perda de rastreabilidade ou qualquer condição que possa comprometer a qualidade dos serviços.

9.3. Deverão ser disponibilizados pela contratada, quando aplicável ao serviço solicitado:

- a) frascos apropriados para cada tipo de análise, devidamente limpos, identificados, preservados e esterilizados, quando necessário;
- b) conservantes, reagentes e soluções necessários à preservação e execução das análises;
- c) caixas térmicas, gelo reciclável ou outro meio adequado para manutenção das condições de transporte das amostras;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

- d) etiquetas, lacres, formulários de coleta, cadeia de custódia e demais documentos de rastreabilidade;
- e) equipamentos de medição em campo, devidamente calibrados ou verificados, quando aplicável;
- f) equipamentos, materiais e utensílios necessários à coleta segura das amostras;
- g) Equipamentos de Proteção Individual — EPIs e demais dispositivos de segurança necessários à execução dos serviços;
- h) veículos, recipientes e meios logísticos adequados ao transporte das amostras, observadas as condições de preservação exigidas.

9.4. Os equipamentos utilizados em medições de campo deverão estar em condições adequadas de uso, com registros de calibração, verificação ou controle metrológico compatíveis com o parâmetro medido e com o método adotado, devendo tais registros ser apresentados à fiscalização sempre que solicitados.

9.5. A contratante não será responsável pelo fornecimento de frascos, reagentes, conservantes, equipamentos, EPIs, caixas térmicas, meios de transporte, materiais de coleta ou quaisquer outros insumos necessários à execução dos serviços, salvo previsão expressa em contrário no Termo de Referência, contrato ou instrumento equivalente.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Para fins de elaboração da proposta, os licitantes deverão considerar as informações constantes desta seção e as demais informações deste Termo de Referência.

10.2. A demanda estimada compreende a realização de coletas e análises laboratoriais e/ou de campo em pontos vinculados a sistemas de abastecimento de água, estações de tratamento de água, poços, redes de distribuição, estações de tratamento de esgoto, corpos receptores e demais pontos indicados pelos órgãos participantes, conforme especificações deste Termo de Referência.

10.3. Os pontos indicados como “reserva” somente poderão ser utilizados para substituição de pontos originalmente previstos que estejam temporariamente indisponíveis, inacessíveis ou tecnicamente inviáveis no momento da coleta, não implicando acréscimo automático do quantitativo contratado.

10.5. Os pontos indicados como “a definir”, “sob demanda” ou equivalentes deverão observar os limites territoriais do respectivo município ou órgão participante, os quantitativos estimados na planilha de preços e as condições de execução previstas neste Termo de Referência.

10.6. A contratada deverá considerar, na formação de seus preços, todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo deslocamento, equipe técnica, frascos, conservantes, materiais de



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

coleta, equipamentos de campo, EPIs, preservação, acondicionamento, transporte das amostras, análises, emissão de laudos, relatórios e demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

10.8. Eventuais alterações de pontos de coleta durante a execução contratual somente serão admitidas quando mantida a compatibilidade com o objeto contratado, com a matriz da amostra, com o município ou órgão participante, com o quantitativo registrado e com as condições previstas na Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente.

10.9. Municípios e pontos de coleta informados:

Município	Ponto de coleta / endereço
Boa Esperança	ETE – todas localizadas em Boa Esperança ETA – Bandeira, 1260 – Aeroporto ETA Aeroporto e no prolongamento da Avenida Kubitschek, s/n, Zona Rural.
Coqueiral	ETA – Calha Parshall Rua Óleo Rua Leonides Alvarenga ETA – Saída de Tratamento Zona Rural Zona Urbana ETA ETE – Eldorado ETE – Lajinha ETE – Frei Eustáquio
Lambari	ETA – Avenida Presidente Antônio Carlos, 796, Sertãozinho; 1 ponto na rede de distribuição Elevatória de Água Bruta – Rodovia MG 456, KM 2 Lago Guanabara – Volta do Lago (pontos de coleta a definir no momento oportuno) Poço Bairro Rural Serrinha Poço Bairro Rural São João ETA – Avenida Presidente Antônio Carlos, 796, Sertãozinho; 1 ponto na rede de distribuição ETA – Avenida Presidente Antônio Carlos, 796, Sertãozinho; 1 ponto na rede de distribuição Elevatória de Água Bruta – Rodovia MG 456, KM 2
Extrema	Montante e Jusante do tratamento da ETE: ETE Principal (Jaguari) – Margem esquerda do Rio Jaguari, Rod. Fernão Dias, km 947, Pires – Extrema/MG ETE Mantiqueira – Rua Loreto Nunes, s/n, Bairro Mantiqueira – Extrema/MG ETE Roseira – Avenida Luiz Piazarolli, nº479, Bairro Roreira – Extrema/MG ETE Pérola da Mantiqueira – Rua Pérola da Prata, nº90, Bairro Ponte Alta – Extrema/MG ETE Recanto do Sol – Loteamento Recanto do Sol, Rodovia MG 460, entroncamento da BR 381, Bairro do Jardim - Extrema/MG ETE Estância Barreiro – Loteamento Estância Barreiro, Estrada Municipal Remígio Olivotti, Bairro do Barreiro - Extrema/MG Coletas de amostras de efluente: Sob demanda em diversos territórios do município de Extrema/MG.
São João Batista do Gloria	Rua Florianópolis – 53 Fazenda Ipê - 1
São José da Barra	Ponto de captação superficial; Ponto de captação subterrânea; Ponta de rede de distribuição; saída do tratamento ETA Filtros 1 e 2.
Soledade de Minas	Rio Verde + Pessegueiro + 2 reservas (Ponta de Rede) Rio Verde + Pessegueiro + 2 reservas (Ponta de Rede) ETA (6 obrigatórias e 2 de reservas) Saída do tratamento (Pós tanque de contato) 4 obrigatórias + 2 de reservas Rio Verde + Pessegueiro + 6 obrigatórias + 2 de reservas (Ponta de Rede) ETA – Ponta de Rede (8 obrigatórias + 2 de reserva) Calha Parshall (12 obrigatórias + 5 de reservas) Saída dos dois filtros (junção em uma tubulação) 12 obrigatórias + 5 de reservas Parshall (4 obrigatórias + 2 de reservas) Jusante e montante do município (verificação de quantidade de contaminação que o município é responsável).

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

11.1. Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência, do edital, da proposta apresentada, da Ordem de Serviço e demais documentos integrantes da contratação, com a alocação de pessoal capacitado, materiais, equipamentos, veículos, frascos, conservantes, reagentes, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução do objeto.

11.2. Fornecer e utilizar, às suas expensas e com custos incluídos no preço contratado, todos os materiais, equipamentos, insumos e recursos necessários à coleta, preservação, acondicionamento, transporte, análise e emissão dos laudos, observadas as quantidades, qualidades e especificações técnicas exigidas.

11.3. Reparar, corrigir, refazer, complementar ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, os serviços executados em desconformidade com este Termo de Referência, com os métodos aplicáveis, com a legislação vigente ou com os critérios de aceitação definidos pela Administração.

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios, falhas, erros, omissões e danos decorrentes da execução do objeto, inclusive aqueles relacionados à coleta inadequada, preservação incorreta, transporte irregular, perda de rastreabilidade, uso de método incompatível, atraso injustificado ou emissão de laudo inconsistente.

11.5. Ressarcir a Administração por danos comprovadamente causados por ação ou omissão da contratada, de seus empregados, prepostos, representantes ou subcontratados autorizados, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.6. Utilizar profissionais capacitados e habilitados para a execução dos serviços, compatíveis com as atividades de coleta, medições em campo, transporte de amostras, análises laboratoriais, controle de qualidade e emissão de laudos.

11.7. Manter responsável técnico legalmente habilitado, quando exigível, com registro no conselho profissional competente, responsável pela supervisão técnica dos serviços e pela assinatura ou validação dos laudos, relatórios ou certificados de análise.

11.8. Realizar as coletas nos pontos indicados pela fiscalização, observando os procedimentos técnicos aplicáveis, o plano de amostragem, a matriz da amostra, os parâmetros solicitados, a preservação adequada, o tipo de frasco, o prazo máximo de análise e as condições de transporte.

11.9. Realizar em campo os parâmetros que, por sua natureza, exijam ou recomendem medição imediata, incluindo, quando aplicável, cloro residual livre, temperatura, pH, oxigênio dissolvido, condutividade elétrica e demais parâmetros definidos neste Termo de Referência ou nos métodos aplicáveis.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

11.10. Garantir a rastreabilidade das amostras por meio de identificação adequada, formulários de coleta, registros de campo, cadeia de custódia ou documento equivalente, contendo, no mínimo, data, horário, pontos de coleta, matriz, coletor, preservação, transporte, recebimento no laboratório e eventuais ocorrências.

11.11. Manter os equipamentos de campo e de laboratório em condições adequadas de uso, com registros de calibração, verificação, manutenção ou controle metrológico compatíveis com os métodos empregados, devendo apresentar tais registros à fiscalização sempre que solicitado.

11.12. Utilizar métodos analíticos compatíveis com a matriz, os parâmetros contratados, os limites de quantificação necessários e os padrões legais aplicáveis, observando a legislação vigente e referências técnicas reconhecidas.

11.13. Emitir laudos, relatórios ou certificados de análise contendo as informações mínimas previstas neste Termo de Referência, incluindo identificação da amostra, ponto de coleta, método empregado, resultado, unidade, limite de quantificação, padrão legal aplicável, data da coleta, data da análise e identificação do responsável técnico.

11.14. Comunicar à fiscalização, tão logo disponíveis, os resultados críticos ou não conformes que possam indicar risco sanitário, operacional ou ambiental.

11.15. Informar formalmente à fiscalização qualquer ocorrência, limitação ou desvio que possa comprometer a coleta, a preservação, o transporte, a validade da amostra, o prazo de análise ou a confiabilidade do resultado.

11.16. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, impedimento de acesso, falha operacional, extravio de amostra, quebra de frasco, perda de prazo de preservação ou situação que possa comprometer a execução dos serviços.

11.17. Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela contratante ou por seus prepostos, disponibilizando documentos relacionados à execução contratual, tais como registros de coleta, cadeia de custódia, comprovantes de calibração, relatórios, laudos e demais evidências técnicas.

11.18. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade executada em desconformidade com este Termo de Referência, com a boa técnica, com a legislação aplicável ou que possa colocar em risco pessoas, bens, amostras, instalações ou a validade dos resultados.

11.19. Promover a guarda, conservação, manutenção, limpeza, calibração, verificação e substituição dos materiais, equipamentos, ferramentas, frascos, reagentes e demais insumos necessários à execução dos serviços.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

11.20. Conduzir os serviços com observância às normas legais, técnicas, sanitárias, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos e da contratante, quando compatíveis com o objeto contratado.

11.21. Submeter previamente à contratante, por escrito, quaisquer alterações relevantes nos procedimentos de execução, métodos, laboratórios de apoio, logística de coleta ou forma de apresentação dos resultados, quando tais alterações puderem impactar a qualidade, a rastreabilidade, o prazo ou a conformidade dos serviços.

11.22. Não permitir a utilização de trabalho de menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nem permitir a utilização de trabalho de menor de 18 anos em atividade noturna, perigosa ou insalubre, nos termos da legislação vigente.

11.23. Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.24. Cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, comerciais, ambientais e demais encargos decorrentes da execução do contrato, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à contratante.

11.25. Apresentar, quando solicitado pela fiscalização ou quando não for possível a verificação por meios oficiais, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos no edital, no contrato ou na legislação aplicável.

11.26. Cumprir, quando aplicável, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, bem como as normas de acessibilidade, na forma da legislação vigente.

11.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual, incluindo dados operacionais dos sistemas de abastecimento, esgotamento sanitário, resultados analíticos, registros de campo, relatórios e documentos técnicos.

11.28. Não divulgar, publicar, compartilhar ou utilizar os resultados analíticos, laudos, relatórios, dados operacionais ou quaisquer informações da contratante para finalidade diversa da execução contratual, salvo mediante autorização expressa da Administração ou exigência legal.

11.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto a deslocamentos, logística, equipe, materiais, frascaria, reagentes, equipamentos, transporte, relatórios e demais custos necessários à plena execução do objeto, ressalvadas as hipóteses legais de alteração contratual ou reequilíbrio econômico-financeiro.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

11.30. Cumprir as normas de segurança da contratante aplicáveis aos locais de coleta, bem como fornecer e exigir o uso dos Equipamentos de Proteção Individual — EPIs necessários à execução dos serviços.

11.31. Responsabilizar-se pela conduta de seus empregados, prepostos e subcontratados autorizados durante a execução dos serviços, inclusive quanto ao acesso às unidades da contratante, comportamento, segurança, sigilo, limpeza e preservação das instalações.

11.32. Responsabilizar-se integralmente por laboratórios de apoio ou subcontratados autorizados, quando admitidos no instrumento convocatório, permanecendo obrigada pela qualidade técnica, rastreabilidade, prazos, resultados, laudos e conformidade dos serviços executados por terceiros.

11.33. Disponibilizar à contratante, em meio eletrônico, os laudos, relatórios, planilhas, registros de campo, cadeias de custódia e demais produtos gerados na execução contratual, os quais poderão ser utilizados pela Administração para fins de controle, fiscalização, prestação de contas, regulação, vigilância sanitária, gestão operacional e atendimento a órgãos de controle.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É vedada a subcontratação total do objeto, permanecendo a contratada principal integralmente responsável perante a Administração pela execução contratual, inclusive quanto à qualidade técnica dos serviços, cumprimento dos prazos, rastreabilidade das amostras, cadeia de custódia, validade dos laudos, atendimento às exigências deste Termo de Referência, do edital, do contrato e da legislação aplicável.

12.2. A subcontratação parcial somente será admitida em caráter excepcional, desde que previamente autorizada pela Administração e restrita às parcelas analíticas expressamente permitidas neste Termo de Referência, observando-se o limite máximo de até 30% (trinta por cento) dos parâmetros analíticos distintos vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, sem prejuízo das demais exigências técnicas e legais aplicáveis.

12.3. Fica vedada, em qualquer hipótese, a subcontratação das atividades de:

- a) coordenação técnica do contrato;
- b) gestão operacional da execução;
- c) emissão final consolidada dos laudos;
- d) interlocução formal com a Administração;
- e) coleta de amostras, salvo autorização expressa e motivada da Administração, em situação superveniente, específica e tecnicamente justificada.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

12.4. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, declaração formal de que tem ciência dos limites, condições e vedações à subcontratação previstos no edital e neste Termo de Referência e, caso pretenda subcontratar parcela do objeto, deverá declarar expressamente essa intenção, com a descrição da parcela passível de subcontratação, sem necessidade de indicação nominal da futura subcontratada nessa fase.

12.5. A identificação da subcontratada e a apresentação de sua documentação completa serão exigidas exclusivamente da adjudicatária, como condição para autorização da subcontratação, devendo ocorrer:

- I - antes da assinatura do contrato, quando a subcontratação já estiver previamente definida; ou
- II - no caso de contratação por demanda, antes do início da execução da parcela subcontratada.

12.6. Quando a subcontratação envolver ensaios laboratoriais, a documentação da subcontratada deverá ser apresentada antes da primeira coleta relacionada à parcela subcontratada ou, no máximo, antes do encaminhamento da amostra ao laboratório subcontratado, vedada a utilização de resultados emitidos por laboratório não previamente autorizado.

12.7. A documentação da subcontratada deverá conter, no mínimo:

- I - Identificação completa da empresa;
- II - Documentos de habilitação jurídica;
- III - comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista;
- IV - Comprovação de qualificação técnica compatível com a parcela a ser subcontratada;
- V - Quando exigível, certificado de acreditação vigente e escopo de acreditação compatível com a matriz, o parâmetro e o método analítico aplicáveis;
- VI - Relação objetiva dos parâmetros, métodos, matrizes e atividades que serão executados pela subcontratada;
- VII - declaração de inexistência de impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- VIII - instrumento jurídico ou documento equivalente que comprove o vínculo entre a contratada principal e a subcontratada, com delimitação clara das atividades a serem executadas;
- IX - Declaração formal da contratada principal de que assume responsabilidade integral pelos serviços subcontratados.

12.8. A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração, após análise da documentação apresentada, sendo vedado o início da execução da parcela subcontratada antes da respectiva aprovação formal.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

12.9. A autorização de subcontratação não transfere à subcontratada qualquer vínculo contratual com a Administração, permanecendo a contratada principal como única responsável pelo cumprimento integral do contrato.

12.10. Não serão aceitos, para fins de medição, pagamento, comprovação contratual, atendimento à Portaria GM/MS nº 888/2021 ou demais normas aplicáveis, resultados de ensaios executados por subcontratada:

I - não autorizada previamente pela Administração;

II - Com documentação incompleta ou irregular;

III - com escopo de acreditação incompatível, quando exigível;

IV - Que atue em desconformidade com as condições aprovadas.

12.11. A substituição de subcontratada, a ampliação da parcela subcontratada ou a inclusão de nova subcontratada dependerão de nova autorização prévia da Administração, acompanhada da documentação pertinente, nos mesmos moldes exigidos para a autorização inicial.

12.12. A contratada principal deverá manter, durante toda a execução contratual, os registros de subcontratação, cadeia de custódia, identificação do laboratório executante, comprovantes de envio e recebimento de amostras, certificados e escopos vigentes, laudos emitidos e demais evidências necessárias à rastreabilidade técnica e à fiscalização do contrato.

12.13. O inadimplemento da subcontratada, a perda de acreditação, a emissão de laudo inconsistente, a extrapolação do limite autorizado, a execução sem autorização prévia, a perda de amostra, o comprometimento da cadeia de custódia ou qualquer outra falha relacionada à subcontratação não afastam nem atenuam a responsabilidade integral da contratada principal, inclusive quanto à aplicação de glosas, determinação de recoleta, repetição de ensaios, sanções administrativas e eventual rescisão contratual.

12.14. A Administração poderá recusar, motivadamente, a subcontratação pretendida sempre que verificar insuficiência técnica, inadequação documental, incompatibilidade do escopo acreditado, risco à rastreabilidade metrológica, comprometimento da cadeia de custódia, prejuízo à fiscalização contratual ou afronta às disposições do edital, deste Termo de Referência, do contrato e da legislação vigente.

12.15. A admissibilidade da subcontratação prevista nesta cláusula não constitui direito subjetivo da contratada, caracterizando-se como faculdade condicionada à conveniência administrativa, à adequação técnica e ao atendimento integral dos requisitos estabelecidos pela Administração.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

13.1. É admissível a alteração subjetiva da contratada em razão de fusão, cisão, incorporação, transformação societária ou outra forma de reorganização empresarial, desde que previamente comunicada à Administração e condicionada à sua anuência expressa e formal.

13.2. A alteração subjetiva somente será admitida se a nova pessoa jurídica comprovar o atendimento integral aos requisitos de habilitação exigidos na licitação original, especialmente quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica compatível com o objeto contratado.

13.3. Deverão ser mantidas todas as cláusulas, condições, obrigações, preços, prazos, responsabilidades e garantias originalmente pactuadas, sendo vedada qualquer alteração que implique prejuízo à execução do objeto, à fiscalização contratual ou à vantajosidade da contratação para a Administração.

13.4. No caso de serviços laboratoriais relacionados à análise de água para consumo humano, esgoto, efluentes ou demais matrizes previstas neste Termo de Referência, a nova pessoa jurídica deverá comprovar a manutenção da capacidade técnica, operacional e metrológica necessária à execução dos serviços contratados.

13.5. Para os ensaios abrangidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021, a nova pessoa jurídica deverá apresentar certificado de acreditação vigente na ABNT NBR ISO/IEC 17025, concedido pela Cgcre/Inmetro ou por organismo de acreditação reconhecido, acompanhado do respectivo escopo de acreditação, demonstrando expressamente os parâmetros, métodos, matrizes e limites aplicáveis aos ensaios que serão executados.

13.6. A alteração subjetiva não será admitida quando resultar em perda de requisito essencial de habilitação, redução da capacidade técnica, ausência de acreditação exigida, comprometimento da rastreabilidade das amostras, risco à qualidade dos resultados analíticos ou qualquer prejuízo à adequada execução contratual.

13.7. A contratada deverá apresentar, previamente à formalização da alteração subjetiva, a documentação societária pertinente, os documentos de habilitação atualizados da nova pessoa jurídica, os documentos técnicos exigidos neste Termo de Referência e declaração formal de assunção integral das obrigações contratuais.

13.8. A alteração subjetiva, se autorizada pela Administração, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ou instrumento equivalente admitido pela legislação aplicável, permanecendo assegurada a continuidade da execução contratual e a responsabilidade da nova pessoa jurídica por todas as obrigações assumidas.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

14.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante especialmente designado, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações contratuais, técnicas, operacionais, documentais e legais previstas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

14.2. A fiscalização será realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, abrangendo, no mínimo, o acompanhamento do plano de amostragem, pontos de coleta, frequências, prazos, métodos de ensaio, preservação e transporte das amostras, cadeia de custódia, emissão de laudos, relatórios, certificados, escopos de acreditação e demais evidências necessárias à comprovação da regular execução do objeto.

14.3. A Contratada deverá indicar preposto formalmente designado para representá-la durante a execução contratual, com poderes para receber comunicações, prestar esclarecimentos, encaminhar documentos, tratar de não conformidades e adotar providências corretivas em nome da empresa.

14.4. Antes do início da execução dos serviços, a Contratada deverá apresentar à fiscalização, quando aplicável:

a) relação dos laboratórios executantes, próprios ou subcontratados; b) certificado de acreditação ABNT NBR ISO/IEC 17025 vigente; c) escopo de acreditação atualizado, contendo os parâmetros, métodos e matrizes aplicáveis; d) relação dos parâmetros que serão executados por laboratório próprio e por eventual subcontratada; e) métodos analíticos a serem utilizados; f) limites de quantificação aplicáveis aos parâmetros contratados; g) procedimentos de coleta, preservação, transporte e recebimento de amostras; h) modelo de cadeia de custódia; i) modelo de laudo/relatório técnico; j) identificação dos responsáveis técnicos pelos ensaios e pela emissão dos laudos, quando aplicável.

14.5. Para os parâmetros abrangidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021, somente serão aceitos resultados emitidos por laboratório que comprove acreditação vigente na ABNT NBR ISO/IEC 17025, concedida pela Cgcre/Inmetro ou por organismo de acreditação reconhecido, devendo o respectivo escopo contemplar expressamente os parâmetros, métodos e matrizes executados.

14.6. O certificado de acreditação, isoladamente, não será considerado suficiente para comprovação da competência técnica. A fiscalização deverá verificar o escopo de acreditação correspondente, de modo a confirmar se os parâmetros analisados constam expressamente como acreditados para a matriz e método aplicáveis.

14.7. Quando houver subcontratação autorizada, a Contratada deverá apresentar à fiscalização, previamente à execução da parcela subcontratada, à documentação técnica da subcontratada, incluindo certificado e escopo de acreditação, relação dos parâmetros subcontratados, métodos analíticos e comprovação de rastreabilidade das amostras.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

14.8. A Contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, ainda que haja subcontratação autorizada, respondendo pela qualidade dos serviços, prazos, cadeia de custódia, laudos, relatórios, correções, refazimentos, danos e demais obrigações contratuais.

14.9. A fiscalização deverá verificar a conformidade das coletas e análises com o plano de amostragem aprovado, incluindo:

a) ponto de coleta; b) data e horário da coleta; c) identificação da amostra; d) responsável pela coleta; e) tipo e quantidade de frascos utilizados; f) preservantes empregados, quando aplicável; g) condições de transporte; h) temperatura de recebimento, quando aplicável; i) prazo entre coleta, recebimento e análise; j) integridade da amostra; k) registros de cadeia de custódia.

14.10. Os laudos e relatórios apresentados pela Contratada deverão conter, no mínimo:

a) identificação da Contratante; b) identificação da Contratada e do laboratório executor; c) identificação do ponto de coleta; d) data e horário da coleta; e) data de recebimento da amostra; f) data de realização dos ensaios; g) data de emissão do laudo; h) matriz analisada; i) parâmetros analisados; j) resultados obtidos; k) unidades de medida; l) métodos analíticos utilizados; m) limites de detecção e/ou quantificação, quando aplicáveis; n) indicação de ensaios acreditados e não acreditados, quando houver; o) referência normativa utilizada para avaliação; p) assinatura ou validação eletrônica do responsável autorizado; q) observações sobre desvios, interferências, inconformidades ou limitações da amostra, quando existentes.

14.11. Quando houver análise realizada por laboratório subcontratado, a Contratada deverá apresentar o laudo original emitido pela subcontratada, acompanhado do relatório consolidado, identificando claramente quais parâmetros foram executados por cada laboratório.

14.12. A fiscalização poderá rejeitar laudos, relatórios ou resultados quando verificar, entre outras situações:

a) ausência de cadeia de custódia; b) ausência de identificação adequada da amostra; c) coleta em ponto diverso do previsto; d) transporte ou preservação inadequados; e) extrapolação de prazo de validade da amostra; f) ausência de método analítico; g) limite de quantificação incompatível com o padrão legal aplicável; h) ausência de acreditação exigida para parâmetros da Portaria GM/MS nº 888/2021; i) parâmetro executado fora do escopo acreditado; j) subcontratação não autorizada; k) ausência de laudo original da subcontratada; l) inconsistência técnica relevante; m) ausência de assinatura, validação ou identificação do responsável pelo laudo.

14.13. Verificada não conformidade na execução dos serviços, a fiscalização comunicará formalmente à Contratada, indicando a falha constatada, o prazo para manifestação e as providências corretivas



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

necessárias, sem prejuízo da possibilidade de rejeição do serviço, glosa de pagamento, refazimento da coleta/análise ou aplicação de sanções contratuais.

14.14. A Contratada poderá apresentar justificativa técnica para eventual não conformidade, acompanhada de documentos comprobatórios. A justificativa somente poderá ser aceita pela fiscalização quando demonstrada a ocorrência de fato excepcional, imprevisível ou alheio ao controle da Contratada, sem prejuízo da avaliação quanto à validade técnica dos resultados apresentados.

14.15. A repetição de falhas, atrasos, perda de amostras, ausência de rastreabilidade, emissão de laudos incompletos, execução por laboratório não autorizado ou descumprimento das exigências de acreditação poderá caracterizar inexecução parcial ou total do contrato, sujeitando a Contratada às sanções previstas no contrato, neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

14.16. O recebimento dos serviços pela fiscalização ficará condicionado à verificação da conformidade dos laudos, relatórios, registros de coleta, cadeia de custódia, documentação de acreditação, cumprimento dos prazos e demais exigências contratuais.

14.17. A medição dos serviços executados deverá considerar apenas os serviços efetivamente prestados e aceitos pela fiscalização. Serviços rejeitados, não comprovados, executados em desconformidade ou sem documentação técnica suficiente não deverão ser medidos para fins de pagamento, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

14.18. Caso a fiscalização identifique necessidade de adequação de quantitativos, inclusão, supressão ou alteração de serviços, deverá comunicar formalmente à autoridade competente, para avaliação e eventual formalização por instrumento próprio, observados os limites e condições previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 125.

14.19. O representante da Contratante deverá registrar as ocorrências verificadas durante a execução contratual, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

14.20. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, no contrato, neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da possibilidade de extinção contratual, conforme hipóteses previstas no art. 137 da referida Lei.

14.21. A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, vício técnico, falha de execução, emprego de método inadequado, erro analítico, perda de amostra ou emissão de laudo em desconformidade, não implicando corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

14.22. Em hipótese alguma será admitido que a própria contratada substitua a avaliação, o aceite, a medição ou a validação da execução contratual, os quais competem exclusivamente à Contratante, por meio de seus gestores e fiscais designados.

15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. A medição dos serviços será realizada com base nos quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, observados os preços unitários contratados, o plano de amostragem, as ordens de serviço, os laudos emitidos, os registros de coleta, a cadeia de custódia e demais documentos comprobatórios exigidos neste Termo de Referência.

15.2. Somente serão considerados para fins de faturamento os serviços que atenderem integralmente às condições técnicas, documentais, operacionais e legais previstas no edital, no contrato e neste Termo de Referência.

15.3. Para fins de medição, a Contratada deverá apresentar, no mínimo:

a) relatório mensal ou por demanda dos serviços executados; b) identificação dos pontos de coleta atendidos; c) data e horário das coletas realizadas; d) identificação das amostras; e) registros de cadeia de custódia; f) comprovantes de recebimento das amostras pelo laboratório; g) laudos analíticos emitidos; h) identificação do laboratório executor de cada ensaio; i) indicação dos parâmetros analisados; j) métodos analíticos utilizados; k) limites de quantificação, quando aplicáveis; l) comprovação de acreditação e escopo correspondente, quando exigível; m) indicação de eventuais não conformidades, recoletas, reanálises ou atrasos.

15.4. Para os parâmetros abrangidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021, somente serão aceitos para medição e faturamento os ensaios executados por laboratório com acreditação vigente na ABNT NBR ISO/IEC 17025, concedida pela Cgcre/Inmetro ou por organismo de acreditação reconhecido, desde que o respectivo escopo contemple expressamente os parâmetros, métodos e matrizes analisados.

15.5. O certificado de acreditação isolado não será suficiente para fins de aceite da medição. A Contratada deverá apresentar ou manter disponível o escopo de acreditação atualizado, demonstrando a compatibilidade entre os ensaios executados e os parâmetros contratados.

15.6. Quando houver subcontratação autorizada, a medição somente será aceita se a Contratada apresentar a identificação do laboratório subcontratado, os laudos originais emitidos pela subcontratada, os registros de rastreabilidade das amostras e a comprovação de acreditação e escopo, quando exigíveis.

15.7. Não serão medidos nem pagos os serviços:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

a) não executados; b) executados em ponto de coleta diverso do previsto, sem autorização da Contratante; c) executados fora da frequência ou período estabelecido, sem autorização da Contratante; d) sem registro de cadeia de custódia; e) sem comprovação de preservação, acondicionamento ou transporte adequado da amostra; f) com extrapolação do prazo de validade da amostra para o parâmetro analisado; g) sem emissão de laudo técnico válido; h) com laudo incompleto, inconsistente ou sem identificação do laboratório executor; i) executados por laboratório não autorizado, quando houver subcontratação; j) executados fora do escopo de acreditação exigido; k) com limite de quantificação incompatível com o padrão legal ou contratual aplicável; l) rejeitados pela fiscalização em razão de não conformidade técnica ou documental.

15.8. A ocorrência de não conformidade técnica ou documental poderá ensejar, conforme o caso:

a) rejeição integral do serviço; b) glosa total ou parcial do valor correspondente; c) refazimento da coleta e/ou análise, sem ônus adicional para a Contratante; d) reemissão do laudo ou relatório, quando a falha for exclusivamente documental e não comprometer a validade técnica do resultado; e) aplicação das sanções previstas no contrato, no edital, neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

15.9. A reanálise ou recoleta decorrente de falha atribuível à Contratada, incluindo erro de coleta, transporte inadequado, perda de amostra, ausência de preservação, ausência de rastreabilidade, atraso na análise, laudo incorreto ou execução fora do escopo acreditado, deverá ser realizada sem qualquer custo adicional para a Contratante.

15.10. A emissão da nota fiscal somente poderá ocorrer após a aprovação da medição pela fiscalização, mediante ateste dos serviços efetivamente executados e aceitos.

15.11. A aprovação da medição não afasta a responsabilidade da Contratada por vícios, erros analíticos, inconsistências, não conformidades posteriormente identificadas ou descumprimento das obrigações contratuais.

15.12. A Contratante poderá reter ou glosar valores correspondentes a serviços não executados, executados parcialmente, rejeitados, não comprovados ou prestados em desconformidade com as exigências contratuais.

15.13. Caso sejam constatadas divergências entre os serviços faturados e os serviços efetivamente aceitos pela fiscalização, a Contratada deverá promover a correção da nota fiscal ou documento equivalente, sem prejuízo da apuração de responsabilidade.

15.14. Os pagamentos observarão os quantitativos efetivamente aceitos, os preços unitários contratados e as condições estabelecidas no edital, no contrato e neste Termo de Referência.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada deverá ser precedida do recebimento definitivo dos serviços pela Contratante, observado o disposto neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

16.2. Após a execução de cada parcela, ordem de serviço, campanha de amostragem ou período de faturamento, conforme o caso, a Contratada deverá apresentar à fiscalização a documentação comprobatória da execução dos serviços, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, salvo prazo diverso previsto na ordem de serviço.

16.3. Para fins de recebimento provisório, a Contratada deverá apresentar, no mínimo, quando aplicável:

a) relatório dos serviços executados; b) identificação dos pontos de coleta atendidos; c) datas e horários das coletas; d) identificação das amostras; e) registros de cadeia de custódia; f) comprovação das condições de acondicionamento, preservação e transporte das amostras; g) comprovante de recebimento das amostras pelo laboratório; h) laudos analíticos emitidos; i) identificação do laboratório executor de cada ensaio; j) indicação dos métodos analíticos utilizados; k) limites de detecção e/ou quantificação, quando aplicáveis; l) indicação dos ensaios acreditados e não acreditados, quando houver; m) certificado de acreditação e respectivo escopo, quando exigíveis; n) laudo original da subcontratada, quando houver subcontratação autorizada; o) justificativas técnicas para eventuais desvios, atrasos, recoletas, reanálises ou não conformidades.

16.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização, mediante análise da documentação apresentada e verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações previstas neste Termo de Referência, no contrato, na ordem de serviço e na proposta da Contratada.

16.5. Para fins de recebimento provisório, a fiscalização deverá verificar, no mínimo:

a) se os pontos de coleta correspondem aos previstos; b) se a frequência de amostragem foi cumprida; c) se as coletas foram realizadas nas datas e condições estabelecidas; d) se há cadeia de custódia completa e rastreável; e) se as amostras foram acondicionadas, preservadas e transportadas adequadamente; f) se os prazos entre coleta, recebimento e análise foram observados; g) se os laudos contêm as informações mínimas exigidas; h) se os métodos analíticos são compatíveis com o objeto contratado; i) se os limites de quantificação são compatíveis com os padrões legais aplicáveis; j) se o laboratório executor está devidamente identificado; k) se houve subcontratação autorizada, quando aplicável; l) se os ensaios sujeitos à exigência de acreditação foram executados dentro do escopo acreditado.

16.6. Para os parâmetros abrangidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021, o recebimento dos serviços ficará condicionado à comprovação de que os ensaios foram executados por laboratório com



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

acreditação vigente na ABNT NBR ISO/IEC 17025, concedida pela Cgcre/Inmetro ou por organismo de acreditação reconhecido, devendo o respectivo escopo contemplar expressamente os parâmetros, métodos e matrizes analisados.

16.7. O certificado de acreditação, isoladamente, não será suficiente para fins de recebimento dos serviços. A Contratada deverá apresentar ou manter disponível o escopo de acreditação atualizado, demonstrando a compatibilidade entre os ensaios executados e os parâmetros contratados.

16.8. Quando houver subcontratação autorizada, o recebimento ficará condicionado à apresentação da documentação técnica da subcontratada, identificação dos parâmetros executados, cadeia de custódia e comprovação de acreditação e escopo, quando exigíveis.

16.9. O fiscal técnico ou a equipe de fiscalização deverá elaborar relatório ou manifestação técnica de recebimento provisório, registrando a conformidade ou as não conformidades verificadas, os serviços aceitos, os serviços rejeitados, eventuais glosas, necessidade de correção documental, coleta, reanálise ou demais providências cabíveis.

16.10. O recebimento provisório não implica aceite definitivo dos serviços, nem autoriza, por si só, a emissão de Nota Fiscal/Fatura, servindo como etapa de verificação inicial da execução contratual.

16.11. Identificadas falhas, inconsistências ou não conformidades que impeçam o recebimento provisório, a fiscalização comunicará formalmente a Contratada, indicando as pendências e fixando prazo para correção, complementação documental, reemissão de laudo, coleta ou reanálise, conforme o caso.

16.12. A Contratada deverá corrigir, complementar, refazer ou substituir, às suas expensas, os serviços, laudos, relatórios ou documentos em que se verificarem vícios, falhas, omissões, inconsistências, ausência de rastreabilidade, erro analítico, execução fora do escopo acreditado ou desconformidade com o Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

16.13. Após o recebimento provisório, o gestor do contrato ou servidor/comissão designada realizará o recebimento definitivo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, mediante análise do relatório da fiscalização, da documentação apresentada e da conformidade dos serviços executados.

16.14. Para o recebimento definitivo, o gestor do contrato deverá:

a) analisar o relatório de recebimento provisório; b) verificar se as pendências apontadas foram sanadas; c) confirmar os quantitativos efetivamente aceitos; d) verificar eventuais glosas ou rejeições; e) apurar o valor exato a ser faturado; f) emitir termo de recebimento definitivo ou manifestação equivalente; g) autorizar a emissão da Nota Fiscal/Fatura, quando cabível.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

16.15. Caso existam irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, o gestor do contrato deverá indicar as pendências à Contratada, por escrito, para correção no prazo fixado, ficando suspensa a autorização para emissão da Nota Fiscal/Fatura ou o respectivo pagamento da parcela impugnada.

16.16. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida somente após a comunicação formal da Contratante quanto ao recebimento definitivo dos serviços e deverá corresponder exclusivamente aos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.

16.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital, no contrato, na ordem de serviço ou na proposta da Contratada.

16.18. Constituem hipóteses de rejeição total ou parcial dos serviços, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência:

a) ausência de execução do serviço contratado; b) coleta realizada em ponto diverso do previsto, sem autorização da Contratante; c) descumprimento da frequência ou do prazo de coleta; d) ausência ou falha na cadeia de custódia; e) amostra sem identificação adequada; f) acondicionamento, preservação ou transporte inadequado da amostra; g) análise realizada fora do prazo de validade da amostra; h) laudo sem identificação do laboratório executor; i) laudo sem método analítico ou com método incompatível; j) limite de quantificação incompatível com o padrão legal aplicável; k) parâmetro da Portaria GM/MS nº 888/2021 executado sem acreditação exigida; l) parâmetro executado fora do escopo acreditado; m) subcontratação não autorizada; n) ausência de laudo original da subcontratada, quando aplicável; o) inconsistência técnica relevante nos resultados; p) ausência de documentação comprobatória indispensável ao aceite.

16.19. Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos, refeitos ou substituídos pela Contratada, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da glosa dos valores correspondentes e da aplicação das sanções previstas no contrato, no edital, neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

16.20. Quando a não conformidade decorrer de falha atribuível à Contratada e comprometer a validade técnica da amostra ou do resultado, a coleta e/ou reanálise deverá ser realizada sem ônus adicional para a Contratante.

16.21. Quando a falha for exclusivamente documental e não comprometer a validade técnica do resultado, a fiscalização poderá admitir a correção ou reemissão do documento, desde que mantida a rastreabilidade integral do serviço executado.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

16.22. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios, erros analíticos, inconsistências, falhas de execução, danos, prejuízos ou não conformidades posteriormente identificadas, nem afasta as garantias e responsabilidades assumidas em contrato e previstas na legislação vigente.

16.23. O recebimento da última parcela ou etapa contratual não afasta a necessidade de verificação da conformidade integral do objeto, devendo ser emitido termo de recebimento definitivo final, quando aplicável, com base nos documentos, laudos, relatórios, medições, glosas e registros de fiscalização.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo dos serviços executados, conforme critérios de medição, aceitação e fiscalização previstos neste Termo de Referência.

17.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal ou gestor do contrato.

17.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, mediante consulta aos sistemas e sítios eletrônicos oficiais competentes ou, quando necessário, por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. Antes de cada pagamento, a Contratante verificará a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, inclusive quanto à existência de sanções ou impedimentos de contratar com a Administração Pública, conforme legislação aplicável.

17.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, no mínimo:

- 17.5.1.** data de emissão;
- 17.5.2.** identificação da Contratada e da Contratante;
- 17.5.3.** número do contrato, empenho ou instrumento equivalente;
- 17.5.4.** descrição dos serviços executados;
- 17.5.5.** período de prestação dos serviços;
- 17.5.6.** valor total a pagar;
- 17.5.7.** indicação das retenções tributárias cabíveis, quando aplicável.

17.6. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ausência de documentação exigida, pendência na comprovação da regularidade fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a Contratada adote as providências necessárias à regularização.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

17.6.1. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a comprovação da regularização, não sendo devido qualquer ônus adicional à Contratante.

17.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar a emissão da ordem bancária ou documento equivalente de pagamento.

17.8. Constatada irregularidade fiscal, trabalhista ou impedimento legal da Contratada, esta será notificada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar a situação ou apresentar justificativa, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

17.9. Não havendo regularização ou sendo a justificativa considerada improcedente, a Contratante adotará as providências administrativas cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos competentes, instauração de processo administrativo e avaliação da extinção contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.10. Havendo efetiva execução e aceitação dos serviços, os pagamentos poderão ser realizados relativamente às parcelas regularmente executadas e atestadas, até decisão administrativa quanto à manutenção ou extinção do contrato, observada a legislação aplicável e o interesse público.

17.11. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias, previdenciárias e fiscais previstas na legislação aplicável, quando cabíveis.

17.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados por empresa que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão ou entidade Contratante, nos casos vedados pela legislação aplicável.

17.13. Nos casos de eventual atraso de pagamento pela Contratante, desde que a Contratada não tenha concorrido para o atraso, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, calculados desde a data final prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

17.14. Os encargos moratórios serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = valor da parcela em atraso

I = índice de compensação financeira



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

17.15. Considerando a taxa anual de 6% (seis por cento), o índice diário será apurado da seguinte forma:

$$I = 6 / (100 \times 365)$$

$$I = 0,00016438$$

18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado da contratação, nos termos da legislação aplicável.

18.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, de ofício pela Contratante ou mediante solicitação da Contratada, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

18.3. O reajuste incidirá apenas sobre as parcelas ou obrigações executadas após a ocorrência da anualidade, vedada a aplicação retroativa sobre serviços já medidos, liquidados ou pagos antes do implemento da data-base, salvo hipótese legalmente admitida.

18.4. O cálculo do reajuste observará a seguinte fórmula:

$$R = V * (I - I0) / I0$$

Onde:

R = valor do reajuste

V = valor contratual a ser reajustado

I0 = índice correspondente à data-base do orçamento estimado

I = índice correspondente ao mês de aplicação do reajuste

18.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

18.6. Na hipótese de atraso na divulgação do índice de reajuste, a Contratante poderá efetuar o pagamento com base na última variação conhecida, promovendo-se a compensação da diferença, para mais ou para menos, quando divulgado o índice definitivo.

18.7. Nas apurações finais, o índice utilizado para o reajuste deverá ser, obrigatoriamente, o índice definitivo divulgado pelo órgão oficial responsável.

18.8. Caso o índice previsto neste Termo de Referência seja extinto, deixe de ser divulgado ou não possa mais ser utilizado, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

18.9. Na ausência de índice substituto oficial, as partes deverão formalizar a adoção de novo índice por meio de termo aditivo, observada a legislação aplicável e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

18.10. O reajuste poderá ser formalizado por apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo quando não houver alteração de cláusulas contratuais.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. Não será exigida garantia contratual de execução, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando que a exigência é facultativa e deve ser avaliada conforme a natureza, o vulto, a complexidade e os riscos da contratação.

19.2. A dispensa da garantia justifica-se porque o objeto consiste em serviços comuns, com execução conforme demanda e controle direto pela Administração, mediante emissão de autorização/ordem de serviço, acompanhamento da execução, verificação dos relatórios/laudos entregues e pagamento condicionado ao aceite do objeto.

19.3. Os riscos da contratação são mitigados por outros mecanismos contratuais, especialmente:

- I. pagamento somente após a efetiva prestação do serviço e aceitação pela fiscalização;
- II. possibilidade de rejeição de serviços, laudos ou relatórios em desconformidade com o Termo de Referência;
- III. aplicação de glosas, sanções administrativas e demais medidas previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021;
- IV. exigência de regularidade fiscal, trabalhista e demais condições de habilitação durante a execução contratual, quando aplicável;
- V. fiscalização contratual e registro formal das ocorrências.

19.4. A não exigência de garantia contratual não afasta a responsabilidade da Contratada pelo cumprimento integral das obrigações assumidas, nem impede a aplicação das penalidades cabíveis em caso de inadimplemento, atraso, execução inadequada ou descumprimento das condições pactuadas.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa a Contratada que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quando:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

- II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar documentação exigida para a execução contratual;
- V. não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- VII. apresentar declaração ou documentação falsa;
- VIII. fraudar a execução do contrato;
- IX. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- X. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XI. praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

20.2. Pela prática das infrações administrativas, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, observados o contraditório, a ampla defesa e a proporcionalidade.

20.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo a Contratada de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá a Contratada de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, observada a competência legal para sua aplicação.

20.7. As multas serão aplicadas conforme a gravidade da infração, observados os seguintes parâmetros:

I. multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela, ordem de serviço ou obrigação em atraso, limitada a 15% (quinze por cento);

II. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial do objeto;

III. multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de inexecução total do objeto;

IV. multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela afetada, quando houver entrega de laudo, relatório, resultado analítico ou documento técnico em desconformidade com o Termo de Referência, sem prejuízo da obrigação de correção ou refazimento.

20.8. Para fins de aplicação das multas, poderão ser consideradas, entre outras, as seguintes ocorrências:

Item	Infração	Penalidade sugerida
1	Atraso injustificado na coleta, análise, entrega de laudo ou relatório.	Multa moratória prevista no item 20.7, I.
2	Não realização de coleta ou análise autorizada pela Contratante.	Multa por inexecução parcial ou total, conforme o caso.
3	Coleta realizada em ponto, data, horário, frasco, preservação ou condição diversa da prevista, sem autorização da fiscalização.	Multa de até 5% sobre a parcela afetada e refazimento sem ônus.
4	Descumprimento de prazo de validade da amostra, preservação, acondicionamento, transporte ou cadeia de custódia.	Multa de até 5% sobre a parcela afetada e refazimento sem ônus.
5	Emissão de laudo sem informações mínimas exigidas, sem identificação da amostra, método, unidade, LD/LQ, data de coleta ou assinatura/autenticação responsável.	Multa de até 5% sobre a parcela afetada e correção do documento.
6	Utilização de método analítico, limite de quantificação ou procedimento incompatível com o exigido no Termo de Referência ou na legislação aplicável.	Multa de até 10% sobre a parcela afetada, sem prejuízo do refazimento.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

7	Recusa injustificada em corrigir, complementar ou refazer serviço rejeitado pela fiscalização.	Multa por inexecução parcial.
8	Apresentação de resultado, certificado, declaração ou documento falso ou adulterado.	Sanções dos itens 20.2, III ou IV, sem prejuízo das medidas civis e penais cabíveis.
9	Descumprimento de determinação formal da fiscalização contratual.	Advertência ou multa, conforme gravidade e reincidência.
10	Reincidência em falha já formalmente notificada.	Agravamento da penalidade, observada a proporcionalidade.

20.9. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável, e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

20.10. A aplicação de qualquer sanção dependerá de processo administrativo, assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa, na forma da Lei nº 14.133/2021 e das normas regulamentares aplicáveis ao ente contratante.

20.11. As multas devidas poderão ser descontadas dos valores a serem pagos à Contratada, cobradas administrativamente ou judicialmente, conforme o caso, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

20.12. Caso a multa seja recolhida diretamente pela Contratada, o pagamento deverá ocorrer no prazo estabelecido na notificação administrativa, contado do recebimento da comunicação oficial.

20.13. A aplicação das sanções previstas neste item não afasta a obrigação da Contratada de reparar integralmente eventual dano causado à Administração, nem impede a extinção contratual, quando cabível.

20.14. Quando houver indícios de prática de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, a autoridade competente deverá adotar as providências necessárias à apuração da responsabilidade da pessoa jurídica, sem prejuízo da continuidade do processo administrativo sancionador contratual.

20.15. As sanções aplicadas deverão ser registradas nos sistemas oficiais competentes, quando cabível, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação observarão o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, abrangendo, conforme o edital:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

- I. habilitação jurídica;
- II. regularidade fiscal, social e trabalhista;
- III. qualificação técnica;
- IV. qualificação econômico-financeira;
- V. cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

21.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira serão aqueles definidos no edital, observados os limites e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

21.3. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo, compatíveis com a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços especializados de coleta, transporte, preservação, análise laboratorial e emissão de laudos de água e/ou esgoto, conforme especificações deste Termo de Referência.

21.4. Qualificação técnico-operacional

21.4.1. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprovem a execução anterior de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.

21.4.2. Os atestados deverão demonstrar experiência na execução de serviços de:

- I. coleta de amostras de água e/ou esgoto, quando a coleta integrar o objeto;
- II. transporte, preservação e acondicionamento de amostras, quando aplicável;
- III. análises laboratoriais de água para consumo humano, água bruta, água tratada, e/ou esgoto, conforme o escopo contratado;
- IV. emissão de laudos técnicos ou relatórios analíticos.

21.4.3. Para fins de compatibilidade técnica, serão consideradas como parcelas de maior relevância:

- I. realização de análises laboratoriais de água para consumo humano em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021, quando o objeto envolver controle de potabilidade;
- II. realização de análises laboratoriais de esgoto bruto e/ou tratado, quando o objeto envolver monitoramento de ETE, lançamento de efluentes ou controle ambiental;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

III. coleta, preservação, transporte e rastreabilidade de amostras, quando tais etapas forem de responsabilidade da Contratada.

21.4.4. Os atestados deverão conter, no mínimo:

I. identificação da pessoa jurídica emitente;

II. identificação da empresa executora dos serviços;

III. descrição dos serviços executados;

IV. período de execução;

V. quantitativos executados, quando disponíveis;

VI. indicação da matriz analisada, como água bruta, água tratada, água de rede/distribuição, esgoto bruto ou efluente tratado;

VII. declaração de que os serviços foram executados de forma satisfatória;

VIII. identificação e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

21.4.5. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnico-operacional, desde que os serviços tenham pertinência com o objeto contratado.

21.4.6. Quando exigido quantitativo mínimo, este deverá estar expressamente justificado no processo administrativo, limitado às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, vedadas exigências desproporcionais ou que restrinjam indevidamente a competitividade.

21.4.7. A Administração poderá solicitar diligências para comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive mediante apresentação de contratos, notas fiscais, ordens de serviço, relatórios, laudos emitidos ou outros documentos que demonstrem a efetiva execução dos serviços.

21.5. Qualificação técnico-profissional

21.5.1. A licitante deverá indicar responsável técnico habilitado para a execução dos serviços, compatível com a natureza das atividades contratadas, podendo ser, conforme o escopo do objeto e a legislação profissional aplicável:

I. Profissional da área de Química;

II. Engenheiro Químico, Engenheiro Sanitarista, Engenheiro Ambiental ou outro profissional legalmente habilitado;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

III. Biólogo, quando as atividades forem compatíveis com suas atribuições profissionais;

IV. Outro profissional habilitado perante o respectivo conselho profissional competente.

21.5.2. A comprovação da qualificação técnico-profissional será feita mediante apresentação de documentação emitida pelo conselho profissional competente, quando aplicável, que demonstre a responsabilidade técnica ou experiência do profissional em serviços compatíveis com o objeto, especialmente:

I. coleta e análise laboratorial de água;

II. coleta e análise laboratorial de esgoto ou efluentes;

III. controle de qualidade analítica;

IV. emissão ou supervisão de laudos técnicos laboratoriais.

21.5.3. Poderão ser aceitos, conforme o conselho profissional competente, documentos como:

I. Certidão de Acervo Técnico — CAT;

II. Anotação de Responsabilidade Técnica — ART;

III. Anotação de Função Técnica — AFT;

IV. Certidão de Responsabilidade Técnica;

V. Documento equivalente emitido pelo conselho profissional competente.

21.5.4. A disponibilidade do responsável técnico poderá ser comprovada por:

I. contrato de trabalho ou registro em CTPS;

II. contrato de prestação de serviços;

III. vínculo societário;

IV. termo de compromisso de vinculação futura, acompanhado de anuência expressa do profissional, caso a licitante seja declarada vencedora.

21.5.5. O profissional indicado deverá participar da execução contratual nas atividades técnicas relacionadas ao objeto, admitida sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração, nos termos do art. 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

21.6. Registro ou inscrição em conselho profissional



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

21.6.1. A licitante deverá comprovar registro ou inscrição perante o conselho profissional competente, quando a atividade contratada estiver sujeita à fiscalização profissional, observada a natureza predominante dos serviços executados.

21.6.2. Para serviços laboratoriais de análises físico-químicas, microbiológicas, hidrobiológicas ou correlatas, será admitida comprovação perante o conselho profissional pertinente à área de atuação da licitante e de seu responsável técnico, tais como CRQ, CREA, CRBio ou outro conselho legalmente competente, conforme o caso.

21.6.3. Não será exigido registro simultâneo em mais de um conselho profissional, salvo quando houver justificativa técnica expressa no processo administrativo demonstrando que o objeto envolve atividades sujeitas a fiscalizações profissionais distintas e indispensáveis à execução contratual.

21.7. Requisitos laboratoriais, qualidade analítica e acreditação

21.7.1. A licitante deverá comprovar que possui sistema de gestão da qualidade laboratorial compatível com a ABNT NBR ISO/IEC 17025, em sua versão vigente, para os ensaios pertinentes ao objeto contratado.

21.7.2. Quando o objeto envolver análises de água para consumo humano, a licitante deverá atender às exigências da Portaria GM/MS nº 888/2021, especialmente quanto à confiabilidade analítica, rastreabilidade, controle de qualidade e adequação dos métodos empregados.

21.7.3. A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de:

I. certificado de acreditação emitido pela Coordenação-Geral de Acreditação do Inmetro — Cgcre, com respectivo escopo;

II. escopo de acreditação contendo os ensaios pertinentes ao objeto;

III. documentação equivalente admitida pela legislação aplicável, quando houver;

IV. evidências de sistema de gestão da qualidade laboratorial, controle de qualidade analítica, participação em ensaios de proficiência e rastreabilidade metrológica, quando exigíveis.

21.7.4. A exigência de ensaios acreditados aplica-se aos parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, conforme lista nominal constante deste Termo de Referência, devendo o escopo de acreditação contemplar expressamente o parâmetro, a matriz e o método analítico utilizado.

21.7.4.1. Para parâmetros ambientais, operacionais ou de monitoramento de esgoto, efluente tratado e corpo hídrico receptor não vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021,



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

a acreditação somente será exigida quando expressamente prevista e tecnicamente justificada, sem prejuízo da obrigatoriedade de utilização de métodos reconhecidos, controles de qualidade analítica, rastreabilidade metrológica e limites de detecção e quantificação compatíveis com os padrões legais aplicáveis

21.7.5. Caso algum parâmetro específico não esteja incluído no escopo de acreditação da licitante, poderá ser admitida sua execução por laboratório subcontratado, desde que:

- I. a subcontratação esteja prevista no edital e no contrato;
- II. o laboratório subcontratado atenda aos requisitos técnicos e de qualidade exigidos;
- III. a Contratada permaneça integralmente responsável pela execução, rastreabilidade, integridade da amostra e entrega dos laudos;
- IV. seja mantida a cadeia de custódia e a rastreabilidade entre coleta, transporte, análise e emissão do resultado.

21.7.6. Os laudos analíticos deverão conter, no mínimo:

- I. identificação do laboratório executor;
- II. identificação da amostra;
- III. data e hora da coleta, quando aplicável;
- IV. data de recebimento da amostra pelo laboratório;
- V. data de realização da análise, quando tecnicamente aplicável;
- VI. matriz analisada;
- VII. método analítico utilizado;
- VIII. resultado, unidade de medida e limite de quantificação;
- IX. identificação do responsável técnico;
- X. informação sobre acreditação do ensaio, quando aplicável;
- XI. observações sobre desvios, não conformidades ou condições que possam afetar a validade do resultado.

21.7.7. Como condição de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar o ANEXO III devidamente preenchido e assinado pelo representante legal e/ou responsável técnico, na



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

forma de declaração de ciência dos requisitos de acreditação e das condições de subcontratação previstas no edital e neste Termo de Referência.

21.7.8. A ausência de apresentação do ANEXO III, ou a apresentação em desconformidade com as exigências do edital e deste Termo de Referência, poderá ensejar a inabilitação da licitante, quando comprometer a comprovação dos requisitos técnicos aplicáveis.

21.8. Licenciamento sanitário e autorizações aplicáveis

21.8.1. A licitante deverá apresentar alvará sanitário, licença sanitária ou documento equivalente, quando exigido pela legislação sanitária aplicável à atividade laboratorial e ao local de funcionamento do estabelecimento.

21.8.2. Para licitantes sediadas no Estado de Minas Gerais, deverão ser observadas, quando aplicáveis, a Lei Estadual nº 13.317/1999 e os atos normativos da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais relativos ao licenciamento sanitário.

21.8.3. Para licitantes sediadas em outros Estados da Federação, será aceita documentação equivalente expedida pelo órgão sanitário competente da respectiva localidade, conforme a legislação aplicável.

21.9. Cadastro Técnico Federal — CTF

21.9.1. Quando a atividade executada estiver sujeita ao Cadastro Técnico Federal, a licitante deverá comprovar regularidade perante o cadastro competente do Ibama, conforme legislação ambiental aplicável.

21.9.2. A licitante deverá apresentar comprovante de inscrição regular no **Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA**, **somente quando a atividade efetivamente por ela desempenhada estiver sujeita a essa exigência legal**, nos termos da regulamentação ambiental aplicável.

21.9.3. Na hipótese de a atividade exercida pela licitante **não se enquadrar nas hipóteses legais de obrigatoriedade de inscrição no CTF/AIDA**, poderá ser apresentada **declaração formal, sob responsabilidade da própria licitante**, informando a inaplicabilidade da exigência ao objeto e às atividades por ela executadas, sem prejuízo de diligência pela Administração para verificação da informação prestada.

21.10. Vistoria técnica

21.10.1. A vistoria técnica, quando necessária, terá caráter facultativo, podendo ser substituída por declaração formal da licitante de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

21.10.2. A licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração de que conhece as condições locais e técnicas necessárias à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade pela formulação de sua proposta e pela execução contratual.

21.10.3. A ausência de vistoria não poderá ser utilizada posteriormente como fundamento para pleitos de alteração de preços, prorrogação de prazos ou alegação de desconhecimento das condições de execução, salvo ocorrência superveniente devidamente comprovada.

21.11. Critérios de aceitabilidade de preços

21.11.1. O valor global estimado da contratação é de R\$ 459.960,19 quatrocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e dezenove centavos.

21.11.2. Os valores unitários máximos aceitáveis serão aqueles constantes da planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.11.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores aos máximos admitidos, inexequíveis ou incompatíveis com os preços praticados no mercado, observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

21.12. Critério de julgamento

21.12.1. O critério de julgamento será o de menor preço global do lote único, desde que atendidas todas as especificações técnicas, condições de execução, requisitos de habilitação e critérios de aceitabilidade previstos no edital e seus anexos, observados os valores unitários máximos aceitáveis de cada item da planilha estimativa.

21.12.2. As regras de desempate entre propostas serão aquelas previstas no edital, observada a Lei nº 14.133/2021.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O valor máximo estimado da contratação é de R\$ 459.960,19 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e dezenove centavos), conforme pesquisa de preços e planilha estimativa constantes do processo administrativo.

22.2. Quando adotado o Sistema de Registro de Preços, os quantitativos previstos terão natureza estimativa e não obrigarão a Administração à contratação integral, sendo as contratações realizadas conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e emissão de instrumento hábil.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

23.1. Tratando-se de licitação processada pelo Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária poderá ser dispensada na fase de licitação, devendo ser exigida apenas no momento da formalização do contrato, emissão da nota de empenho ou outro instrumento hábil.

23.2. Cada contratação decorrente da ata de registro de preços ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira do órgão ou entidade contratante.

23.3. Antes da formalização de cada contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de serviço ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade demandante deverá indicar a respectiva dotação orçamentária, conforme sua programação orçamentária.

23.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica ou contratação por outro meio admitido em lei, desde que devidamente motivado.

Boa Esperança (MG), 18 de junho de 2026

João Vitor Souza Perazza Martins
Analista de Saneamento
CISAB SUL



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Interessados: Municípios consorciados ao CISAB SUL.

Assunto: Contratação, pelo Sistema de Registro de Preços, de serviços especializados de coleta e análise laboratorial de água de poços profundos, captações superficiais, ETA e sistemas de distribuição, em atendimento à Portaria GM/MS nº 888/2021, às Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 396/2008 e nº 430/2011; e de esgoto sanitário bruto e tratado e corpo hídrico receptor, em atendimento à Deliberação Normativa COPAM/CERH-MG nº 08/2022 e às condicionantes ambientais de cada município participante.

Modalidade Proposta: Pregão Eletrônico

1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Os Municípios consorciados ao CISAB SUL são titulares dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos termos da Lei nº 11.445/2007, e, nessa condição, estão obrigados a realizar o controle da qualidade da água para consumo humano abrangendo mananciais, estações de tratamento, reservatórios e redes de distribuição, conforme a Portaria GM/MS nº 888/2021, bem como o monitoramento de efluentes sanitários lançados em corpos receptores, conforme a DN COPAM nº 8/2022 e a Resolução CONAMA nº 430/2011. Aplica-se ainda a Resolução CONAMA nº 396/2008 à qualidade das águas subterrâneas captadas por poços profundos.

A contratação de laboratório especializado é necessária porque a maioria dos municípios consorciados não dispõe de estrutura laboratorial própria com escopo analítico, rastreabilidade metrológica, controles de qualidade e sistema de gestão da qualidade conforme a ABNT NBR ISO/IEC 17025 compatíveis com a complexidade dos parâmetros exigidos. A coleta e a análise periódica constituem medidas obrigatórias e preventivas para identificação tempestiva de desvios de qualidade, acionamento de medidas corretivas, cumprimento dos planos de amostragem, alimentação do SISAGUA e reporte aos órgãos de vigilância sanitária e ambiental.

Considerando que os resultados laboratoriais produzidos no âmbito desta contratação servirão de base para decisões sanitárias, ambientais, operacionais e administrativas, é indispensável que os ensaios vinculados aos parâmetros da Portaria GM/MS nº 888/2021 sejam executados por laboratório com sistema de gestão da qualidade conforme os requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025 e com acreditação vigente junto à CGCRE/Inmetro ou organismo signatário de acordo de reconhecimento mútuo aplicável, com escopo compatível com o parâmetro, a matriz e o método analítico empregado.

Para os parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, a acreditação será exigida como requisito técnico de confiabilidade dos resultados, rastreabilidade metrológica e segurança sanitária,



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

admitida a subcontratação parcial de até 30% dos parâmetros analíticos distintos, desde que previamente autorizada pela Administração e desde que o laboratório subcontratado também possua acreditação vigente e compatível para os parâmetros que executar.

Para os demais parâmetros ambientais não vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, a contratada deverá comprovar competência técnica por meio de métodos reconhecidos, validação analítica, controles de qualidade, rastreabilidade metrológica, limites de detecção e quantificação compatíveis com os padrões normativos aplicáveis e atendimento aos requisitos do Termo de Referência.

1.2. O objeto enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os serviços de coleta e análise laboratorial de água e esgoto possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis, os métodos analíticos são padronizados (Standard Methods, normas ABNT/ISO), os parâmetros e limites estão estabelecidos em normas cogentes, e o mercado conta com diversos laboratórios habilitados a executá-los. O critério de julgamento será o menor preço global do lote único, com observância dos preços unitários máximos por item, sendo adequado à modalidade Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, inciso XLI, e art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Adota-se o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, com base nas seguintes justificativas cumulativas, fundamentadas no art. 40, §1º, do mesmo diploma:

(a) As contratações serão realizadas com frequência pelos municípios consorciados, porém sem possibilidade de definição prévia do quantitativo exato a ser demandado por cada ente no período, dada a variabilidade de demandas operacionais, emergenciais e de fiscalização;

(b) O objeto é prestado a diversos órgãos/entes (municípios consorciados), com cronogramas e pontos de coleta distintos, sendo mais adequado o fornecimento parcelado;

(c) A natureza do objeto admite a entrega parcelada ao longo de 12 meses, sem prejuízo da qualidade e da rastreabilidade dos resultados analíticos.

1.3.1. A Ata de Registro de Preços (ARP) terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.2. Serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do regulamento aplicável, mediante prévia anuência do CISAB SUL (órgão gerenciador) e do fornecedor registrado, observados os limites de 50% por órgão aderente e 100% do total registrado, nos termos do art. 86, §§3º e 4º, da Lei nº 14.133/2021.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**
CNPJ: 19.807.228/0001-16

1.3.3. A existência de preços registrados não obriga os municípios partícipes à contratação integral dos quantitativos estimados, sendo as demandas executadas conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e emissão de ordem de serviço.

1.4. Por se tratar de licitação promovida por consórcio público, aplicam-se as disposições da Lei nº 11.107/2005, do Decreto nº 6.017/2007, do art. 181 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 82, §§5º e 6º, do mesmo diploma, bem como as regras de governança definidas no protocolo de intenções e no contrato de consórcio do CISAB SUL, cabendo ao Consórcio, na qualidade de órgão gerenciador, a condução do certame, o gerenciamento da Ata de Registro de Preços e a coordenação das demandas dos municípios consorciados, sem prejuízo da fiscalização local da execução contratual por cada município, no âmbito de sua respectiva contratação.

2. BASE LEGAL

2.1. Partindo do princípio da legalidade, que sempre deve nortear as ações da Administração Pública, foram analisados, principalmente, os instrumentos legais abaixo relacionados:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 — Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, dispondo sobre o Sistema de Registro de Preços para a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, aplicado subsidiariamente ao presente certame, na ausência de regulamentação específica dos entes consorciados, conforme art. 187 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 — Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com as alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 147/2014 e nº 155/2016, no que tange ao tratamento favorecido e diferenciado em licitações públicas (arts. 42 a 49);
- d) Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 — Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, constituindo o fundamento legal para a personalidade jurídica, a competência administrativa e a legitimidade do CISAB SUL para conduzir procedimentos licitatórios em nome dos municípios consorciados;
- e) Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 — Regulamenta a Lei nº 11.107/2005, disciplinando as normas de constituição, funcionamento e extinção de consórcios públicos, bem como as relações entre o consórcio, os entes consorciados e terceiros;
- f) Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 — Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (Novo Marco Legal do Saneamento). Fundamenta a obrigatoriedade de controle da qualidade da água para consumo



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

humano e do monitoramento de efluentes como componentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

g) Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021 — Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, estabelecendo os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, constituindo a referência normativa principal para os planos de amostragem, parâmetros, frequências e critérios de conformidade aplicáveis ao objeto desta contratação;

h) Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 — Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, cujo Anexo XX (na redação dada pela Portaria GM/MS nº 888/2021) disciplina o controle e a vigilância da qualidade da água para consumo humano;

i) Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 — Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências;

j) Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011 — Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução CONAMA nº 357/2005. Aplicável como referência federal de padrões de lançamento de efluentes, complementar à DN COPAM/CERH-MG nº 08/2022, especialmente quanto às condições e padrões federais de lançamento de efluentes, de forma complementar às normas estaduais aplicáveis;

k) Resolução CONAMA nº 396, de 3 de abril de 2008 — Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências;

l) Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08, de 21 de novembro de 2022 — Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes de sistemas de tratamento de esgotos sanitários no Estado de Minas Gerais;

m) Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999 — Código de Saúde do Estado de Minas Gerais;

n) Resolução SES/MG nº 7.426, de 25 de fevereiro de 2021 — Estabelece regras do licenciamento sanitário no âmbito da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais;

o) ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 — Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração. Constitui o referencial técnico para avaliação da competência laboratorial, validação de métodos, rastreabilidade metrológica, controle de qualidade analítico, estimativa de incerteza de medição e confiabilidade dos resultados. É a norma de referência para a comprovação do sistema de gestão da qualidade exigido pela Portaria GM/MS nº 888/2021, especialmente em seus arts. 20 e 21,



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

e para a acreditação de laboratórios junto à CGCRE/Inmetro, quando exigida no Termo de Referência para os parâmetros vinculados à potabilidade da água.

p) Normas e documentos da CGCRE/Inmetro aplicáveis à acreditação de laboratórios de ensaio, incluindo certificados de acreditação, escopos de acreditação vigentes, políticas de rastreabilidade metrológica, critérios de ensaios e documentos complementares aplicáveis, bem como acordos de reconhecimento mútuo, quando admitidos pela Administração para fins de comprovação de competência técnica equivalente.

q) Critérios de sustentabilidade nas contratações públicas — Lei nº 14.133/2021, art. 11, inciso IV, e art. 18, §1º, inciso XII, que dispõem sobre a observância de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas, incluindo a consideração do ciclo de vida do objeto e a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras;

r) Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (com alterações do Decreto nº 9.178/2017) — Regulamenta critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas;

s) Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (versão atualizada disponível no sítio eletrônico da AGU);

t) Modelos de minutas de editais, termos de referência e contratos publicados pela Advocacia-Geral da União, utilizados como referência de boas práticas para estruturação dos instrumentos convocatórios;

u) Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais — Consulta nº 932701, Relator Conselheiro Cláudio Couto Terrão, que trata da utilização do Sistema de Registro de Preços por consórcios públicos e da possibilidade de adesão por entes consorciados.

v) Normas do IBAMA relativas ao Cadastro Técnico Federal aplicável à atividade desempenhada, quando exigível, incluindo o Certificado de Regularidade vigente;

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Trata-se de serviço de natureza continuada, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Os serviços objeto deste planejamento correspondem ao cumprimento das obrigações de monitoramento impostas pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017 (com redação dada pela Portaria GM/MS nº 888/2021), pela Resolução CONAMA nº 396/2008, pelas Resoluções CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011, e pela Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08/2022.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

3.3. Parte dos parâmetros de controle operacional é monitorada diariamente nos laboratórios próprios das ETAs dos municípios consorciados. Contudo, em cumprimento aos arts. 20 e 21 da Portaria GM/MS nº 888/2021, faz-se necessária a contratação de laboratório externo com sistema de gestão da qualidade conforme a ABNT NBR ISO/IEC 17025, para:

- (a) Realização de análises de parâmetros que exigem infraestrutura, equipamentos e métodos não disponíveis nos laboratórios próprios das ETAs (ex.: agrotóxicos, subprodutos de desinfecção, metais, compostos orgânicos, parâmetros microbiológicos especializados);
- (b) Verificação da qualidade analítica dos resultados obtidos pelos laboratórios próprios, por meio de análises em laboratório acreditado que sirvam como referência de contraprova e rastreabilidade;
- (c) Atendimento ao plano de amostragem integral previsto nos Anexos da Portaria 888/2021, incluindo parâmetros de frequência semestral e de vigilância que não integram a rotina operacional diária das ETAs.

Nesse sentido, dispõem os arts. 20 e 21 da Portaria GM/MS nº 888/2021:

“Art. 20 As análises laboratoriais para controle da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório próprio, conveniado ou contratado, desde que estes comprovem a existência de boas práticas de laboratório e biossegurança, conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais normas relacionadas, e comprovem a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025.

Art. 21 As análises laboratoriais para vigilância da qualidade da água para consumo humano devem ser realizadas nos laboratórios de saúde pública. Parágrafo único. De forma complementar, as análises laboratoriais de vigilância da qualidade da água para consumo humano poderão ser realizadas em laboratórios conveniados ou contratados, desde que estes comprovem a existência de boas práticas de laboratório e biossegurança, conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais normas relacionadas, e comprovem a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025.”

Embora os arts. 20 e 21 da Portaria GM/MS nº 888/2021 exijam a comprovação de sistema de gestão da qualidade conforme os requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025, a Administração, diante da criticidade sanitária do objeto, da necessidade de rastreabilidade metrológica dos resultados e da existência de mercado apto, exigirá, para os parâmetros vinculados à referida Portaria, que os ensaios



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

sejam executados por laboratório com acreditação vigente junto à CGCRE/Inmetro ou organismo de reconhecimento mútuo aplicável, com escopo compatível com o parâmetro, a matriz e o método analítico empregado.

3.4. Os parâmetros não contemplados pelos laboratórios próprios das ETAs devem ser analisados por laboratório externo, uma vez que a aquisição de equipamentos, reagentes e a adequação da infraestrutura laboratorial necessária para atender à totalidade dos parâmetros exigidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021 e demais normas aplicáveis não se justifica técnica nem economicamente, considerando a frequência analítica e o volume de amostras de cada município isoladamente. A contratação conjunta pelo consórcio viabiliza o ganho de escala e a economicidade.

3.5. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.5.1. A contratada deverá iniciar a mobilização dos serviços em até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço, devendo realizar a primeira campanha de coleta em até 15 (quinze) dias corridos, salvo prazo diverso definido pela fiscalização em razão do plano de amostragem, da periodicidade normativa, de condicionante ambiental específica ou de necessidade operacional devidamente justificada.

3.5.2. Os serviços serão previamente agendados com a contratada (no mínimo 3 dias úteis antes da realização dos serviços).

3.5.3. Todas as coletas previstas para a data agendada deverão ser executadas, salvo impossibilidade técnica devidamente justificada e formalizada à fiscalização (ex.: ponto de coleta inacessível por obra, evento climático extremo ou risco à segurança da equipe), hipótese em que será procedido o reagendamento sem ônus adicional.

3.5.4. A determinação de cloro residual livre (e, quando aplicável, cloro residual combinado/total) deverá ser realizada in loco, no momento da coleta, pelo técnico coletor da contratada, na presença de representante da contratante/fiscalização. O resultado deverá ser registrado na ficha de campo/cadeia de custódia e incluído no laudo final. Os demais parâmetros serão analisados no laboratório da contratada, respeitados os prazos de preservação e validade das amostras conforme os métodos analíticos aplicáveis.

3.5.5. O prazo para execução das demais análises e entrega de resultados deverá ser de até 30 (trinta) dias, conforme certificado pela Fiscalização, a contar da data da coleta.

3.5.6. Forma de Desenvolvimento dos Serviços:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

3.5.6.1. Os custos de coleta, transporte, preservação e cadeia de custódia deverão estar inclusos nos preços unitários dos parâmetros/serviços, não cabendo cobrança adicional à contratante.

3.5.6.2. A empresa deverá considerar que será acionada mensalmente, trimestralmente e semestralmente para realização das coletas, conforme a demanda da contratante.

3.5.6.3. Para os itens da planilha que indicarem análise completa de potabilidade nos termos da Portaria GM/MS nº 888/2021, deverão ser contemplados os parâmetros previstos nos anexos aplicáveis da referida Portaria, conforme a matriz, o ponto de coleta e a periodicidade definidos no item correspondente.

3.5.6.4. Requisitos de coleta e análise de cloro residual in loco vide item 3.5.4.

3.5.6.5. Os laudos analíticos deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

(a) Identificação do laboratório executor, contendo razão social, CNPJ, endereço, identificação do responsável técnico, número do certificado de acreditação junto à CGCRE/Inmetro, quando aplicável, e indicação objetiva do escopo acreditado correspondente aos parâmetros executados. Quando houver subcontratação autorizada, o laudo ou relatório complementar deverá identificar o laboratório subcontratado, seu certificado de acreditação, escopo correspondente e os parâmetros efetivamente executados.

(b) Identificação da amostra: pontos de coleta (código e descrição), tipo de matriz (água bruta, tratada, rede de distribuição, poço, esgoto bruto, efluente tratado, corpo receptor), município e sistema;

(c) Dados da coleta: data e hora da coleta, nome do responsável pela coleta, condições climáticas no momento da coleta, temperatura da amostra no ato da coleta e no recebimento pelo laboratório;

(d) Dados de recebimento: data e hora de entrada no laboratório, condições de recebimento (temperatura, integridade dos frascos, conformidade com os requisitos de preservação);

(e) Para cada parâmetro analisado: resultado obtido (com unidade), método analítico empregado (referência normativa), Limite de Detecção (LD) e Limite de Quantificação (LQ) do método, Valor Máximo Permitido (VMP) ou padrão de referência aplicável conforme a norma pertinente (Portaria 888/2021, DN COPAM 8/2022, CONAMA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

357/2005, CONAMA 396/2008 ou CONAMA 430/2011), e indicação de conformidade ou não conformidade;

(f) Incerteza de medição expandida, quando aplicável ao método e requerida pelo escopo de acreditação ou pela norma técnica utilizada;

(g) Identificação do(s) responsável(is) técnico(s) pelas análises, com nome, número de registro no conselho de classe competente e assinatura eletrônica avançada ou qualificada, nos termos da MP nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/2020, no que couber.

(h) Número sequencial do laudo e data de emissão;

i) Para os parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, deverá constar no laudo, relatório técnico ou documento anexo a indicação de que o ensaio está coberto por escopo de acreditação vigente, com identificação do laboratório executor, do método, da matriz e do respectivo escopo acreditado.

Os laudos serão entregues em formato eletrônico (PDF com assinatura eletrônica avançada ou qualificada). A via impressa será fornecida apenas mediante solicitação expressa da fiscalização, sem custo adicional.

A contratada deverá manter contraprovas, quando tecnicamente possível, pelo prazo mínimo de 10 dias úteis após a entrega do laudo, observados os prazos máximos de preservação, estabilidade da matriz, volume remanescente e características do parâmetro analisado.

A reanálise sem custo será obrigatória quando a necessidade decorrer de falha imputável à contratada, incluindo erro de coleta, preservação, transporte, identificação da amostra, método inadequado, laudo incompleto ou inconsistência técnica comprovada.

Amostras cujos parâmetros não admitam reanálise em razão da instabilidade da matriz ou do esgotamento do prazo de preservação deverão ser identificadas no laudo com a respectiva justificativa técnica.

3.5.6.6. As metodologias analíticas empregadas deverão observar a seguinte ordem de preferência:

(a) Métodos analíticos aceitos ou referenciados pela Portaria GM/MS nº 888/2021 e pelas notas técnicas do Ministério da Saúde correlatas;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

- (b) Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (SMEWW — APHA/AWWA/WEF, edição vigente);
- (c) Métodos publicados pela USEPA, quando expressamente aceitos pela Portaria 888/2021 ou por nota técnica do Ministério da Saúde;
- (d) Normas ABNT e ISO aplicáveis;
- (e) Outros métodos validados e equivalentes, desde que a equivalência seja demonstrada documentalmente pela contratada e previamente aprovada pela fiscalização.

A contratada deverá informar, para cada parâmetro, o método efetivamente utilizado, com referência normativa completa, no corpo do laudo analítico.

3.5.7. Medidas de Segurança:

3.5.7.1. A execução do serviço deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas à atividade da contratada, observadas as leis em vigor, as normas de segurança e demais instrumentos relacionados.

3.5.7.2. A responsabilidade por acidentes ocorridos durante a execução dos serviços, bem como por danos causados a terceiros, é exclusiva da contratada, nos termos da legislação trabalhista e civil aplicável, sem prejuízo da cooperação documental da contratante quando legalmente exigida.

3.5.7.3. A contratada deverá fornecer e exigir o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva (EPC) adequados à atividade de coleta e transporte de amostras de água e esgoto, observando, no mínimo, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis, em especial NR-06 (EPI), NR-09 (agentes químicos/físicos/biológicos), NR-32 (quando aplicável a esgoto sanitário) e NR-35 (trabalho em altura, quando houver coleta em reservatórios elevados).

3.5.7.4. É de responsabilidade exclusiva da contratada o transporte, alojamento, alimentação e demais encargos relativos ao deslocamento de sua equipe aos pontos de coleta nos municípios participantes.

3.6. Como condição para celebração do contrato, o adjudicatário deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, incluindo a logística de deslocamento, as características dos pontos de coleta, as distâncias entre municípios, as



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

condições de acesso e a infraestrutura disponível, assumindo que tais fatores foram considerados na formulação de sua proposta.

3.7. Da justificativa para a solicitação da documentação técnica: A exigência das documentações de habilitação técnica fundamenta-se na necessidade de assegurar que a empresa a ser contratada possua capacidade técnica, operacional, profissional e institucional compatível com a complexidade, criticidade sanitária e relevância do objeto, qual seja, a execução de serviços especializados de coleta e análise de água, diretamente relacionados à saúde pública, à qualidade da água para consumo humano e ao cumprimento das normas sanitárias vigentes.

3.7.1. A exigência de registro ou inscrição da empresa no Conselho de Classe Competente em plena validade justifica-se por se tratar de atividade regulamentada, cuja execução envolve procedimentos técnicos e científicos privativos ou dependentes de profissional habilitado, nos termos da legislação profissional aplicável. Tal exigência assegura que a empresa esteja regularmente fiscalizada pelo órgão de classe competente, conferindo maior segurança jurídica e técnica à Administração.

A exigência refere-se ao registro no conselho de classe competente para a atividade de análises laboratoriais (ex.: CRQ — Conselho Regional de Química), sem prejuízo da comprovação de registro dos demais profissionais envolvidos na execução (engenheiros, biólogos, técnicos), quando exigido pela legislação profissional aplicável.

3.7.2. A solicitação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, visa comprovar que a licitante possui experiência prévia efetiva na execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado. A possibilidade de apresentação de atestados concomitantes atende ao princípio da competitividade, permitindo a comprovação da experiência mínima exigida sem restringir indevidamente a participação de licitantes, desde que mantida a equivalência técnica.

3.7.3. A exigência de Certidão de Acervo Técnico, ART, TRT, termo de responsabilidade técnica, certidão de regularidade, anotação de função técnica ou documento equivalente emitido pelo conselho profissional competente e em nome de profissional habilitado, justifica-se pela necessidade de assegurar que os serviços serão executados sob responsabilidade direta de profissional legalmente habilitado, com experiência comprovada em coleta e análise laboratorial de águas, efluentes e/ou matrizes ambientais correlatas, atividade que demanda rigor técnico, metodológico e normativo.

A admissão de diferentes formas de comprovação da disponibilidade do profissional — vínculo empregatício, societário, contratual ou compromisso formal de contratação futura com anuência expressa — observa os princípios da ampla competitividade e razoabilidade, em



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

conformidade com o art. 67, §9º, da Lei nº 14.133/2021, sem afastar a exigência essencial de que o profissional participe efetivamente da execução do contrato.

A substituição do responsável técnico, no curso da execução contratual, somente será admitida mediante prévia anuência da Administração e desde que o substituto comprove qualificação equivalente ou superior, mediante apresentação da mesma documentação exigida na habilitação, conferindo flexibilidade operacional sem comprometer a qualidade técnica do objeto.

3.7.4. Da comprovação de competência laboratorial, acreditação e subcontratação

A contratação envolve a execução de análises laboratoriais cujos resultados subsidiarão o controle da qualidade da água para consumo humano, nos termos da Portaria GM/MS nº 888/2021, bem como o monitoramento ambiental de esgotos sanitários, efluentes tratados e corpos receptores, conforme normas ambientais aplicáveis.

Para os ensaios vinculados aos parâmetros da Portaria GM/MS nº 888/2021, será exigida a comprovação de acreditação vigente junto à CGCRE/Inmetro, ou organismo signatário de acordo de reconhecimento mútuo aplicável, conforme a ABNT NBR ISO/IEC 17025, com escopo compatível com o parâmetro, a matriz e o método analítico empregado.

A lista nominal dos parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021 que deverão estar cobertos por acreditação será detalhada no Termo de Referência, observadas as matrizes, os pontos de coleta e os métodos analíticos aplicáveis.

Admitir-se-á a subcontratação parcial de ensaios especializados, limitada a 30% dos parâmetros analíticos distintos vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, desde que previamente autorizada pela Administração, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, e desde que o laboratório subcontratado possua acreditação vigente e compatível para os parâmetros, matrizes e métodos que executar.

Para fins de cálculo do limite de subcontratação, o percentual de 30% será apurado sobre a quantidade de parâmetros analíticos distintos vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, e não sobre o valor financeiro contratado, número de amostras, número de coletas, número de municípios, pontos de coleta ou quantitativo total de unidades da planilha.

A contratada principal permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela execução do objeto, qualidade técnica dos resultados, rastreabilidade das amostras, cadeia de custódia, cumprimento dos prazos, emissão dos laudos, correção de não conformidades e atuação dos laboratórios subcontratados.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

Para os parâmetros não vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, a contratada deverá comprovar competência técnica mediante uso de métodos reconhecidos, validação analítica, controles de qualidade, rastreabilidade metrológica e limites de detecção e quantificação compatíveis com os padrões legais aplicáveis, sem prejuízo de exigência de acreditação quando tecnicamente justificada no Termo de Referência.

3.7.5. Para os parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, a comprovação da competência técnica deverá ocorrer por meio de acreditação vigente conforme a ABNT NBR ISO/IEC 17025, junto à CGCRE/Inmetro ou organismo de reconhecimento mútuo aplicável, com escopo compatível com o parâmetro, a matriz e o método analítico empregado.

Para os parâmetros ambientais ou operacionais não vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, a Administração poderá admitir comprovação de competência técnica por meio de métodos validados, controles internos de qualidade, participação em ensaios de proficiência, rastreabilidade metrológica, LD/LQ compatíveis com os limites normativos e demais evidências previstas no Termo de Referência.

A fiscalização contratual poderá, a qualquer tempo, solicitar a atualização dos certificados e escopos de acreditação da contratada e dos laboratórios subcontratados, bem como rejeitar laudos emitidos fora do escopo acreditado quando a acreditação for exigida para o respectivo parâmetro.

3.7.5.1. Do critério de cálculo do limite de subcontratação

O limite de subcontratação de até 30% será calculado exclusivamente sobre a quantidade de parâmetros analíticos distintos vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, conforme lista nominal constante do Termo de Referência.

Não serão considerados, para esse cálculo, o valor financeiro da contratação, o número de amostras, o número de coletas, os municípios atendidos, os pontos de coleta ou as unidades previstas na planilha quantitativa.

Exemplo: caso o Termo de Referência identifique 120 parâmetros analíticos distintos vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, a contratada poderá subcontratar, mediante autorização prévia da Administração, até 36 desses parâmetros, desde que todos estejam cobertos por acreditação vigente do laboratório subcontratado.

3.7.6. Considerando a complexidade técnica e operacional dos serviços, especialmente quanto à logística de coleta, transporte e preservação de amostras, será facultada aos licitantes a realização de visita técnica aos locais de execução, em data e condições a serem definidas no



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

Termo de Referência. Na hipótese de não realização da visita, o licitante deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições locais, assumindo integralmente os riscos e responsabilidades decorrentes, nos termos do art. 63, III, da Lei nº 14.133/2021, não sendo admitidas, posteriormente, alegações de desconhecimento como justificativa para inexecução, atraso ou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. REQUISITOS AMBIENTAIS E SANITÁRIOS

4.1 A licitante deverá comprovar regularidade no Cadastro Técnico Federal aplicável à atividade desempenhada, quando exigível pela legislação do IBAMA, mediante apresentação do Certificado de Regularidade vigente.

4.2. Alvará Sanitário, licença sanitária ou documento equivalente vigente, expedido pela autoridade sanitária competente do local da sede da licitante, quando exigível para a atividade exercida.

4.3. Em atendimento ao art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021 e ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, a CONTRATADA deverá observar, na execução dos serviços, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, pertinentes à natureza da atividade laboratorial:

4.3.1. Realizar o gerenciamento adequado dos resíduos gerados na coleta, transporte e análise das amostras (resíduos químicos, biológicos e perfurocortantes), em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a Resolução CONAMA nº 358/2005 (resíduos de serviços de saúde, quando aplicável) e as normas ABNT NBR pertinentes (em especial NBR 10.004, NBR 12.808 e NBR 13.853).

4.3.2. Adotar boas práticas laboratoriais que minimizem o consumo de água, energia e reagentes, priorizando, sempre que tecnicamente viável, métodos analíticos de menor impacto ambiental e a substituição de reagentes de elevada toxicidade por alternativas equivalentes.

4.3.3. Utilizar, preferencialmente, frascos e embalagens de amostragem recicláveis ou retornáveis, com descarte ambientalmente adequado após o uso, vedada a destinação inadequada de materiais contaminados.

4.3.4. Manter regularidade do licenciamento ambiental das instalações laboratoriais perante o órgão ambiental competente, bem como dos demais registros aplicáveis, conforme item 4.1 deste instrumento.

4.3.5. Observar, no que couber, as orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, disponível em gov.br/agu.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

5.1. O levantamento de mercado identificou número suficiente de laboratórios aptos a executar análises físico-químicas e microbiológicas de água e esgoto, garantindo competitividade ao certame.

5.2. A pesquisa de preços observou a metodologia prevista na regulamentação vigente sobre pesquisa de preços em contratações públicas regidas pela Lei nº 14.133/2021, utilizando fontes oficiais e pesquisa direta junto a fornecedores, com tratamento estatístico dos valores e expurgo de outliers.

5.3. O objeto possui padrões de qualidade e desempenho objetivamente definidos por métodos analíticos e parâmetros normativos consagrados, caracterizando-se como serviço comum.

5.4. Adota-se a modalidade Pregão, na forma eletrônica, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, por assegurar ampla competitividade, celeridade e transparência ao processo.

5.5. O levantamento de mercado identificou a existência de laboratórios com sistema de gestão da qualidade conforme a ABNT NBR ISO/IEC 17025 e acreditação vigente junto à CGCRE/Inmetro para diversos parâmetros aplicáveis ao controle da qualidade da água para consumo humano, incluindo parâmetros físico-químicos, microbiológicos, metais, compostos orgânicos, agrotóxicos, subprodutos da desinfecção e demais grupos analíticos previstos na Portaria GM/MS nº 888/2021.

5.6. Considerando a criticidade sanitária dos resultados e o uso dos laudos para tomada de decisão pelos municípios, alimentação de sistemas oficiais, atendimento à vigilância sanitária e comprovação perante órgãos de controle, a exigência de acreditação para os parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021 mostra-se tecnicamente proporcional, pertinente ao objeto e compatível com a prática de mercado.

5.7. A admissão de subcontratação parcial de até 30% dos parâmetros analíticos distintos vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, desde que com laboratório igualmente acreditado para os parâmetros executados, visa ampliar a competitividade sem comprometer a confiabilidade técnica, a rastreabilidade metrológica e a responsabilidade integral da contratada principal.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

6.1. Quantidades solicitadas por cada ente:

Para fins de cotação, considera-se 1 (uma) unidade como uma amostra completa, abrangendo coleta, transporte, preservação, cadeia de custódia, execução de todos os parâmetros descritos no item e emissão do laudo correspondente. Para fins de medição e pagamento, a unidade será interpretada conforme o escopo descrito em cada item da planilha: quando o item indicar entrada e saída, montante



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

e jusante, água bruta e tratada ou múltiplos pontos, a unidade corresponderá ao conjunto analítico descrito no respectivo item, salvo disposição específica do Termo de Referência.

Item	Descrição	Un	Boa Esperança	São João Batista do Glória	Extrema	Soledade de Minas	São José da Barra	Lambari	Coqueira	Total
1	Análise laboratorial – água in Natura, conforme Resolução Conama N° 357 de 17/03/2005 (completa), inclusive o que consta no Art.42 §1° da Portaria GM/MS N° 888, de 4 de Maio de 2021. Periodicidade das análises: semestral	un	-	2	-	5	2	2	2	13
2	Análise laboratorial – água in Natura, conforme Resolução Conama N° 396 de 03/04/2008 (completa), inclusive o que consta no Art.42 §2° da Portaria GM/MS N° 888, de 4 de maio de 2021. Periodicidade das análises: semestral	un	-	-	-	5	10	4	2	21
3	Análises do parâmetro de “Produtos Secundários da Desinfecção” de acordo com determinações da PORTARIA GM/MS N° 888 DE 4 DE MAIO DE 2021, anexo 13. Amostra de água superficial e subterrânea tratada, coletada no seguinte ponto: 1- Ponta de rede de distribuição dos municípios citados acima; sendo 01 (uma) coleta de amostra para cada bimestre para distribuição de água tratada. Periodicidade das análises: bimestral	un	14	6	-	8	6	6	12	52
4	Análises do parâmetro de “Gosto e odor” de acordo com determinações da PORTARIA GM/MS N° 888 DE 4 DE MAIO DE 2021, anexo 13. Amostras de água superficial tratada, coletada no seguinte ponto: 1- Saída do tratamento ETA de cada município citado neste edital; sendo 01 (uma) coleta de amostra para cada trimestre.	un	-	-	-	6	4	4	4	18



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	Periodicidade das análises: trimestral									
5	Análises do parâmetro de Avaliação radiológica, alfa e beta total bacteriológico e Cloreto de Vinila. de acordo com determinações da PORTARIA GM/MS N° 888 DE 4 DE MAIO DE 2021. Amostra de água superficial e subterrânea tratada, coletada no seguinte ponto: 1-Ponta de rede de distribuição de todos os municípios que aderirem a ATA desse edital. Sendo coletas de amostra semestrais para distribuição de água subterrânea. Periodicidade das análises: semestral	un	10	2	-	8	-	6	4	30
6	Análises de todos os parâmetros "Gosto e odor, Inorgânicos, Orgânicos, Agrotóxicos, Subprodutos da desinfecção, ciano toxinas, Microbiologia e Padrões Organolépticos de Potabilidade" conforme anexos 1, 9, 10, 11, 12 e 13 da PORTARIA GM/MS N° 888 DE 4 DE MAIO DE 2021. Amostras de origem superficial e subterrânea, coletadas nos seguintes pontos: 1-Saída do tratamento ETA de todos os municípios do CISAB-SUL; 2- Ponta de rede de distribuição da cidade de todas as cidades do CISAB-SUL; Periodicidade das análises: trimestral	un	-	-	-	10	4	12	28	54
7	Análises do parâmetro Esporos de Bactérias Aeróbias e Clorofila-a. Conforme Anexo XX da Portaria de Consolidação n° 5 - alterado pela portaria n° 888 de maio de 2021. Amostras de origem água bruta, coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Calha Parshall ETA. Periodicidade das análises: mensal	un	-	-	-	17	12	-	12	41
8	Análises do parâmetro Esporos de Bactérias Aeróbias. Conforme	un	-	-	-	17	12	-	24	53



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 - alterado pela portaria nº 888 de maio de 2021. Amostras de origem água filtrada, coletadas nos seguintes pontos de Coleta após filtração: 1 – Filtro 1 ; 2- Filtro 2. Periodicidade das análises: mensal									
9	Análises do parâmetro Contagem de células de cianobactérias (células/mL). Conforme Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 - alterado pela portaria nº 888 de maio de 2021. Amostras de origem bruta superficial. Coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Calha Parshall ETA. Periodicidade das análises: trimestral	un	-	-	-	6	4	2	4	16
10	Análise em amostras do corpo hídrico receptor – parâmetros: DBO (mg/L), DQO (mg/L), oxigênio dissolvido (mg/L), pH, substâncias tensoativas (mg/L), sólidos em suspensões totais (mg/L), turbidez (UNT), Cloreto Total (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), contagem de Escherichia Coli. (NMP), condutividade elétrica, cádmio, chumbo, cianobactérias, cloreto, clorofila a, cobre, óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais, sulfetos, zinco. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Montante do tratamento da ETE, 2- Jusante do tratamento da ETE, sendo 06 (seis) coletas de amostra para cada bimestre. Periodicidade das análises: bimestral	un	-	-	1	4	-	-	36	41
11	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: DBO (mg/L), DQO (mg/L), eficiência de remoção de DBO e DQO, pH, sólidos sedimentáveis (mg/L),	un	-	-	-	-	-	-	36	36



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	<p>sólidos em suspensões totais (mg/L), óleos e graxas (mg/L), substância tensoativas (mg/L), contagem de Escherichia Coli. (NMP), condutividade elétrica, turbidez, cádmio, chumbo, cloreto, fósforo total, nitrogênio amoniacal total, óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais, substâncias tensoativas, sulfetos e zinco. Vazão média mensal (L/s)</p> <p>* O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.</p> <p>Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município; sendo 06 (seis) coletas de amostra para cada bimestre.</p>									
12	<p>Análise em amostras de efluentes líquidos, de acordo com a Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08/2022, considerando os seguintes parâmetros: vazão média, DBO, DQO, oxigênio dissolvido, pH, temperatura, materiais sedimentáveis, sólidos em suspensão, substâncias tensoativas, óleos e graxas (óleos minerais e óleos vegetais e gorduras animais), contagem de Escherichia Coli (NMP), condutividade elétrica, turbidez, cádmio, chumbo, cloreto, fósforo total e nitrogênio amoniacal total.</p> <p>Periodicidade da coleta: sob demanda</p>	un	-	-	20	-	-	-	-	20
13	<p>Análise MENSAL em amostras de água tratada para EPICLORIDRINA (µg/L), conforme Portaria GM/MS 888/2021, Anexo 13 sendo: Amostra mensal na saída do</p>	un	-	12	-	-	-	-	-	12



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	tratamento da ETA (Estação de Tratamento de Água).									
14	Análise de Fósforo Total do afluente à Estação de Tratamento de Efluentes - ETE, bem como Fósforo Total do efluente as ETE. Periodicidade das análises: semestral	un	-	2	-	-	-	-	-	2
15	Análises do parâmetro Contagem de células de cianobactérias e Fitoplâncton (células/mL). Conforme Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 - alterado pela portaria nº 888 de maio de 2021. Amostras de origem bruta superficial. Coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Calha Parshall ETA. Periodicidade das análises: Semanal e Mensal (3 semanais e uma mensal)	un	100	-	-	-	-	-	-	100
16	Determinação de Fitoplâncton com identificação de Cianobactérias em água tratada (células/mL). Conforme Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 - alterado pela portaria nº 888 de maio de 2021. Amostras de origem bruta superficial. Coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Ponto de saída de água tratada nas estações de tratamento de água. Periodicidade das análises: Mensal	un	24	-	-	-	-	-	-	24
17	Análise Microbiológica Escherichia Coli - NMP. Amostras de origem bruta superficial. Coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Água bruta nas estações de tratamento de água. Periodicidade das análises: Mensal	un	24	-	-	-	-	-	-	24
18	Análise Microbiológica Escherichia Coli - NMP em água tratada e subterrânea. Amostras de origem superficial. Coletadas nos seguintes pontos de Coleta: 1 – Água tratada nas estações de	un	32	-	-	-	-	-	-	32



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	tratamento de água. Periodicidade das análises: Mensal ou Semestral									
19	Análises do Parâmetro de Protozoários (Cistos de Giárdia e Oocistos de Cryptosporidium), ambos em água bruta. Amostras coletadas na Calha Parshall da Estação de Tratamento de Água. Periodicidade das análises: Mensal	un	24	-	-	-	-	-	-	24
20	Análises de ciano toxinas (Microcistina, Sax toxinas e Cilindrospermopsinas). Coletas realizadas em água bruta (Calha Parshall) e água tratada. Periodicidade das análises: Trimestral	un	16	-	-	-	-	-	-	16
21	Análise do Parâmetro de Clorofila - a, na água bruta. Amostras coletadas na Calha Parshall da Estação de Tratamento de Água. Periodicidade das análises: Mensal	un	24	-	-	-	-	-	-	24
22	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Contagem de Escherichia Coli. (NMP). O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros E. Coli pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2-Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: bimestral	un	18	-	-	-	-	-	-	18
23	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Sólidos sedimentáveis. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras	un	22	-	-	-	-	-	-	22



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	compostas para os parâmetros Sólidos sedimentáveis pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município.									
	Periodicidade das análises: bimestral									
24	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: DQO (mg/L). O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município; sendo 06 (seis) coletas de amostra para cada bimestre.	un	40	-	-	-	-	-	-	40
	Periodicidade das análises: bimestral									
25	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: DBO (mg/L). O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município.	un	54	-	-	-	-	-	-	54
	Periodicidade das análises: Mensal									
26	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: pH. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas	un	194	-	-	-	-	-	-	194



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE, 2- Saída do tratamento da ETE. Periodicidade das análises: Mensal									
27	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: teste de toxicidade aguda. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros toxicidade aguda pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: Anual	un	3	-	-	-	-	-	-	3
28	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: fósforo total. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros fósforo total pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: Mensal	un	12	-	-	-	-	-	-	12
29	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: cloreto total. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros cloreto total pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE	un	12	-	-	-	-	-	-	12



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: semestral									
30	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: substancias tensoativas. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros substancias tensoativas pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: Semestral	un	12	-	-	-	-	-	-	12
31	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Nitrogênio amoniacal. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros Nitrogênio amoniacal pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: bimestral	un	26	-	-	-	-	-	-	26
32	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Condutividade elétrica. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros Condutividade elétrica pelo período de no mínimo 8 horas,	un	27	-	-	-	-	-	-	27



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: bimestral									
33	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: temperatura. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE, 2- Saída do tratamento da ETE. Periodicidade das análises: Semestral	un	32	-	-	-	-	-	-	32
34	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Cromo total, Cromo hexavalente, Mercúrio total, Amônia, Níquel, Sólidos dissolvidos, Sólidos suspensos, Sólidos totais, Sulfato, Sulfeto, Surfactantes MBAS, Sulfeto de hidrogênio. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: Semestral	un	48 (4 de cada parâmetro)	-	-	-	-	-	-	48
35	Análise em amostras de Corpo Receptor Montante e Jusante da ETE. PARAMETROS: clorofila a. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Montante, 2- Jusante. Periodicidade das análises: Semestral	un	8	-	-	-	-	-	-	8



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

36	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: óleos e graxas. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros óleos e graxas pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: Semestral	un	16	-	-	-	-	-	-	16
37	Análises do parâmetro AGROTÓXICOS de acordo com determinações da PORTARIA GM/MS N.º 888 DE 4 DE MAIO DE 2021, anexo 9. Amostra de água superficial. Periodicidade das análises: Semestral	un	-	-	-	-	-	-	6	6
38	Análise laboratorial – água in Natura, conforme Resolução Conama N.º 357 de 17/03/2005 (completa), inclusive o que consta no Art.42 §1º da Portaria GM/MS N.º 888, de 4 de Maio de 2021. Periodicidade das análises: trimestral	un	8	-	-	-	-	-	-	8
39	Análises de todos os parâmetros “Gosto e odor, Inorgânicos, Orgânicos, Agrotóxicos, Subprodutos da desinfecção, Ciano toxinas, Microbiologia e Padrões Organolépticos de Potabilidade” conforme anexos 1, 9, 10, 11, 12 e 13 da PORTARIA GM/MS N.º 888 DE 4 DE MAIO DE 2021. Amostras de origem superficial e subterrânea, coletadas em ponta de rede de distribuição. Periodicidade das análises: semestral	un	10	-	-	-	-	-	-	10
40	Análises de todos os parâmetros “Gosto e odor, Inorgânicos,	un	16	-	-	-	-	-	-	16



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	Orgânicos, Agrotóxicos e Padrões Organolépticos de Potabilidade” conforme anexos 1, 9, 10, 11, 12 e 13 da PORTARIA GM/MS N° 888 DE 4 DE MAIO DE 2021. Amostra de água superficial e subterrânea tratada, coleta em ponta de rede de distribuição. Periodicidade das análises: trimestral									
41	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: Nitrato. O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros Nitrato pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2-Saída do tratamento da ETE de cada município. Periodicidade das análises: Semestral	un	12	-	-	-	-	-	-	12
42	Análise em amostras de Corpo Receptor Montante e Jusante da ETE. PARAMETROS: E. Coli UFC A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Montante, 2- Jusante. Periodicidade das análises: Bimestral	un	18	-	-	-	-	-	-	18
43	Análise em amostras de Corpo Receptor Montante e Jusante da ETE. PARAMETROS: Oxigênio dissolvido. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Montante, 2- Jusante. Periodicidade das análises: Bimestral	un	18	-	-	-	-	-	-	18
44	Análise em amostras de Corpo Receptor Montante e Jusante da ETE. PARAMETROS: Turbidez. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples.	un	18	-	-	-	-	-	-	18



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	Coletadas nos seguintes pontos: 1-Montante, 2- Jusante. Periodicidade das análises: Bimestral								
45	Análise em amostras de Corpo Receptor Montante e Jusante da ETE. PARAMETROS: Densidade de cianobactérias. A coleta deverá ser realizada por meio de amostragem simples. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Montante, 2- Jusante. Periodicidade das análises: Semestral	un	12	-	-	-	-	-	12
46	Oocistos de <i>Cryptosporidium</i> spp e Cistos de <i>Giardia</i> ssp, em amostras de água bruta, conforme Portaria GM/MS 888/2021, Capítulo VI, parágrafo 6ª, sendo: Amostra semestral na Captação Rio Grande. Periodicidade das análises: Semestral	un	-	2	-	-	-	-	2
47	Análise em amostras de água tratada, conforme parâmetros da Portaria GM/MS 888/2021, (EXCETO os parâmetros Epicloridrina, Cloreto de Vinila e Acrilamida) sendo: Todos os parâmetros previstos semestralmente, conforme Anexo 9, Tabela de Substâncias Orgânicas; substâncias Inorgânicas; agrotóxicos e metabólicos que representam risco a saúde, Anexo 11 Padrão Organoléptico, sendo: Amostra semestral na saída do Tratamento da ETA. Periodicidade das análises: Semestral	un	-	2	-	-	-	-	2
48	Análise em amostras de afluentes e efluentes, em cumprimento à resolução COPAM-01/2008. PARAMETROS: DBO (mg/L), DQO (mg/L), pH, sólidos sedimentáveis (mg/L), sólidos em suspensão totais (mg/L), óleos e graxas (mg/L), Vazão média mensal (L/s) * O plano de	un	-	4	-	-	-	-	4



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Coletadas nos seguintes pontos: 1-Entrada do tratamento da ETE de cada município, 2- Saída do tratamento da ETE de cada município.									
	Periodicidade das análises: trimestral									
49	Análise MENSAL em amostras de água bruta para determinação da densidade de cianobactérias (células/mL), conforme Portaria GM/MS 888/2021, anexo 12, obedecendo ao Artigo 43, parágrafo 1º e inciso III sendo: Amostra mensal na Captação do Rio Grande	un	-	12	-	-	-	-	-	12

6.2. As quantidades indicadas na tabela do item 6.1 correspondem à demanda estimada para o período de 12 (doze) meses, consolidando as necessidades dos municípios partícipes do CISAB-SUL.

6.3. Os quantitativos são estimativos, não obrigando a Administração à contratação total, sendo executados conforme a real necessidade de cada partícipe ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

6.4. Cada município partícipe é responsável pela gestão e execução dos quantitativos a si vinculados, conforme indicado na tabela do item 6.1.

6.5. Quando o item indicar a aplicação de norma posteriormente revogada ou substituída, prevalecerá a norma vigente à época da execução, mantidos o escopo técnico e os parâmetros previstos no item.

6.6. A estimativa das quantidades resultou da análise dos seguintes fatores:

6.6.1. Demanda de abastecimento e esgotamento: população atendida, demanda de água tratada e volume de esgoto gerado nos municípios partícipes, considerando os setores residencial, comercial, industrial e institucional;

6.6.2. Fontes de captação e pontos de monitoramento: mananciais superficiais e subterrâneos, pontos de captação, saída de tratamento, rede de distribuição, entrada e saída de ETE e corpos receptores objeto de monitoramento;

6.6.3. Frequência de análise: periodicidade definida conforme normas sanitárias e ambientais aplicáveis a cada matriz e parâmetro, em especial a Portaria GM/MS nº 888/2021 (água para



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

consumo humano) e a legislação ambiental incidente sobre lançamento de efluentes e enquadramento de corpos hídricos;

6.6.4. Diversidade de parâmetros: parâmetros físico-químicos, microbiológicos, hidrobiológicos e radiológicos exigidos para cada matriz (água bruta, água tratada, efluente bruto, efluente tratado e corpo receptor);

6.6.5. Cobertura geográfica: extensão territorial dos municípios partícipes e quantidade de pontos de coleta vinculados aos sistemas de abastecimento e esgotamento de cada ente;

6.6.6. Condicionantes ambientais: análises necessárias ao atendimento de condicionantes de licenças e outorgas dos empreendimentos de saneamento básico sob responsabilidade dos municípios consorciados;

6.6.7. Histórico de demanda: dados de execução de contratações anteriores e do plano de amostragem em vigor em cada município partícipe.

6.7. Justificativa Econômica

6.7.1. contratação compartilhada via Sistema de Registro de Preços (SRP), sob a gestão do CISAB-SUL, proporciona as seguintes vantagens econômicas diretas:

i) Ganho de escala: o volume agregado dos municípios partícipes permite negociar preços unitários significativamente inferiores aos que seriam obtidos em contratações individuais, conforme será demonstrado na pesquisa de preços realizada nos termos da legislação vigente sobre pesquisa de preços em contratações públicas;

ii) Redução de custos administrativos: a centralização do processo licitatório evita a replicação de procedimentos (ETP, TR, edital, sessão pública, homologação) em cada município, reduzindo custos de pessoal, publicação e assessoria jurídica;

iii) Otimização logística: a contratação unificada permite à contratada otimizar roteiros de coleta, mobilização e deslocamento, reduzindo custos que seriam multiplicados em contratações isoladas;

iv) Previsibilidade orçamentária: o SRP, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período mediante comprovação da vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, permite aos municípios partícipes programar suas demandas dentro de valores já registrados, facilitando a gestão orçamentário-financeira.

6.7.2. A estimativa de economia frente a contratações individuais será demonstrada na fase de pesquisa de preços, observados os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, mediante consulta a: (i) Painel de Preços e bancos de dados oficiais;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

(ii) contratações similares de outros entes públicos, inclusive de outros consórcios; (iii) contratações anteriores dos entes partícipes; e (iv) pesquisa direta com fornecedores, quando cabível.

6.8. As descrições dos itens constantes da tabela (item 6.1) foram fornecidas pelos municípios partícipes e refletem suas demandas específicas de monitoramento. Para fins de execução contratual, medição, pagamento e aceitação dos serviços, prevalecerão as regras operacionais, métodos analíticos, critérios de amostragem, cadeia de custódia, prazos de preservação e requisitos de laudo estabelecidos no Termo de Referência, nas normas técnicas aplicáveis e nas condicionantes ambientais vigentes de cada município, sem alteração do escopo quantitativo estimado.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. A solução consiste na contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP) gerido pelo CISAB-SUL, de serviços técnicos especializados de coleta, transporte, preservação e análise laboratorial de amostras de água e esgoto, com emissão de laudos técnicos, para atender às demandas dos municípios partícipes nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário sob sua responsabilidade.

7.2. A solução compreende as seguintes matrizes:

7.2.1. Água bruta (mananciais superficiais e subterrâneos);

7.2.2. Água tratada (saída de ETA e rede de distribuição);

7.2.3. Água de soluções alternativas coletivas e individuais de abastecimento;

7.2.4. Esgoto bruto e esgoto tratado (entrada e saída de ETE);

7.2.5. Corpos receptores de efluentes (montante e jusante de pontos de lançamento);

7.3. A solução abrange a execução das seguintes etapas operacionais:

7.3.1. Programação das coletas: acionamento da contratada pelos municípios partícipes, conforme cronograma e plano de amostragem definidos por cada ente, em consonância com a legislação sanitária e ambiental vigente;

7.3.2. Coleta de amostras: execução por profissional habilitado da contratada, com utilização de frascaria, preservantes e equipamentos adequados a cada parâmetro, observando procedimentos padronizados de coleta (ABNT NBR aplicáveis, Standard Methods e/ou guias técnicos oficiais) e observados os prazos máximos de preservação e as condições específicas de frascaria, conservantes e temperatura de cada parâmetro.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

7.3.3. Preservação e transporte: acondicionamento das amostras sob condições controladas de temperatura e preservação química, com manutenção da cadeia de custódia até a entrega ao laboratório, respeitados os prazos de validade de cada parâmetro;

7.3.4. Análises laboratoriais: execução conforme métodos analíticos reconhecidos, com limites de detecção (LD) e quantificação (LQ) compatíveis com os limites legais aplicáveis a cada parâmetro;

7.3.5. Emissão de laudos: entrega de relatórios técnicos contendo, no mínimo: identificação do ponto de coleta, data/hora de coleta e análise, condições de preservação e transporte, método analítico empregado, LD/LQ, resultados, unidade, incerteza (quando aplicável) e responsável técnico;

7.3.6. Disponibilização eletrônica dos resultados: envio dos laudos em formato eletrônico (PDF assinado) ao município partícipe e ao CISAB-SUL, em prazos compatíveis com a finalidade da análise.

7.3.7. Comprovação de acreditação e subcontratação autorizada

Para os ensaios vinculados aos parâmetros da Portaria GM/MS nº 888/2021, a solução contratada deverá garantir a execução por laboratório com acreditação vigente conforme a ABNT NBR ISO/IEC 17025, junto à CGCRE/Inmetro ou organismo de reconhecimento mútuo aplicável, com escopo compatível com o parâmetro, a matriz e o método analítico empregado.

Será admitida a subcontratação parcial de até 30% dos parâmetros analíticos distintos vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, desde que previamente autorizada pela Administração e desde que o laboratório subcontratado comprove acreditação vigente e compatível para os parâmetros que executar.

A contratada principal deverá manter, durante toda a execução contratual, a responsabilidade integral pela coleta, preservação, transporte, cadeia de custódia, encaminhamento das amostras, controle dos prazos de validade, emissão/consolidação dos laudos, correção de não conformidades e cumprimento dos prazos contratuais.

7.4. A solução observará as normas sanitárias e ambientais aplicáveis a cada matriz e parâmetro, em especial — sem prejuízo de outras normas vigentes ou que vierem a substituí-las:

7.4.1. Portaria GM/MS nº 888/2021 (e normas que a complementem ou substituam) — controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano;

7.4.2. Resoluções CONAMA aplicáveis ao enquadramento de corpos hídricos, lançamento de efluentes e qualidade da água subterrânea;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

7.4.3. Normas estaduais ambientais incidentes, em especial as expedidas pelo órgão ambiental competente em Minas Gerais (COPAM/SEMAD);

7.4.4. Normas ABNT, métodos do Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater e demais referências técnicas reconhecidas.

7.5. Os requisitos técnicos detalhados da contratada (qualificação, capacidade laboratorial, requisitos de habilitação técnica, prazos de execução, padrões de aceitação dos laudos, sanções e demais obrigações) serão estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento convocatório, observados os princípios da competitividade, da isonomia e da economicidade.

7.6. O plano de amostragem de cada município partícipe (definição de pontos, frequências, parâmetros e responsáveis pela solicitação) é de responsabilidade do respectivo ente, podendo ser apoiado tecnicamente pelo CISAB-SUL, e independe da contratação ora pretendida.

7.7. A adoção de ações corretivas decorrentes de não conformidades identificadas nos laudos é de responsabilidade do município partícipe titular do serviço de saneamento, no exercício de suas competências legais, não constituindo objeto desta contratação.

7.8. A solução não contempla o fornecimento de equipamentos de tratamento, produtos químicos, insumos operacionais de ETA/ETE, projetos de engenharia ou consultoria técnica, restringindo-se aos serviços de coleta, transporte e análise laboratorial com emissão de laudos.

8. JUSTIFICATIVAS PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve, sempre que possível e vantajoso, parcelar o objeto da contratação, de modo a ampliar a competitividade. Trata-se, contudo, de regra não absoluta, admitindo-se a contratação em lote único quando o parcelamento se mostrar tecnicamente inviável ou economicamente desvantajoso, conforme entendimento consolidado no Acórdão TCU nº 1.214/2013-Plenário e na Súmula TCU nº 247.

8.2. No caso concreto, a análise técnica realizada pelo CISAB-SUL e seus municípios partícipes conclui pela inviabilidade técnica e econômica do parcelamento, conforme fundamentação a seguir.

8.3. Hipóteses de parcelamento examinadas e afastadas

Foram avaliadas as seguintes possibilidades de divisão do objeto:

8.3.1. Divisão por matriz (água potável, água bruta, esgoto, água subterrânea): afastada porque as mesmas equipes de coleta, a mesma logística de transporte refrigerado e a mesma estrutura laboratorial são utilizadas para múltiplas matrizes. A separação implicaria duplicação de mobilizações no mesmo município e na mesma data, elevando custos sem ganho competitivo.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

8.3.2. Divisão por grupo de parâmetros (físico-químicos, microbiológicos, metais, orgânicos): afastada porque uma única coleta gera amostras destinadas a diferentes ensaios, com frascarias, preservantes e prazos de validade específicos. A divisão exigiria que laboratórios distintos coletassem no mesmo ponto e momento, o que é operacionalmente inviável e compromete a cadeia de custódia e a representatividade integrada da amostra.

8.3.3. Divisão por região geográfica (lotes regionais entre os municípios partícipes): afastada porque os municípios do CISAB-SUL apresentam demandas individuais de pequeno e médio porte, e a regionalização dos lotes reduziria o volume agregado, eliminando o principal ganho da contratação compartilhada — a economia de escala (item 6.7 deste ETP). Adicionalmente, a gestão de múltiplas Atas de Registro de Preços regionais elevaria o custo administrativo do consórcio.

8.4. Fundamentos técnicos para a contratação em lote único

8.4.1. Integridade da cadeia de custódia: a coleta, preservação, transporte e análise das amostras constituem processo técnico contínuo e rastreável, conforme exigido pelos métodos do Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater e normas ABNT aplicáveis. A fragmentação do objeto compromete a rastreabilidade e a validade técnica dos laudos.

8.4.2. Comparabilidade dos resultados: a análise integrada da qualidade da água e do esgoto exige resultados gerados sob mesma metodologia, mesma incerteza analítica e mesmos limites de detecção/quantificação. Laudos emitidos por laboratórios distintos, com métodos diversos, podem gerar resultados não comparáveis, prejudicando a tomada de decisão sanitária e ambiental.

8.4.3. Economia de escala: a contratação em lote único permite diluição dos custos fixos de mobilização (equipes de coleta, veículos refrigerados, deslocamentos) entre maior volume de análises, resultando em preço unitário inferior ao que seria obtido em contratações fragmentadas.

8.4.4. Eficiência logística: o agrupamento permite à contratada otimizar roteiros de coleta entre os municípios partícipes, com ganhos de produtividade que se refletem na proposta de preços.

8.4.5. Responsabilização única e fiscalização eficiente: a centralização em um único fornecedor permite identificação unívoca do responsável técnico por eventuais não conformidades, simplificando a fiscalização contratual nos termos dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021 e evitando o fenômeno do "empurra-empurra" entre contratadas.

8.4.6. A adoção de lote único não impede a subcontratação parcial de ensaios especializados, desde que previamente autorizada pela Administração, limitada a 30% dos parâmetros



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

analíticos distintos vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021 e condicionada à comprovação de acreditação vigente do laboratório subcontratado, com escopo compatível com os parâmetros, matrizes e métodos executados. Essa medida compatibiliza a integridade operacional da coleta, a cadeia de custódia e a responsabilização única da contratada principal com a ampliação da competitividade do certame.

8.4.7. A possibilidade de subcontratação parcial não configura parcelamento do objeto, pois não transfere à Administração a gestão de múltiplos contratos nem fragmenta a responsabilidade técnica pela coleta, transporte, cadeia de custódia e entrega dos laudos. A contratada principal permanecerá como única responsável perante a Administração, inclusive pelos atos dos laboratórios subcontratados.

8.5. Forma de licitação e tratamento diferenciado a ME/EPP

8.5.1. A contratação será realizada por meio de licitação ampla, em lote único, observado o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte previsto na LC nº 123/2006 e no art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.5.2. A aplicação de cota reservada de até 25% resta prejudicada em razão da indivisibilidade técnica e operacional do objeto, demonstrada nos itens 8.3 e 8.4, uma vez que a segregação de parcela do objeto comprometeria a cadeia de custódia, a logística integrada de coleta, a comparabilidade dos resultados e a economicidade da contratação. Aplica-se, portanto, a exceção prevista no art. 49, III, da LC nº 123/2006, sem prejuízo da participação de ME/EPP no certame e da aplicação dos demais benefícios legais.

8.5.3. Registra-se, contudo, que a participação de ME/EPP no certame permanece plenamente assegurada, com aplicação dos demais benefícios da LC 123/2006, em especial:

- i) Empate ficto (art. 44 e 45);
- ii) Regularidade fiscal e trabalhista com prazo para regularização (art. 43);
- iii) Preferência de contratação em caso de empate.

8.5.4. A não fragmentação do objeto não exclui, por si só, a participação de ME/EPP, desde que atendam aos requisitos técnicos e operacionais do edital, preservados os benefícios previstos na LC nº 123/2006.

8.6. Pelas razões expostas, conclui-se pela inviabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, recomendando-se a contratação em lote único, com fundamento no art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, no Acórdão TCU nº 1.214/2013-Plenário e na Súmula TCU nº 247, preservada a ampla participação de ME/EPP no certame nos termos da LC 123/2006.



9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

9.1. A presente contratação, estruturada na forma de Sistema de Registro de Preços gerido pelo CISAB-SUL, tem por finalidade gerar resultados mensuráveis em três dimensões: economicidade, eficiência operacional e qualidade técnica do controle sanitário e ambiental, conforme detalhado a seguir.

9.2. Resultados em economicidade (recursos financeiros)

9.2.1. Ganho de escala pela contratação compartilhada: a agregação da demanda dos municípios partícipes em um único certame proporciona redução do preço unitário das análises, conforme demonstrado no item 6.7 deste ETP.

9.2.2. Redução de custos administrativos: a substituição de procedimentos licitatórios individuais por um único certame compartilhado reduz custos com publicação, pareceres jurídicos, comissões de licitação, horas técnicas de servidores e demais despesas processuais.

9.2.3. Estabilidade de preços durante a vigência da Ata: o SRP fixa os preços por até 12 meses (prorrogáveis nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021), protegendo os municípios partícipes contra oscilações de mercado e renegociações sucessivas.

9.2.4. Otimização da execução orçamentária: o regime de demanda permite que cada município participe acione a contratada conforme suas necessidades reais e disponibilidade orçamentária, evitando empenhos vinculados a quantitativos rígidos.

9.3. Resultados em eficiência operacional (recursos humanos e materiais)

9.3.1. Liberação de capacidade técnica dos municípios: a contratação de laboratório externo libera os servidores municipais de atividades técnico-operacionais de baixa especialização (coleta e logística), permitindo realocação para atividades finalísticas de operação de ETA/ETE, gestão de redes, atendimento ao usuário e controle de perdas.

9.3.2. Dispensa de investimento em estrutura laboratorial própria: o serviço terceirizado afasta a necessidade de investimento em equipamentos analíticos, reagentes, manutenção, calibração, acreditação e qualificação de equipe técnica laboratorial — custos incompatíveis com a escala individual dos municípios partícipes.

9.3.3. Padronização de procedimentos: a execução por um único prestador garante uniformidade nos métodos de coleta, preservação, análise e emissão de laudos entre os



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**
CNPJ: 19.807.228/0001-16

municípios partícipes, facilitando a consolidação de dados pelo CISAB-SUL e órgãos de vigilância.

9.3.4. Apoio técnico do consórcio: a gestão centralizada da Ata pelo CISAB-SUL viabiliza apoio aos municípios partícipes na interpretação de laudos, na identificação de não conformidades e no atendimento a demandas dos órgãos de controle e vigilância sanitária/ambiental.

9.4. Resultados em qualidade técnica e conformidade regulatória

9.4.1. Cumprimento das obrigações sanitárias e ambientais: a contratação assegura aos municípios partícipes o atendimento às obrigações de monitoramento previstas na Portaria GM/MS nº 888/2021 (controle da qualidade da água para consumo humano) e nas Resoluções CONAMA aplicáveis ao monitoramento de efluentes e corpos receptores, reduzindo o risco de autuações pelos órgãos de fiscalização (Vigilância Sanitária, Ministério Público, órgão ambiental estadual).

9.4.2. Confiabilidade técnica dos resultados: a contratação de laboratório com sistema de gestão da qualidade conforme a ABNT NBR ISO/IEC 17025, com exigência de acreditação vigente para os parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021, assegura maior confiabilidade aos laudos, rastreabilidade metrológica, métodos validados, controles de qualidade, LD/LQ compatíveis com os limites legais e valor probatório perante órgãos de controle, vigilância sanitária e fiscalização ambiental.

9.4.3. Subsídio à tomada de decisão: os laudos produzidos fornecem base técnica objetiva para decisões dos titulares dos serviços de saneamento sobre operação dos sistemas, intervenções corretivas, comunicação à população (art. 13 da Portaria GM/MS nº 888/2021) e prestação de contas aos órgãos reguladores.

9.5. Pelos elementos expostos, demonstra-se que a contratação proposta atende ao princípio da economicidade (art. 5º da Lei 14.133/2021) e proporciona melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros dos municípios partícipes.

10. MAPA DE RISCOS

10.1. Em atendimento ao art. 18, §1º, X, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se a matriz dos principais riscos da contratação e suas medidas de mitigação.

n	Risco Identificado	Prob	Impacto	Medida de Mitigação
1	Licitação deserta ou fracassada	Média	Alto	Pesquisa de preços consistente; ampla divulgação; revisão de exigências em caso de fracasso; negociação com licitantes.
2	Atraso na coleta ou na	Média	Alto	Prazos objetivos no contrato; penalidades escalonadas; fiscalização



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	entrega de laudos			ativa; glosa por atraso.
3	Laudos com falhas técnicas, métodos inadequados, LD/LQ incompatíveis ou execução de parâmetros da Portaria GM/MS nº 888/2021 fora do escopo acreditado.	Média	Alto	Exigência de acreditação ABNT NBR ISO/IEC 17025 para os parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021; conferência dos certificados e escopos de acreditação; rejeição de laudos não conformes; reanálise ou recoleta sem custo quando a falha for imputável à contratada.
4	Falhas na coleta (frasco, preservante, prazo de validade, cadeia de custódia)	Média	Alto	Coletadores capacitados; procedimentos padronizados; cadeia de custódia documentada; recoleta sem ônus.
5	Problemas logísticos (acesso, clima, ponto indisponível)	Alta	Médio	Agendamento prévio; plano de reagendamento em até 48h; comunicação formal à fiscalização.
6	Subcontratação de análises especializadas sem autorização ou acima do limite de 30% dos parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021.	Média	Médio	Exigência de anuência prévia da Administração; apresentação de certificado e escopo de acreditação do laboratório subcontratado; controle do percentual por quantidade de parâmetros analíticos distintos; glosa, rejeição do laudo e sanções em caso de descumprimento.
7	Responsabilidade trabalhista subsidiária	Média	Médio	Comprovação mensal de regularidade fiscal e trabalhista como condição de pagamento.
8	Descarte irregular de amostras e resíduos laboratoriais	Baixa	Médio	Exigência de plano de gerenciamento de resíduos; comprovação de destinação adequada.
9	Perda de condições de habilitação, expiração, suspensão ou redução do escopo de acreditação da contratada ou de laboratório subcontratado.	Baixa	Alto	Monitoramento periódico dos certificados e escopos de acreditação; obrigação de comunicação imediata pela contratada; substituição de laboratório subcontratado mediante autorização prévia; rejeição de laudos emitidos fora do escopo exigido; aplicação de sanções e convocação dos demais classificados, se necessário.
10	Oscilação de custos de insumos durante a vigência da Ata	Média	Médio	Análise documental para revisão/reequilíbrio quando comprovado fato imprevisível.
11	Variação dos quantitativos demandados frente ao estimado	Média	Baixo	SRP sem obrigatoriedade de consumo mínimo; execução conforme demanda real.
12	Conflitos de governança entre municípios partícipes	Baixa	Médio	Regras claras de adesão e responsabilidades; coordenação centralizada pelo CISAB-SUL.
13	Adesões posteriores ("carona") em volume que prejudique os partícipes	Média	Médio	Controle dos limites de adesão; prioridade aos partícipes originais; aprovação prévia.

11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

11.1. Em atendimento ao art. 18, §1º, IX, da Lei nº 14.133/2021, as providências prévias à execução contratual são:

- a) Designação formal do gestor da Ata pelo CISAB-SUL e dos fiscais de contrato pelos municípios partícipes;
- b) Indicação, por cada município partícipe, de ponto focal técnico e dos pontos de coleta a serem atendidos;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

- c) Definição do fluxo de comunicação entre contratada, CISAB-SUL e municípios para solicitação de coletas, entrega de laudos e tratamento de não conformidades;
- d) Orientação técnica básica aos fiscais e pontos focais quanto a procedimentos de coleta, recebimento e interpretação de laudos.
- e) Consolidação, por cada município partícipe, da relação dos pontos de coleta, com endereço, coordenadas quando disponíveis, responsável local e condições de acesso;
- f) Definição do procedimento de recebimento, conferência e aceite dos laudos pelo fiscal designado.

11.2. Não se identificam necessidades de adequação de infraestrutura física, aquisição de equipamentos ou alterações em sistemas de tecnologia da informação, uma vez que o objeto será executado integralmente pela contratada, com entrega remota dos laudos.

12. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1. Considerando os elementos apurados neste Estudo Técnico Preliminar:

12.1.1. A contratação alinha-se às finalidades institucionais do CISAB-SUL e dos municípios partícipes, atendendo à necessidade pública de monitoramento da qualidade da água e de efluentes;

12.1.2. Os requisitos técnicos, operacionais e de prazo foram adequadamente levantados e analisados, inclusive quanto ao tempo esperado para disponibilização da solução;

12.1.3. Os quantitativos estimados são coerentes com a demanda prevista pelos municípios partícipes;

12.1.4. A solução está disponível no mercado, com número de fornecedores suficiente para assegurar a competitividade do certame;

12.1.5. As estimativas preliminares de preços foram elaboradas conforme metodologia de pesquisa de preços aplicável às contratações públicas, com a devida documentação registrada neste estudo;

12.1.6. O estudo concluiu pela inviabilidade do parcelamento da solução, com justificativa fundamentada nos aspectos técnico, operacional e econômico, conforme item próprio deste ETP;

12.1.7. Os riscos da contratação foram identificados e as respectivas medidas de mitigação estabelecidas no Mapa de Riscos (Seção 10);



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

12.1.8. Os municípios partícipes manifestaram interesse e indicaram disponibilidade orçamentária compatível com os quantitativos informados;

12.1.9. A relação custo-benefício é favorável, considerando o ganho de escala proporcionado pela contratação compartilhada e a essencialidade do serviço para o cumprimento das obrigações sanitárias e ambientais dos partícipes.

12.1.10. A exigência de acreditação conforme a ABNT NBR ISO/IEC 17025 para os parâmetros vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021 mostra-se tecnicamente justificada, proporcional ao risco sanitário envolvido, compatível com a prática de mercado e adequada à finalidade da contratação, sendo admitida subcontratação parcial de até 30% dos parâmetros analíticos distintos, desde que previamente autorizada e executada por laboratório igualmente acreditado para os parâmetros correspondentes.

12.2. Diante do exposto, esta Comissão declara viável a contratação dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar, recomendando o prosseguimento do procedimento licitatório, na modalidade e sob o rito definido no Termo de Referência.

Boa Esperança (MG), 18 de junho de 2026

João Vitor Souza Perazza Martins
Analista de Saneamento
CISAB SUL



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS DE ACREDITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES
DE SUBCONTRATAÇÃO**

[NOME DA LICITANTE], inscrita no CNPJ sob o nº [●], sediada à [endereço completo], por seu representante legal infra-assinado, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº [●], declara, sob as penas da lei, que:

1. Tem pleno conhecimento das exigências técnicas, operacionais e documentais previstas no edital e no Termo de Referência, especialmente quanto aos requisitos de competência laboratorial, acreditação, rastreabilidade metrológica, cadeia de custódia, emissão de laudos e controle de qualidade analítica aplicáveis ao objeto da contratação.
2. Está ciente de que os ensaios vinculados à Portaria GM/MS nº 888/2021 deverão ser executados por laboratório com acreditação vigente junto à Cgcre/Inmetro, ou por organismo signatário de acordo de reconhecimento mútuo aplicável, conforme ABNT NBR ISO/IEC 17025, com escopo compatível com o parâmetro, a matriz e o método analítico utilizado, nos termos do Termo de Referência.
3. Está ciente de que a subcontratação, quando admitida, observará integralmente as condições estabelecidas no edital e na Seção 12 do Termo de Referência, sendo permitida apenas de forma parcial, excepcional, previamente autorizada pela Administração e limitada às hipóteses e percentuais ali previstos.
4. Declara que, caso venha a subcontratar parcela do objeto, observará o limite máximo permitido no Termo de Referência e apresentará, exclusivamente após a adjudicação e antes do início da execução da parcela subcontratada, toda a documentação técnica, jurídica, fiscal, trabalhista e de acreditação exigível da subcontratada, nos termos previstos no edital e no Termo de Referência.
5. Declara que a eventual subcontratação não afastará nem reduzirá sua responsabilidade integral perante a Administração quanto à execução do objeto, à qualidade técnica dos ensaios, à rastreabilidade das amostras, à manutenção da cadeia de custódia, à validade dos laudos, ao cumprimento dos prazos contratuais e à observância de todas as exigências legais, editalícias e contratuais.
6. Declara, ainda, que não iniciará a execução de qualquer parcela subcontratada sem a prévia e expressa autorização da Administração e que tem ciência de que não serão aceitos, para fins de execução, medição, recebimento ou pagamento, resultados de ensaios executados por laboratório subcontratado sem a devida autorização ou em desacordo com as exigências técnicas e documentais previstas no Termo de Referência.
7. Quanto à intenção de subcontratação, declara, nesta fase da licitação:

() **NÃO** pretende subcontratar qualquer parcela do objeto, por atender diretamente a 100% (cem por cento) dos parâmetros e requisitos analíticos exigidos no escopo acreditado, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021, possuindo capacidade técnica para a execução integral do objeto licitado



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

() **SIM**, a empresa não atende à totalidade dos parâmetros e requisitos analíticos exigidos no escopo acreditado, razão pela qual pretende realizar a subcontratação parcial da execução do objeto, observados os limites e condições estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021, conforme tabela constante no item 1.7.4 do Termo de Referência, observando-se o disposto no item 12.2, que admite o limite máximo de até 30% (trinta por cento) apenas dos parâmetros analíticos vinculados a Portaria supracitada, sem prejuízo das demais exigências técnicas e legais aplicáveis, pretendendo subcontratar os seguintes parâmetros:

8. Na hipótese de sagrar-se vencedora, compromete-se a apresentar, no momento e na forma exigidos pela Administração, a identificação da subcontratada e toda a documentação comprobatória pertinente, inclusive quanto à qualificação técnica e ao escopo de acreditação, quando exigíveis.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

[Local], [data]

[Nome do representante legal]

[Cargo]

[Nome da licitante]



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**
CNPJ: 19.807.228/0001-16

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 023/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º xxx/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Sul de Minas – CISAB-SUL, com sede na Rua Samuel Moura, 265, apto. 202, Nova Era, Boa Esperança – MG, CEP 37.170-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.807.228/0001-16, neste ato representado pelo diretor superintendente, Sr. Elton Santos Lima Barrios, CPF 061.433.066-13, nomeado pela Portaria nº 002 de 01 de setembro de 2023, publicada no dia 01 de setembro de 2023, portador da matrícula funcional nº 000025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 007/2026, publicada no de/20....., processo administrativo n.º 023/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a contratação, pelo Sistema de Registro de Preços, de serviços especializados de coleta e análise laboratorial de água de poços profundos, captações superficiais, ETA e sistemas de distribuição, em atendimento à Portaria GM/MS nº 888/2021 e às Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 396/2008 e nº 430/2011; e de esgoto sanitário bruto e tratado e corpo hídrico receptor, em atendimento à Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08/2022 e às condicionantes ambientais de cada município participante.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:							
CNPJ:							
ENDEREÇO:							
REPRESENTANTE:							
E-MAIL:							
TELEFONE:							
ITEM	UNID.	CÓD.	QTD.	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Sul de Minas – CISAB SUL.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>
----------------	-----------------------------	----------------	-------------------



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.2.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.3.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.4.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.5.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.6.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.7.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.8.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.9.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

- 4.10.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.11.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.12.** Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.13.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.10, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

- 4.14.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.5. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.7. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.9. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.10. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.11. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.12. Mantiverem sua proposta original.

5.13. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.14. O registro a que se refere o item 5.10 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.15. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.16. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.12 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.17. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.18. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.19. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.20. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.21. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.22. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

5.23. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.16 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.24. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.11, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.25. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.26. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.27. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.17.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.6 e no item 7.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.3. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.4. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.5. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.6. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.7. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.8. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.9. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.5, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

- 9.6.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.7.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.8.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.9.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.10.** Por razão de interesse público;
- 9.11.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.12.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 10.2.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.3.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.4.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 11.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 11.3.** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Boa Esperança, xx de mês de 2026.

Elton Santos Lima Barrios

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

DIRETOR SUPERINTENDENTE CISAB SUL

TESTEMUNHAS:

1- _____	2- _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2026

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
INSC. EST.:					
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:			CIDADE:		
CEP:			E-MAIL:		
TELEFONE:			FAX:		
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:		
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:		
Nº DA AGÊNCIA:					
CHAVE PIX:					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL POR EXTENSO:					

A EMPRESA: DECLARA QUE:

1. Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
2. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
3. Prazo de início de fornecimento de acordo com o estabelecido no Termo de Referência (Anexo I) do edital desse processo.
4. Que **não possui** como sócio, gerente e diretores, servidores dos Órgão gerenciados e dos Órgãos participantes do certame em epígrafe, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital social.
5. Que o prazo de início da entrega dos materiais será de acordo com os termos estabelecidos no Anexo I, deste edital a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar. Todos os materiais serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a discriminação do Termo de Referência do referido edital ou de má qualidade.
6. Declaramos ainda que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16

Anexo VI – MINUTA DE CONTRATO

EDITAL Nº 007/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2026.

CONTRATO N.º XXXX/2026

CONTRATANTE: NOME DA AUTARQUIA, inscrita no CNPJ sob o n.º xxxxxxxx, com sede na xxxxxxx, neste ato representado(a) por **Nome**, função, inscrito(a) no CPF sob o n.º xxxxx, portador(a) da Cédula de Identidade n.º xxxxxx.

CONTRATADO: NOME DA EMPRESA, inscrita no CNPJ sob o n.º xxxxxxxx, com sede na xxxxxxx, neste ato representado(a) por **Nome**, função, inscrito(a) no CPF sob o n.º xxxxx, portador(a) da Cédula de Identidade n.º xxxxxx.

Tendo em vista o que consta no **Processo nº 023/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 007/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação, pelo Sistema de Registro de Preços, de serviços especializados de coleta e análise laboratorial de água de poços profundos, captações superficiais, ETA e sistemas de distribuição, em atendimento à Portaria GM/MS nº 888/2021 e às Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 396/2008 e nº 430/2011; e de esgoto sanitário bruto e tratado e corpo hídrico receptor, em atendimento à Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 08/2022 e às condicionantes ambientais de cada município participante.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

...						
-----	--	--	--	--	--	--

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável, na forma do artigo 111 da mesma lei.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído/entregue no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado.

2.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.4 Estar formalmente demonstrado no processo que forma de prestação dos serviços ou fornecimento de bens, Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços ou fornecimento de bens tem natureza continuada;

a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E GARANTIA E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de **10 (dez) dias**, contados do aceite e conferência da nota fiscal.

a) Devendo para isto a empresa vencedora apresentar Nota Fiscal Eletrônica demonstrando descrição correta dos itens, valores unitários e totais.

b) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

c) O pagamento através de boleto bancário só será efetuado mediante o vencimento do boleto na apresentação.

d) A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a retenção de imposto de renda, bem como informar o regime tributário o qual a empresa está enquadrada, em consonância ao Decreto Municipal n.º 12.814 de 31 de julho de 2023, sob pena de retenção do Imposto de Renda sobre o valor total do documento.

e) A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal os dados bancários para pagamento

6.2 Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal Eletrônica correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Consorcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Sul de Minas, CNPJ n.º 19.807.228/0001-16, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

6.3 A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da CONTRATANTE, que somente atestará a entrega das mercadorias e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

6.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA pelo representante da CONTRATANTE e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

6.5 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTAMENTO (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/02/2026.

7.2 Após o período de 12 meses, poderá haver o reajuste dos valores pelo índice IPCA fornecido pelo IBGE, que será concedido após a solicitação da contratada. Não havendo solicitação por parte da contratada, será considerado renúncia tácita ao reajuste, precluindo o seu direito

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por meio eletrônico, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Arcar com as despesas de publicação de extrato do CONTRATO DE FORNECIMENTO, bem como dos Termos Aditivos que venham a ser firmados.

8.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

- 8.9** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10** Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.12** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.13** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3** Comunicar ao contratante, por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4** Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do CONTRATO DE FORNECIMENTO, durante toda a sua vigência, a pedido do Consorcio.
- 9.5** Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários para comprovação da qualidade do (s) objeto (s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações e exigências do Edital.
- 9.6** Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do CONTRATO DE FORNECIMENTO, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, taxas, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação, e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei.
- 9.7** Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre o objeto contratado.
- 9.8** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

- 9.9** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.10** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.11** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.12** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.13** Comunicar ao Fiscal do contrato, por meio eletrônico, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.14** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.15** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.16** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.17** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.18** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.19** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

9.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.21 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento deste instrumento legal.

9.22 Instruir seus empregados a manterem sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução do CONTRATO.

9.23 Responsabilizar-se pelos danos causados a funcionários do Consorcio ou a terceiros, decorrente do fornecimento impróprio

9.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.25 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.26 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.27 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada quando aplicável.

9.28 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.29 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1 Executar a garantia dos serviços executados e/ou dos produtos entregues que apresentem avarias, a fim de que sejam corrigidos ou substituídos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, nos termos da Lei 14.133/21, as seguintes sanções:

a) advertência; quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021));

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. (quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

1. Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

1.i. O atraso igual ou superior a **31 (trinta e um) dias** sem a devida justificativa da Contratada e acolhida pela Autarquia, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “h” a “l” do **subitem 11.1**, de 20% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do **subitem 11.1**, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

4. Para infração descrita na alínea “b” e “j” do **subitem 11.1**, a multa será de 20% (vinte por cento) a do valor do Contrato.

5. Para a infração descrita na alínea “a” do **subitem 11.1**, a multa será de 5%(cinco por cento) do valor do Contrato., ressalvadas as seguintes infrações:

11.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do **item 11.2**. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

11.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

11.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.6 A aplicação das sanções previstas no item **11.2**. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.7 Na aplicação da sanção prevista no item **11.2**, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

11.8 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item **11.2** do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.9 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

11.10 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.11 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

- c)** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d)** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e)** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.13 A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “i” do item **11.1** do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 O contrato se extingue antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando cumprida as obrigações de ambas as partes ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, da Lei n.º 14.133, de 2021).



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

CNPJ: 19.807.228/0001-16

12.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do exercício financeiro vigente, e da correspondente no exercício subsequente

XXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4 Conforme disposto no Inciso I e Caput do Artigo 124 da Lei Federal de nº 14.133/2021, os contratos firmados poderão ser alterados com as devidas justificativas, unilateral pela autarquia, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos e quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diluição quantitativa de seu objeto, nos limites de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato para obras, serviços e compras e de 50% (cinquenta por cento) no caso de reforma de edifício ou de equipamentos. Poderá também ser aditado bilateralmente para manter o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato em casos de força maior, caso fortuito e fato do príncipe, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a sua execução, conforme pactuado.

16.5 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do artigo 134 da Lei Federal de nº 14.133/2021.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum Estadual, Comarca de Boa Esperança - MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Local, [dia] de [mês] de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DO CONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL DO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO REALIZAÇÃO OU DE DISPENSA DE VISTORIA

(Nome).....responsável legal da empresa:....., CNPJ nº
.....
Endereço:.....Fone:.....
..... Fax: E-mail:
.....

Realizei uma visita ao local de execução do serviço no dia [data da visita] e tomei conhecimento das peculiaridades e condições específicas relacionadas ao objeto da contratação.

Ou

renuncia à vistoria aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2026, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

LOCAL, de de 2026.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa:
Carteira de Identidade:
Órgão Expedidor:

Obs. Entregar com a documentação de Habilitação preenchido e assinado com cópia da procuração se for o caso